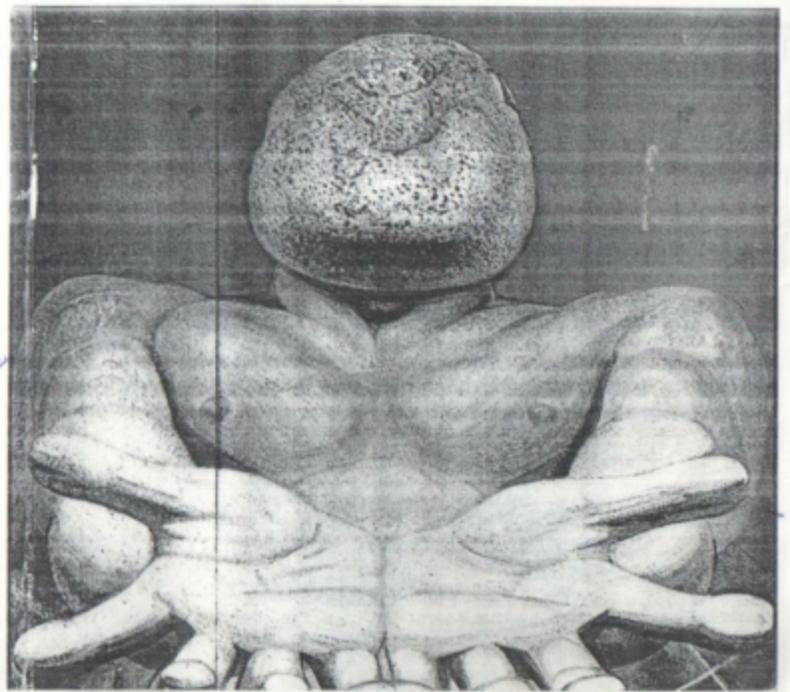


Dialética da Dependência

RUY MAURO MARINI

AMÉRICA LATINA

DEPENDÊNCIA E INTEGRAÇÃO



RUY MAURO MARINI

AMÉRICA LATINA

BRASIL URGENTE

Quinhentos anos depois, a América Latina enfrenta um imenso desafio: demonstrar sua capacidade de afirmar-se como ser histórico e encontrar o seu espaço na nova ordem internacional que está surgindo.

Importa pouco que, deslumbrados com a miragem de um progresso tecnológico a que só os eleitos terão acesso e submissos aos ditados ideológicos dos grandes centros, os oportunistas de todas as horas proclamem a caducidade do latino-americanismo. Brasileiros, argentinos, mexicanos, chilenos: não deixaremos de ser latino-americanos, neste ou noutro mundo que contribuamos a fazer surgir amanhã.

América Latina: dependência e integração, de Ruy Mauro Marini, é uma coletânea de ensaios que discutem a luta pela democracia, o desafio da economia mundial, a crise teórica do pensamento econômico latino-americano e os caminhos da integração continental.

Relações proibidas na Europa de 1920
Independência política latino-americana
= dependentes em relação à dependência

importância do papel social
do trabalho é um processo

dependência → relação de subordinação
entre nações "independentes".

crescimento e desenvolvimento
permanecem se há ao crescimento
e desenvolvimento ao contra

EDITORA
BRASIL URGENTE

AMÉRICA LATINA: DEPENDÊNCIA E INTEGRAÇÃO
1992 © Ruy Mauro Marini

1ª edição: março de 1992
EDITORA PÁGINA ABERTA LTDA.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, sob qualquer forma, sem prévia autorização dos editores.

ISBN 85-85406-06-2

Editora Página Aberta Ltda.
Rua Germaine Burchard, 286
05002 - São Paulo - SP
Telefones: (011) 262-1155 • 263-8199
Telefax: (011) 864-9320

ÍNDICE

Prefácio	7
Notas	11
A luta pela democracia	13
O imperialismo e a reconversão	15
A questão do quarto poder	19
O projeto burguês	25
A democracia possível	30
Notas	36
O desafio da economia mundial,	37
Crise e recuperação do capitalismo central	37
A reestruturação capitalista e os blocos econômicos ..	47
A reconversão latino-americana	53
Perspectivas	57
Notas	63
A crise teórica	67
A Cepal e a teoria do desenvolvimento	68
O desenvolvimentismo	75
A crise do desenvolvimentismo	80
A teoria da dependência	85
Endogenismo e neodesenvolvimentismo	91
O neo-liberalismo e as alternativas	99
Notas	102

Os caminhos da integração	109
O hispano-americanismo	110
O pan-americanismo,	117
O interamericanismo	127
O latino-americanismo	134
Notas	145

O Aumento da Força Produtiva do Trabalho
 e a maior exploração do trabalhador
 as duas grandes formas de exploração

São três as formas de manifestação

- Redução Salarial
- Aumento da jornada de trabalho sem elevação salarial.
- Decréscimo de Força de Trabalho

Prática → valor humanístico por cima de
 Teoria → mercadorias e valores

PREFÁCIO

MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO
 a SUPER-EXPLORAÇÃO

PT ← País Periférico
 PT ← País Central

A América Latina enfrenta hoje um imenso desafio, que consiste em demonstrar sua capacidade de afirmar-se como ser histórico e em encontrar o seu espaço na nova ordem internacional que está surgindo. O propósito destes ensaios é, a partir de distintos ângulos, aproximarmos-nos da compreensão desse desafio e das possibilidades que tem a região para sair adiante. Não insistiremos aqui na temática que desenvolveremos ao longo do livro. Há, porém, uma questão de fundo, que subjaz a ela e que deve ser, ainda que brevemente, explicitada.

Trata-se da crise que atravessa o socialismo e das tentativas que se fazem para explorá-la, com o fim de nos levar a crer que estamos chegando ao fim da história e entrando ao paraíso afinal reencontrado da livre iniciativa e das leis soberanas do mercado. Os arautos dessa ideologia pretendem vendê-la como o último grito da modernidade, quando não fazem mais que reviver idéias que, no século passado, trazidas pela mão de um Bentham ou de um Comte, soavam pelo menos como algo novo — embora não fossem compartilhadas pelos grandes teóricos do sistema.¹ Muita água passou depois disso sob a ponte, o capitalismo firmou-se como sistema mundial, engen-

drou exploração, miséria e dependência em escala crescente e, em meio a crises e guerras, acabou por dar passo ao surgimento do socialismo.

O socialismo inicia uma nova era histórica, do mesmo modo que o fez o capitalismo, em meados do século XVI. Este se constitui então, no seio da Europa feudal, e começa um lento e doloroso processo de transformação do mundo, o qual não se concluiu ainda inteiramente. Um século depois, com a maturação de uma nova estrutura de classes dentro da sociedade feudal, abre-se a era das revoluções burguesas, a qual, começando pela Holanda e pela Inglaterra, estende-se durante mais de dois séculos. No curso desse processo, registram-se passos para a frente e para trás, como no caso da Inglaterra, a qual, entre a revolução cromwelliana de 1640 e a "revolução gloriosa" de 1688-89, passa pela restauração monárquica; da França, que vai dos extremos da revolução de 1789 à ditadura napoleônica, restaura a monarquia em 1815, chega à monarquia constitucional em 1830, e alcança finalmente a república burguesa em 1848, para perdê-la em seguida e só recuperá-la em 1871; ou, ainda, da Alemanha, onde a burguesia ascende a classe dominante em condomínio com a nobreza feudal, e em posição subordinada a esta, mantendo um compromisso instável, que só terminará com a derrota do país na Primeira Guerra Mundial.²

Esses processos diversos, assim como os que se registram na Itália, na Áustria e em outros países — ao que se há de acrescentar os que têm lugar no continente americano —, fazem do capitalismo e da revolução burguesa qualquer coisa, menos algo linear e simples. Antes, eles criam o contexto no qual se produzem diferentes formações sócio-econômicas, se

configuram regimes políticos variados e se entretêm relações de todo tipo. É assim que, junto às relações de competição entre as economias avançadas, se observa o desenvolvimento de vínculos coloniais, semicoloniais e de dependência, enquanto, paralelamente ao enfrentamento de potências capitalistas em diversos momentos, se conformam blocos tão insólitos como o que, sob o nome de Santa Aliança, reuniu a Inglaterra capitalista e a Rússia czarista.

Não há, portanto, porque surpreender-se com o fato de que o socialismo não surja na história como uma forma acabada e perfeita. Antes, é necessário admitir que, como processo histórico, ele teria que ser contraditório e imperfeito, teria que sofrer o impacto dos processos econômicos e das lutas de classe que o informam, teria, sobretudo, que refletir o fato de se constituir num mundo dominado pelo capitalismo e de se opor a ele. Em suma, o socialismo só pode ser entendido como um processo histórico real e não como fruto da imaginação, construção abstrata de gabinete.

Mas não extrememos nossa reflexão na linha da analogia; recorramos também ao contraste. É certo que — como a burguesia, que nasceu dentro do feudalismo — o proletariado é um produto do capital, ao mesmo título que a burguesia, e cresce e se desenvolve com ele. Mas a burguesia, repousando sobre a propriedade privada dos meios de produção, pôde aliar-se ao feudalismo e nada — pelo menos teoricamente — impedia que ela procedesse gradualmente a transformá-lo. O proletariado, pelo contrário, cuja exploração é resultado dessa forma de propriedade, não pode contrair com a burguesia uma aliança de longo prazo, na esperança de chegar a um sistema social mais justo e é, antes, forçado a opor-se radicalmente

a ela e bater-se por um sistema que supõe a supressão da burguesia como classe.³

Para que isto ocorra tranquilamente, mediante uma política de reformas, seria necessário que a superioridade do socialismo fosse tal, no plano mundial, que as burguesias locais remanescentes não dispusessem de meios eficazes para obstaculizar o processo. É na medida em que influem na correlação mundial de forças, que as revoluções de orientação socialista — mesmo onde, pelo atraso econômico e cultural, o socialismo dispõe de escassa viabilidade — adquirem toda sua importância para a superação definitiva da era capitalista. É nessa medida, também, que retrocessos como os que estamos vendo hoje na União Soviética, na Europa Oriental e na África não abrem perspectivas para a reconquista de um suposto paraíso perdido: antes nos confrontam a um futuro parto ainda mais difícil e doloroso que o que imaginávamos.

Aí está, para demonstrá-lo, essa guerra cruel que foi a do Golfo Pérsico — nascida da conivência, no seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, entre a União Soviética e as grandes potências imperialistas — e seu resultado. Com efeito, além do saldo de morte e destruição que deixou no Oriente Médio, ela nos coloca perante a ameaça de um governo mundial, supostamente encarnado nas Nações Unidas. Supostamente, porque será de fato exercido por um punhado de nações (as que têm assento permanente no Conselho de Segurança, às quais deverão juntar-se, futuramente, a Alemanha e o Japão), por sobre uma Assembléia Geral, cujas decisões não têm efeito imperativo, e ante uma Corte Mundial, que dita sentenças de efeito meramente moral. É a esse si-

mulacro de democracia internacional — que emula, de resto, o modelo burguês de democracia — que se pretende dar poder para substituir as Forças Armadas dos países dependentes, como propôs recentemente o ex-secretário de Defesa norte-americano, Robert McNamara; ou para limitar a soberania brasileira sobre a Amazônia, como aventou recentemente o presidente francês François Mitterrand.

Os latino-americanos estamos chamados a bater-nos contra esses desígnios, sob pena de nos convertermos — junto ao resto do Terceiro Mundo — nos ilotas dessa nova ordem mundial que se está querendo construir. Importa pouco que, deslumbrados com a miragem de um progresso tecnológico a que só os eleitos terão acesso e submissos aos ditados ideológicos dos grandes centros, os oportunistas de todas as horas proclamem a caducidade do latino-americanismo. Brasileiros, argentinos, mexicanos, chilenos: não deixaremos de ser latino-americanos, neste ou noutro mundo que contribuamos a fazer surgir amanhã. Isto é já motivo bastante para que, unidos aos demais povos da região, nos esforcemos para que seja um mundo em que o acesso às oportunidades e à distribuição da riqueza seja mais justo.

Notas

1. Ver a respeito *El futuro del capitalismo*, de Claudio Napoleoni, México, Siglo XXI, 1978.
2. Uma análise comparativa desses três casos encontra-se em *Clases sociales y poder político en el Estado capitalista*, de Nicos Poulantzas, México, Siglo XXI, 1969, Parte II, cap. 4.

3. Esta tese é exposta por Rosa Luxemburgo em *Reforma o revolución*, México, Grijalbo, 1967, p. 92.

A LUTA PELA DEMOCRACIA

Nunca, como hoje, a questão da democracia ocupou lugar tão destacado nas lutas políticas e sociais da América Latina e na reflexão que sobre elas se exerce. Isto se deve, sem dúvida, à dura experiência do período de autoritarismo e repressão, de que a região recentemente emergiu. Mas se deve, também, a que a idéia da democracia, tal como se apresenta para nós, envolve conteúdos, agrega conceitos e indica significados que transcendem a sua definição habitual.

Está, primeiro, a soberania. Na América Latina, falar de democracia implica, como pressuposto necessário, colocar o tema da sua capacidade para autodeterminar-se, ou seja, desenhar suas metas em liberdade, atendendo primariamente às exigências dos seus povos. E, assim, evocar o tema da dependência e levar, por isso mesmo, a entender a luta pela democracia como luta de libertação nacional.

Vem, depois, a justiça social. Porque, na América Latina, o conceito de democracia está expressando hoje, na consciência dos povos e no discurso dos seus dirigentes, a atenção às necessidades mais urgentes, a superação das condições de superexploração e miséria em que vivem os trabalhadores, a edificação de uma sociedade que, ao basear-se no respeito à vontade

de da maioria, coloque os interesses desta como critério prioritário de ação. Nesta perspectiva, a luta pela democracia é luta contra a dominação e a exploração de muitos por uns poucos, é a luta por uma ordem social tendente à justiça e a igualdade, é, em suma — ali onde se torna mais definida — a luta pelo socialismo, pouco importando os qualificativos que a ele se acrescentem ou os prazos que se estabeleçam para a sua consecução.

Ao examinar o movimento e as tendências dos processos de democratização em curso na América Latina, vêmo-nos forçados a considerar esses diferentes elementos e a maneja-los em um contexto que, à primeira vista, parece exceder amplamente os objetivos de um ensaio desta natureza. Isto se compensa pelo fato de nos encontrarmos ante uma limitação incontornável: a de renunciar, ao tomar a América Latina como objeto de estudo, a captar toda a riqueza e singularidade dos diversos processos nacionais, que só de forma parcial podem ser enquadrados num esquema global de interpretação e, em casos extremos, escapam totalmente a ele. É por isso que as lutas democráticas que se desenvolvem atualmente nos países da América Central cabem muito menos aqui que as que se processam no Cone Sul e que a democratização do regime socialista cubano fica inteiramente fora de cogitação.

Uma advertência final: ao empregar o termo *democratização* ou *redemocratização*, não estamos fazendo qualquer julgamento de valor sobre o que ocorre na região e de modo algum pretendemos sugerir que esses processos estejam fadados a tornar realidade a idéia de democracia a que nos referimos. Aludimos simplesmente à mudança de governos milita-

res por governos civis ou à aplicação de mecanismos destinados a criar ou restabelecer instituições estatais representativas.

O imperialismo e a reconversão

A redemocratização latino-americana insere-se na ofensiva deflagrada pelos Estados Unidos para, fazendo frente à crise internacional que viveu o capitalismo, reestruturar em proveito próprio a economia mundial. Guardadas as devidas proporções e respeitadas as diferenças, a situação apresenta pontos em comum com a que se configurou ao terminar a Segunda Guerra Mundial. Naquela ocasião, como potência hegemônica absoluta — e a exemplo do que fizera a Grã-Bretanha no século XIX — os Estados Unidos impuseram ao mundo o liberalismo econômico, criando as instituições internacionais encarregadas de garantir a sua aplicação. O dinamismo e o poder que ostenta a mais significativa delas — o Fundo Monetário Internacional — são uma prova de como o imperialismo norte-americano, ante novos males, recorre a velhos remédios. Hoje, como ontem, os Estados Unidos estão interessados em restabelecer as bases de uma divisão internacional do trabalho que permita a plena circulação de mercadorias e capitais. A pressão que exercem sobre os países da América Latina vai, assim, no sentido de fomentar o modelo exportador, o que implica, em maior ou menor grau, uma reconversão produtiva que não apenas respeite o princípio da especialização, segundo as vantagens comparativas, mas abra maior espaço ao livre jogo do capital, reduzindo a capacidade intervencionista do Estado. Na perspectiva desse projeto neo-liberal,

E.U.A. impuseram o liberalismo econômico através de instituições criadas por segunda guerra mundial

começa a desenhar-se o futuro que o capitalismo internacional reserva à região: uma América Latina integrada ainda mais estreitamente à economia mundial, mediante a sua transformação em economia exportadora de novo tipo, ou seja, uma economia que, ao lado da exploração mais intensiva de seus recursos naturais, redimensione a sua indústria para torná-la competitiva no mercado externo e complementar a produção industrial dos grandes centros.

Para todos os países da região, isto implica a destruição de parte do seu capital social, sobretudo na indústria, porque somente ramos com vantagens comparativas reais ou que absorvam alta tecnologia e grandes massas de investimento aparecem como viáveis, nessa nova divisão do trabalho. Compreende-se, assim, que a destruição seja mais drástica em países como o Chile¹, o Uruguai e mesmo a Argentina, do que em outros, como o Brasil e o México (embora este, por sua proximidade com os Estados Unidos, se veja ameaçado por uma quase anexação). A reconversão implica também a redistribuição do capital social em favor dos grandes grupos industriais e financeiros, a qual se estende àquela porção atualmente em mãos do Estado, não causando surpresa que o FMI coloque como questão prioritária a redução do déficit público, um dos instrumentos mais efetivos para tais fins, nas circunstâncias atuais. Para as massas, o preço da reconversão é o agravamento da superexploração do trabalho e a generalização do desemprego, qualquer que seja a sua forma, como resultado da destruição de parte do capital social e a rápida modernização tecnológica.

A imposição de um projeto dessa natureza não podia realizar-se facilmente através das ditaduras mi-

litares, que os Estados Unidos contribuíram para implantar na América Latina, a partir da década de sessenta. Na medida em que pressupõe a diminuição do Estado (pela redução da sua base econômica e a limitação de suas funções), esse projeto contraria os interesses das Forças Armadas, cuja condição material de existência é o próprio aparelho estatal. Mas havia outras razões. Uma vez constituídas, as ditaduras militares formularam projetos nacionais que — se não ameaçavam o esquema de segurança internacional dos Estados Unidos — criavam constantes atritos, seja em virtude do seu acervo nacionalismo (que provocou mais de uma ameaça de conflito na região e acabou gerando um acontecimento como a guerra das Malvinas), seja pela pretensão dos governos castrenses de conquistar certa autonomia no plano internacional, como se viu no caso do Brasil. Mais grave ainda, as Forças Armadas se mostraram incapazes de construir regimes políticos estáveis, o que, afinal, era a missão prioritária que lhes fora designada pelos Estados Unidos.

Tudo isso levou o imperialismo norte-americano a propiciar mudanças institucionais que pudessem ser feitas sem risco para os sistemas de dominação vigentes, ao mesmo tempo que criava novos elementos de pressão, para garantir seu projeto de reconversão econômica. Durante a década de oitenta, a imposição dos interesses dos Estados Unidos à América Latina refluíu gradualmente dos instrumentos de ação político-militar — a Casa Branca, o Pentágono, o Departamento de Estado — para exercer-se mais ativamente através de canais como o Departamento de Tesouro e o de Comércio, o Banco Central, os grupos privados e, naturalmente, o FMI e o Banco Mundial.

destruição do capital social

reconversão em economia internacional

A eles, viria somar-se a *Drugs Enforcement Administration* (DEA) e outros organismos governamentais encarregados do combate ao narcotráfico, tendo como objetivo principal o controle e a subordinação das forças policiais e militares latino-americanas.

Cabe assinalar que a mudança da política norte-americana para a América Latina não implicou o abandono da doutrina de contra-insurgência, em que ela se fundamenta, nem da atenção que ela concede às forças repressivas. Trata-se de uma mudança de ênfase, que opera diferencialmente segundo a zona ou a situação específica de cada país. Assim é que, para a América Central, a redemocratização se articula com a militarização, enquanto que, na América do Sul, o apoio à redemocratização se realizou gradualmente, deixando para o fim o Chile, onde a esquerda conservava ainda muita força, a ponto de vir a compartilhar o poder no novo governo civil. Paralelamente, mediante a política de combate ao narcotráfico, os Estados Unidos perseguem o objetivo de controlar e subordinar as forças policiais e militares latino-americanas, valendo-se mesmo disso para — em atitude inédita na história da América do Sul — instalar forças próprias em vários países, como Bolívia, Equador e Peru, mediante o envio de tropas e assessores militares.

Como quer que seja, a submissão dos governos da região ao projeto econômico norte-americano está ainda em processo e vai-se concretizando em meio a resistências e conflitos. São muitos os interesses contrariados, global ou parcialmente, pela reconversão, fato que por si mesmo já teria exigido a ampliação dos espaços de luta política, ou seja, processos de democratização nos países afetados. Além disso, a re-

conversão abriu brechas no bloco burguês-militar, constituído a partir dos anos sessenta, e incentivou a ascensão dos movimentos populares. A sorte da democracia latino-americana depende do desenlace dessas contradições e confrontos.

A questão do quarto poder

Nesta perspectiva, convém examinar a situação das Forças Armadas, elemento chave em qualquer configuração que assumo o poder estatal na América Latina. A rejeição que provocaram na sociedade, devido ao seu desempenho na direção do Estado, somada à pressão internacional, levou-as a renunciar ao exercício direto do poder, mas não parece havê-las comovido em sua motivação política e ideológica mais profunda, como tampouco significou muito em termos de sua unidade interna. Apesar de perceptíveis, as diversas posições que nelas se observam não suscitaram — salvo na Argentina — a luta aberta de facções e, pelo contrário, tenderam a resolver-se mediante convências e cumplicidades.

Isto — que contribuiu de maneira decisiva para que a transição a governos civis se fizesse de forma pacífica — difere consideravelmente do padrão de conflito interno que prevalecia nas Forças Armadas, antes dos regimes ditatoriais, e se deve, em parte, à responsabilidade institucional que lhes cabe como um todo nos fatos criados, desde a política econômica antipopular até o uso imoderado da violência. Mas o comportamento relativamente monolítico dos militares, na atual conjuntura, tem uma causa de caráter mais estrutural: o seu reforçamento ideológico, a partir da adoção da doutrina norte-americana

de contra-insurgência, nos anos sessenta. Ela lhes permitiu fundamentar sobre bases mais sólidas a sua concepção das instituições armadas como garantia fundamental dos interesses do Estado (identificados como questões de segurança nacional) e chamadas, por isso, a exercer um papel não apenas tutelar, mas também diretor em relação à sociedade.

Contudo, a ideologia das Forças Armadas está, hoje, relativamente modificada em relação ao que era na década de sessenta. Isto se deve, em parte, ao questionamento a que foi submetida a doutrina da contra-insurgência pela própria elite militar e política dos Estados Unidos, após a derrota no Vietnã, e as reformulações que ela sofreu, particularmente depois da ascensão de James Carter à presidência. A consequência disso foi uma certa contenção das Forças Armadas latino-americanas e um alento inesperado aos movimentos democráticos que atuavam na região, os quais alcançaram então suas primeiras vitórias. Mas foi a guerra das Malvinas que levou esse processo ao seu ponto crítico, precipitando a evolução do pensamento militar latino-americano.

A doutrina da contra-insurgência pressupunha uma certa concepção da correlação de forças e dos interesses em jogo no plano internacional, da qual derivava a idéia do papel auxiliar das Forças Armadas da América Latina no esquema de poder do imperialismo e, em contrapartida, a acentuação da sua vocação policial, enquanto guardiãs da ordem interna. O conflito entre países que integravam o mesmo campo de forças e o alinhamento dos Estados Unidos contra a América Latina, na guerra das Malvinas, foram fatos que — somados à posição de apoio, assumida por cubanos e soviéticos — liquidaram o conceito de se-

gurança hemisférica e questionaram a divisão do mundo em dois blocos. Isso significou colocar em questão o pressuposto geopolítico em que se baseava a doutrina da segurança nacional, versão latino-americana da doutrina da contra-insurgência.

Nessas condições, era inevitável que as Forças Armadas apressassem a reformulação ideológica em que já estavam empenhadas, ainda mais que — depois dos arranhões do período Carter — a política internacional dos Estados Unidos acentuou, com Reagan, sua vocação nacionalista, postulando a reconquista de sua hegemonia internacional, sem levar em conta os interesses dos seus sócios. A ascensão do movimento democrático latino-americano e a adesão que começou a receber de setores burgueses nativos tornaram essa reformulação ainda mais urgente. Desde 1982, ela começa a se fazer efetiva, atuando em duas direções: coloca de novo no centro das preocupações das Forças Armadas a sua capacidade de resposta ante eventuais agressões externas e define essa capacidade como parte de uma ação mais ampla, que, transcendendo os militares, envolve o conjunto da sociedade. Isto não implica descartar a doutrina da segurança nacional, ainda que modifique o ordenamento e a ênfase dos elementos que a compõem, ao mesmo tempo que altera a forma pela qual os militares concebem o seu relacionamento com a sociedade civil.

A mudança dos anos oitenta tornou a doutrina mais aceitável para as Forças Armadas de países que, inseridos em contextos institucionais relativamente estáveis, haviam assimilado mais lentamente e com muitas resistências internas os postulados doutrinários dos anos sessenta. Cabe mencionar, em

particular, a Venezuela e o México, especialmente o último, que tem uma história marcada por conflitos com os Estados Unidos e que alimenta grande desconfiança em relação aos objetivos norte-americanos na América Central. Não é senão depois da guerra das Malvinas que os chefes militares mexicanos começam a assumir como sua a doutrina da segurança nacional, ligando-a explicitamente à defesa da riqueza petrolífera do país, fenômeno que se acentua na Marinha, devido a que uma parte substancial dessa riqueza encontra-se na plataforma submarina.

No Cone Sul, especialmente no Brasil, berço da doutrina, a virada ideológica dos militares permitiu que eles se pusessem em consonância com a ascensão do movimento democrático. Mas lhes trouxe também um problema: o de como conseguirem um lugar adequado no esquema político e institucional que substituiria as ditaduras. Na realidade, esta questão se configurara desde os anos setenta, ao terem início as lutas democráticas e as divergências com os Estados Unidos. Começou então a tomar forma uma estratégia que se trataria de aplicar plenamente nos oitenta, quando o duplo movimento da ideologia militar e da restauração democrática exigiu solução imediata.

Convém observar que, apesar do caráter tenso e até conflitivo das relações entre as ditaduras latino-americanas e os Estados Unidos, sob a presidência de Carter, o governo norte-americano não só propiciou essa estratégia, como forneceu elementos para sua elaboração. A nova equipe de intelectuais que, encabeçada por Brzezinski, ascendeu aos postos de comando e assessoria em Washington, tinha como missão restabelecer o prestígio internacional do país, abalado pela derrota no Vietnã, pelos atritos com os aliados capitalistas e

pelo avanço dos movimentos revolucionários em todo o mundo. Admitindo que os Estados Unidos haviam sido postos na defensiva, a equipe postulou a conveniência de promover uma mudança de imagem na política exterior, recuperando a retórica dos valores democráticos e dos direitos humanos. Desta forma, a Casa Branca abandonou a política de fomento aos golpes militares e de apoio aberto às ditaduras. Não perdeu de vista, porém, a necessidade imperiosa de contar com regimes estáveis e confiáveis nos países situados em sua zona de influência — advindo daí sua principal recriminação aos militares latino-americanos, que se mostravam incapazes de produzir esse resultado.

A preocupação norte-americana — que ia muito além da América Latina, envolvendo os próprios países capitalistas desenvolvidos — traduzia-se na busca de princípios e mecanismos que proporcionassem governabilidade às democracias, segundo a fórmula de um dos seus ideólogos, Samuel Huntington.² Na versão do Departamento de Estado, o conceito de “democracia governável” deu lugar, em relação à América Latina, ao de “democracia viável”, que apontava para um regime de tipo democrático-representativo tutelado pelas Forças Armadas. Registremos que esse modelo não constituía uma ruptura real com a doutrina da contra-insurgência, a qual estabelecia que — após as fases de aniquilamento do inimigo interno e da conquista de bases sociais pelo regime ditatorial — deveria seguir-se uma terceira fase, destinada à reconstrução democrática.

A reelaboração ideológica norte-americana veio ao encontro daquela que realizavam os militares latino-americanos, em seu esforço por se adaptarem aos novos tempos. No Brasil, particularmente, onde tinha

democracia governável
imperialista norte-americana

lugar, desde meados da década de setenta, um processo de distensão política, os ideólogos da ditadura apelavam à tradição do país, que historicamente concedera às Forças Armadas funções de asseguramento, supervisão e controle em relação aos poderes do Estado. Neste sentido, valorizou o constitucionalismo do período monárquico, no século XIX, que consagrava uma forma estatal de quatro poderes, sobrepondo ao Executivo, Legislativo e Judiciário o Poder Moderador, exercido pessoalmente pelo Imperador. Este poder — alegavam os ideólogos da ditadura — derivava do fato de ter o monarca o supremo mando militar em suas mãos, com o que, ao findar a monarquia, ele passara automaticamente às Forças Armadas.

Casuísmos à parte, a vida política brasileira caracterizou-se, até meados dos anos oitenta, pelo esforço realizado pelos militares para manter a iniciativa e o controle do processo de liberalização, no intuito de alcançar uma reformulação institucional que lhes assegurasse formalmente uma posição correspondente a quarto poder do Estado. O exercício desse poder ficaria em mãos dos órgãos corporativos da instituição militar, a nível de estado maior, e dos aparelhos de inteligência, e teria sua instância máxima no Conselho de Segurança Nacional. Fórmulas similares inspiraram a Constituição chilena de 1980, e também a que os militares uruguaios levaram a plebiscito, em 1982, no qual resultou rejeitada, assim como as exigências apresentadas pelos militares argentinos em véspera de abandonarem o poder, sendo então atendidos apenas parcialmente.

Um balanço dos acontecimentos mostra que só no Chile o Estado de quatro poderes plasmou-se inteiramente, embora, longe de garantir a estabilidade polí-

→ *Quarto Poder - Forças Armadas*

→ *Estado - Militar*

tica, seja fonte constante de conflitos institucionais. Entretanto, o que ocorreu no Uruguai e na Argentina e o fracasso relativo dos militares brasileiros (que, caso se tenha em vista o seu próprio calendário, tiveram que ceder prematuramente o poder aos civis e, posteriormente, não viram suas pretensões plenamente acolhidas pela Constituição de 1988) não devem mover a engano. Ainda que, a correlação de forças atual não pareça favorecer a fórmula do Estado de quatro poderes, a questão da institucionalização do poder militar, ou seja, da definição formal do papel das Forças Armadas no novo Estado latino-americano continua de pé. Isto é particularmente visível na América Central, onde o objetivo representado pelas "democracias viáveis" continuou sendo perseguido pelos Estados Unidos, em combinação com a implementação da chamada guerra de baixa intensidade, o que provocou uma aguda instabilidade política.

Como quer que seja, o entrelaçamento de interesses entre os Estados Unidos e as Forças Armadas latino-americanas, que homogeneiza até certo ponto as suas estratégias institucionais, não esconde o fato de que os militares se opõem ao projeto de reconversão econômica em mais de um aspecto, mas principalmente no que se refere ao debilitamento do Estado. É por aí que passam também suas divergências com as burguesias nacionais.

O projeto burguês

A burguesia latino-americana, que inspirara os regimes militares e que foi sua grande beneficiária, começou a separar-se deles a certa altura do processo, entrando a aspirar à reconquista da gestão direta do

aparelho estatal. Contribuiu para isso o aumento do custo de manejo da coisa pública, derivado da intermediação militar e agravado pela corrupção que as ditaduras propiciavam (o que, beneficiando diferentes grupos burgueses, desatendia o conjunto da classe). Influuiu, também, o fato de que as Forças Armadas buscasses inclinar em favor dos seus próprios projetos as políticas estatais, nem sempre coincidentes com os interesses mais gerais da burguesia (como é o caso da excessiva ênfase dada pelos militares brasileiros à política nuclear), além de se constituírem em motivos de conflito com os Estados Unidos. Mas o fator determinante foi a emergência e o rápido crescimento dos movimentos democráticos populares, que evidenciaram a incapacidade dos regimes militares para promover uma estabilidade política duradoura.

Alimentando, a princípio, hostilidade e receio em relação a esses movimentos, a burguesia terminou por se juntar a eles. Não se limitou, porém, a isso: esforçou-se por assumir a sua condução ideológica e política, mobilizando seus intelectuais orgânicos e procedendo à sua própria unificação, mediante um grande acordo entre suas diversas frações. O êxito obtido nessa empresa favoreceu o caráter pacífico da transição à democracia e permitiu que a criação da nova institucionalidade se fizesse num contexto de relativa continuidade, orientando-se para o estabelecimento de um pacto social que, envolvendo as massas populares, voltasse a conferir legitimidade ao sistema de dominação e ao Estado.

A concretização do pacto social está sujeita, porém, à definição e implementação do projeto burguês para a reorganização da economia e do Estado.

↳ Pacto Social + Projeto Burguês

UNIFICAÇÃO DA BURGUESIA

↳ início do conflito Forças Armadas x Burguesia

Neste sentido, a burguesia postula, como linhas fundamentais da sua proposta, a reconstrução da democracia parlamentar e a edificação de um Estado neo-liberal. Na retórica burguesa, estas duas linhas aparecem confundidas, sendo comum em seu discurso o uso de slogans liberais aplicados à solução de questões democráticas. Na prática, trata-se de orientações diferentes, ainda que organicamente ligadas, que geram problemas diferenciados em suas relações com as demais forças sociais e políticas.

Desde o ponto de vista da reconstrução democrática, a burguesia põe a ênfase principal no fortalecimento do parlamento, onde pode com facilidade obter maioria, diretamente ou pela mediação da elite política a seu serviço. Mas isto se choca, por um lado, com os militares — inclinados, como vimos, a institucionalizar-se como quarto poder do Estado ou, na pior das hipóteses, a manter as prerrogativas do poder executivo, ao qual estão ligados. E se choca, pelo outro lado, com o movimento popular, que — sem chegar a se opor a revalorização do poder legislativo — tende, a partir da sua experiência sob as ditaduras, à idéia de uma democracia participativa, que privilegie as organizações sociais em relação ao Estado e as converta em órgãos de decisão e controle nas questões que têm a ver diretamente com seus interesses.

No plano econômico, a burguesia toma como arma o neo-liberalismo, para privatizar em seu benefício o capital social que se encontra nas mãos do Estado e limitar a capacidade de regulação de que dispõe o executivo, seja transferindo parte de suas atribuições ao parlamento, seja apropriando-se diretamente da outra parte, em nome de supostos direitos da iniciativa privada. Encontra aqui, também, certa

↳ Plano Econômico Burguês

linhas fundamentais da reconstrução burguesa - Parlamentarismo
Ruy Mauro Marini 27

↳ Reconstrução Democrática via Parlamentarismo = Burguesia

oposição das Forças Armadas, que retiram sua seiva do Estado e, especialmente, do executivo. Quanto ao movimento popular, sua atitude é de desconfiança, começando, porém, a evoluir da defesa pura e simples da propriedade estatal à busca de novas formas de propriedade social, ligadas à cooperação, à co-gestão e à auto-gestão.

As dificuldades que a burguesia enfrenta para modelar a economia e a política de acordo com seus interesses se fazem maiores, devido à atual conjuntura latino-americana. A crise, a estagnação, o retrocesso mesmo que vive a região aguçam as contradições de classe e propiciam confrontações dentro da própria classe dominante. O problema toma dimensões ainda maiores, quando se tem consciência de que estamos assistindo não a uma fase cíclica de um dado padrão de reprodução econômica, mas ao esgotamento do padrão vigente e à difícil empresa de encontrar para ele uma alternativa.

Vimos já que a América Latina está diante de um projeto de reconversão, propugnado pelos Estados Unidos, cuja concretização implicaria reassumir o papel de economia exportadora que ela desempenhou no passado, renunciando assim à tentativa de desenvolvimento autocentrado iniciada nos anos trinta. Existe, além disso, uma diferença fundamental entre a situação que se quer criar e a que vigorou no século XIX: atualmente, a região está obrigada a nivelar-se internacionalmente, em matéria de tecnologia e produtividade, quaisquer que sejam os ramos — agrícolas, minerais ou manufatureiros — que promovam sua inserção na economia mundial. Isso implica agravar os problemas que de por si cria a reconversão, ao exigir a supressão drástica de ramos

inteiros de atividade — com a consequente destruição de capital social e dos setores burgueses que lhe correspondem — e a extensão do desemprego aberto ou disfarçado, por efeito seja da destruição de capital, seja da simples modernização dos ramos econômicos que se mantenham ativos.

É compreensível que a grande burguesia industrial e financeira — agente e gestora da reconversão — se defronte com obstáculos e resistências que a obrigam a estabelecer difíceis negociações com os Estados Unidos, já que do resultado depende a preservação do seu sistema de dominação. A presença das Forças Armadas nesse contexto é um fator adicional de complicações, na medida em que a reconversão ameaça em muitos aspectos a base econômica do poderio militar, principalmente quando põe empecilhos ao desenvolvimento da indústria bélica, nuclear e de informática, nos países de maior desenvolvimento relativo, ou de ramos como o da indústria mecânica, elétrica, eletrônica, em todos eles. É preciso considerar, enfim, neste plano, que mesmo a grande burguesia não coincide sempre com as diretrizes fixadas pelo projeto norte-americano, posto que ela também ambiciona a ocupação de espaços que este, muitas vezes, lhe quer vedar.

O grau de desenvolvimento econômico do país, a posição que ele ocupa no sistema internacional, a configuração que nele apresenta a luta de classes, o peso específico da grande burguesia e de suas diversas frações no sistema de dominação, a importância relativa que tem para cada nação a carga de destruição implícita na reconversão — tudo isto está contribuindo para modular os níveis de confrontação com os Estados Unidos e para determinar as soluções

Investigação A Economia Mundial (AL) Econômico Tecnológico

↳ Esboço do Projeto de Reconversão Econômico Político Social

particulares em matéria de política interna, principalmente no que diz respeito às alianças de classe. Mas, em todos os casos, os processos de democratização em curso na América Latina se levam a cabo sob a hegemonia burguesa e ameaçam frustrar o principal protagonista dos movimentos democráticos que os tornaram possíveis: o povo. Entender porque isto sucede assim é perguntar-se se, num futuro próximo, poderá ser diferente — o que constitui, afinal, a razão de ser desta reflexão.

↳ Processos de democratização guiados pela
A democracia possível Burguesia em lugar de ser de po
do povo

O movimento popular vem de uma derrota histórica, que significou o dismantelamento de suas vanguardas e o sacrifício de seus quadros e dirigentes. O fim das ditaduras foi, numa ampla medida, obra sua, principalmente pelos combates que protagonizou nos últimos quatorze anos. Mas nesses combates, concorreram também outros fatores, como indicamos antes, que ele percebeu, sem que — diminuído em sua capacidade de análise e de elaboração tática, pela destruição da esquerda — seja capaz de identificá-los com clareza. Pior ainda: o seu desenvolvimento recente dividiu-o e dispersou-o, criando obstáculos para que ele possa projetar-se no plano político com a força que realmente tem — o que o leva a se manifestar como verdadeiro movimento de massas somente em conjunturas críticas.

A divisão e dispersão do campo popular foram-lhe impostas pelos regimes autoritários, em sua sanha por suprimir qualquer tipo de oposição organizada. Reprimidos e perseguidos, seus integrantes se refugiaram, enquanto cidadãos, em seus últimos redu-

tos, dos quais não poderiam ser expulsos — a fábrica, a moradia, a escola — para iniciar, a partir desses núcleos, a resistência à violação de seus direitos e, logo, a defesa aberta dos mesmos. Isto implicou um trabalho de organização pela base do movimento popular — ao qual se incorporaram ativamente os quadros liberados pela destruição da esquerda — que lhe permitiria, mais tarde, empenhar-se nas grandes campanhas democráticas.

A frágil sustentação social das ditaduras e o conjunto de fatores nacionais e internacionais que conspiravam contra elas aceleraram o curso do processo e conduziram a resultados que sobrepassavam em muito a capacidade real de ação do movimento popular. Este teve que entrar, pois, em uma nova etapa, antes que sua renovação e reestruturação estivessem concluídas. Muito da sua atuação ficou ligada aos seus interesses imediatos, corporativos, sem chegar àquele ponto em que estes cedem lugar a objetivos sociais e políticos de alcance mais geral. A substituição de velhos dirigentes pelos novos quadros, forjados nas lutas de resistência, ainda não havia culminado e foi necessário continuá-la na nova etapa, retirando a seus distintos setores unidade de ação.

A complexidade dos elementos que compõem o campo popular e a transformação recente de suas condições de vida, ainda não assimiladas como experiência de vida, fizeram o resto. Isto se aplica tanto às novas classes médias assalariadas, que se desenvolveram notavelmente nos últimos trinta anos às custas da média e da pequena burguesia ou da própria classe operária, como ao proletariado industrial, que teve que absorver novos contingentes urbanos e rurais em proporções desmesuradas. Aplica-se tam-

bém ao proletariado rural, em expansão, e ao campesinato pobre, assim como aos estratos médios e pequenos da burguesia. É por isso que a elevação do grau de organização e combatividade das massas, particularmente notável desde fins dos anos setenta, não foi suficiente para neutralizar a ofensiva ideológica e política da burguesia. Esta pôde intervir num momento em que a consciência crítica do povo, em relação ao sistema que o oprime e o explora, apenas começava a aflorar e somente em alguns setores de ponta motivava uma resposta radical. A burguesia assumiu as aspirações populares e as devolveu, diluindo-as e deformando-as, para oferecer reformas liberais ali onde começavam a colocar-se exigências de participação, democracia e socialismo.

Nada há na vida, porém, que não tenha signos opostos. Se a experiência molecular e marcadamente reivindicativa do movimento popular se constituiu em fator negativo para seu pleno desenvolvimento, ao início da redemocratização, ela lhe proporciona, hoje, as premissas para uma estratégia de luta pelo poder e para um projeto novo de sociedade. Ao lado de suas organizações tradicionais, como os sindicatos, o movimento popular conta com órgãos de todo tipo, que ele teve de criar para assegurar seu direito à educação, à habitação, ao transporte, ao abastecimento de alimentos, luz e água, os quais lhe conferem uma capacidade nova e surpreendente para compreender, manipular e controlar os complexos mecanismos da produção e distribuição de bens e serviços. Assim, quando a burguesia se orienta para um modelo de sociedade que transfere à iniciativa privada esses mecanismos e se limita a controlá-los mediante um Estado articulado em torno ao parlamento,

o impaciente

onde a iniciativa privada reina soberana, o movimento popular está em condições de contrapor seu próprio esquema de organização social, baseado na organização das massas em função de seus interesses imediatos e na sua participação direta nas instâncias pertinentes de decisão.

Será preciso, talvez, percorrer uma etapa intermediária, ditada pela correlação de forças, e que consiste em converter esses órgãos de democracia participativa em instrumentos de pressão e controle sobre o aparelho de Estado, antes de alcançar o nível da tomada de decisões. Mas, ainda assim, o movimento popular dispõe de um caminho próprio e independente, em relação à burguesia e às Forças Armadas, no que se refere à privatização do Estado. A experiência dos povos latino-americanos lhes tem ensinado que a concentração de poderes nas mãos do Estado, quando este não é seu, apenas reforça a máquina de opressão da burguesia. Debilitá-lo, hoje, subtrair-lhe força econômica e política interessa, portanto, ao movimento popular, sempre que isto implique transferência de competências, não à burguesia, mas ao povo. É esta a razão pela qual, frente à privatização ou à simples estatização, o movimento popular — sem perder de vista que a propriedade pública lhe é sempre mais conveniente que a privada — está em condições de levantar a proposta de uma área social regida pelo princípio da auto-gestão e da subordinação dos instrumentos de regulação do Estado às organizações populares.

Na luta pela sua proposta democrática, o movimento popular necessita mais que nunca de sua unificação no plano social e da reconstituição de suas direções políticas. A reorganização da esquerda é hoje

um imperativo para que a idéia de democracia se converta em realidade. Nisso, a responsabilidade maior é naturalmente da própria esquerda. Cabe-lhe refletir sobre a rica experiência que foi a sua, nestes anos, tirando as lições que correspondem, e abrir-se sem qualquer preconceito à compreensão do que tem sido a evolução do movimento popular, no período recente. O outro caminho, da discussão meramente doutrinária, que ela tantas vezes se vê tentada a trilhar, não lhe abre perspectivas reais de desenvolvimento.

Tampouco contribui para isso a confusão que se introduziu no campo da esquerda e que leva a colocar no mesmo nível construções teórico-políticas globais, como o marxismo, e racionalizações ideológicas de movimentos particulares, como o feminismo ou o ecologismo, assim como a não diferenciar suficientemente partidos políticos e movimentos sociais. *importante* A maneira pela qual a sociedade capitalista organiza os homens para a produção de suas condições de existência, faz deles entidades sócio-profissionais. Mas, antes de ser operário, engenheiro, empresário ou camponês, o indivíduo é homem ou mulher, é branco, índio ou negro, é um animal que depende do entorno ecológico para sua sobrevivência, entre outros aspectos. Como tal, lhe é lícito participar de movimentos e organizações centrados em exigências particulares e específicas, embora só recupere sua unidade e reintegre suas distintas facetas enquanto cidadão, ou seja, enquanto membro da sociedade política em que vive. Num mundo dividido em grupos e classes, a participação direta como cidadão na sociedade e no Estado constitui um mero ideal, só podendo tornar-se efetiva mediante sua participação num partido político.

Partidos e organizações sociais não representam entidades antagônicas. São modos de articulação que se referem a distintos âmbitos da vida real, a diferentes dimensões e instâncias da participação do homem na sociedade. Contrapô-los, na ótica autonomista, ou hierarquizá-los e subordiná-los uns aos outros, com propósitos instrumentalistas, conduz o homem e sua prática social à desintegração. Assumi-los como elementos interdependentes e harmônicos leva, inversamente, à recuperação do homem integral em sua diversidade e sua riqueza, permitindo aspirar à construção de uma sociedade que lhe proporcione o amplo espaço que ele requer para o seu desenvolvimento.

Este é o desafio que está colocado para a esquerda latino-americana e que, se bem respondido, a levará a triunfar onde outros fracassaram: formular um projeto alternativo ao simulacro de democracia que está em curso. O desenho desse projeto não é assunto de gabinete, é matéria das lutas concretas que estão se dando. Mas, ainda rejeitando as armadilhas com que a burguesia tenta confundir as massas, ele resgatará as conquistas históricas que essas massas já alcançaram no seio da sociedade burguesa. Do mesmo modo, descartará as colocações dogmáticas e sectárias que querem fazer da unidade ponto de partida, para — começando pelo reconhecimento das tendências políticas e das correntes ideológicas existentes — pôr o pluralismo como critério fundamental de uma prática social livre e solidária.

No marco desse projeto, democracia e socialismo reassumirão seu verdadeiro significado, que faz de uma a contrapartida necessária do outro, e se constituirão não apenas em visão prospectiva de uma or-

dem social desejada, mas também, e sobretudo, em expressão programática daquilo que inspira os homens em sua vida de todos os dias.

Notas

1. Na realidade, o Chile realizou sua reconversão econômica nos anos setenta, depois do derrocamento do governo da Unidade Popular. A fins da década, era visível que a economia chilena desenvolvia sua reprodução sobre outras bases.

2. Ver desse autor, em colaboração com Michel Crozier e Joji Watanuhi, *The crisis of democracy. Report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*, Nova Iorque, New York University Press, 1975; e, em colaboração com Joan M. Nelson, *No easy choice. Political participation in developing countries*, Cambridge (EUA), Harvard University Press, 1976. Huntington realizou um estudo sobre a questão da democratização para a ditadura brasileira, a princípios da década de 1970.

O DESAFIO DA ECONOMIA MUNDIAL

As transformações e os desafios que o mundo enfrenta neste fim de século são resultado de um processo que começou há mais de duas décadas. À parte algum exagero — como o dos que pretenderam ver nele a crise final do capitalismo — e muito melhor do que os que querem apresentá-lo como o fim da história, os autores marxistas entenderam corretamente esse processo, recorrendo para isso — dentro do rico arsenal analítico que o marxismo proporciona — à teoria dos ciclos longos.¹ A tese que sustentamos aqui é a de que estamos entrando em um novo ciclo desse tipo, o que implica mudanças bruscas e situações inesperadas. Nossa preocupação gira em torno do que está ocorrendo na América Latina, convencidos de que, como nenhum outro no passado imediato, o momento que vivemos tem importância decisiva na conformação do nosso futuro.

Crise e recuperação do capitalismo central

A recessão norte-americana de 1967 pôs fim ao período de expansão por que passou a economia mundial desde o término da Segunda Guerra. Na grande crise que então se abre, é possível distinguir três fases.²

10 Na primeira, que culmina com a brusca elevação do preço do petróleo, em 1973, se observam indícios de perturbação econômica nos países capitalistas centrais, em particular uma persistente elevação dos salários — motivada pela grande capacidade reivindicativa do movimento sindical —, que puxa para baixo a taxa de lucro e provoca a retração dos investimentos industriais. Paralelamente, manifestam-se desequilíbrios no balanço de pagamentos dos Estados Unidos, devido à crescente perda de competitividade desse país no comércio de bens industriais e à sua conversão em importador de energia, ao mesmo tempo que finaliza o fluxo de grandes inversões norte-americanas na Europa e Japão, tudo isso levando à crise do dólar e, portanto, do sistema financeiro internacional.

O aumento da competição entre os grandes centros e as consideráveis disponibilidades financeiras geradas pela queda da inversão produtiva conduzem à super-acumulação de capital. Consequência notável disso é — como estratégia para a luta por mercados e campos de investimento — a reciclagem de parte dos excedentes financeiros e da capacidade produtiva de países da periferia capitalista (e também do mundo socialista), contribuindo para acelerar ali o desenvolvimento industrial e propiciar a emergência do que se convencionou chamar de Novos Países Industrializados ou NICs. Na América Latina, o Brasil e o México cabem nessa categoria, mas, em geral, essa fase corresponde a um processo de expansão para a maioria dos países da região.

Depois de 1973 — e, particularmente, depois das grandes batalhas de que saiu derrotado, a meados da década, o movimento operário dos países centrais —

a situação se modifica. A relação salário-lucro se estabiliza a um nível mais baixo e também as inversões produtivas, sendo que, em reação natural a conjunturas desse tipo, os grandes grupos financeiros e as corporações industriais tratam de preservar sua rentabilidade média através da diversificação setorial e da especulação. A reciclagem de petrodólares para os grandes centros agrava a super-acumulação de capital, que só parcialmente é minimizada por transferências — via investimento direto, empréstimos e financiamentos — à periferia capitalista, assim como a países socialistas. Com base no aguçamento da superprodução e do crescimento incessante da dívida pública, a conjuntura se caracteriza por estagnação e inflação. O segundo choque do petróleo, em 1979, junto à elevação das taxas de juros (que se tornam flutuantes), ao mesmo tempo que lança os países centrais em nova e violenta recessão, generaliza a crise ao resto do mundo. Os preços internacionais desmoronam e o comércio mundial se retrai, enquanto os investimentos no estrangeiro se estancam e os empréstimos e financiamentos se tornam escassos e caros. Com isso, a América Latina e, em geral, a periferia capitalista são arrastadas também à crise, inclusive os NICs, assim como os países socialistas.

Os anos oitenta começam, pois, com uma aguda recessão, que, iniciada nos países centrais, dura ali até 1982, ostentando uma taxa média anual de variação do produto real da ordem de 0,8%. A partir de 1981, a recessão atinge os países dependentes, estendendo-se até 1983, e golpeia com especial rigor a América Latina; nesses três anos, a taxa média anual de variação do produto real é, para todos os países subdesenvolvidos, de 1,7% e, para a região, de -1,1%.

↳ Super-acumulação de capital

A recuperação começa nos países centrais em 1983 (taxa média anual de 3,5%, no triênio 1983-1985) e chega no ano seguinte aos países dependentes, a América Latina inclusive (a taxa média anual, para todos, no período 1984-1986, é de 3,6% e, para a América Latina, de 3,1%).³ Paralelamente, o comércio mundial, cuja taxa média anual de variação fora de -0,6%, entre 1980-1982, alcança uma taxa média de crescimento anual de 5,3% no triênio 1983-1985, que se mantém no triênio seguinte e chega a ser de 7% em 1989, segundo estimativa do GATT.⁴

As características que apresenta essa recuperação parecem apontar para profundas transformações nas economias nacionais, particularmente nos países capitalistas centrais, assim como para mudanças não menos drásticas na divisão internacional do trabalho e em todo o sistema econômico mundial. Com efeito, se nos atemos ao que ocorre nos países centrais, verificamos que — à diferença das precárias recuperações que ali se registraram, ao longo do período 1967-1979 — esta repousa no crescimento sustentado da taxa de formação bruta de capital fixo. Com base em dados do FMI, perante um crescimento anual médio de 3% no período 1971-1980, essa taxa (depois de cair para 2% ao ano, entre 1981-1982) aumenta anualmente em 5,6% no triênio 1983-1985 e se mantém no elevado nível de 5% no triênio seguinte, para o conjunto dos países capitalistas desenvolvidos.⁵ Em relação aos principais países industrializados, isso significa, ao longo do período 1983-1988, a destinação anual de porcentagens do PIB que variam entre 16 e 17% nos Estados Unidos, 20 e 21% na Alemanha Federal e 30 a 35% no Japão. Somente em 1988, esses três países mobilizaram para esse fim,

em valores correntes, uma soma superior a 1,5 trilhão de dólares.

Além de alcançar volumes consideráveis, o investimento em capital fixo tem, nos países desenvolvidos, conotações que vale a pena ressaltar. Em primeiro lugar, aumentou nele a parte correspondente a maquinária e equipamentos: comparando a inversão realizada neste item, em 1988, com a média anual do período 1976-1980, vemos que ela passou, nos Estados Unidos, de 45,2% do total para 53,2%; no Japão, de 45,9% para 59,3 e, na Alemanha, de 37,1% para 41,8%. Em segundo lugar, na inversão em máquinas e equipamentos predominou a que corresponde a bens de alta tecnologia (máquinas e equipamentos para escritório, principalmente computadores; equipamentos para telecomunicações, científicos, fotográficos e para engenharia); a parte referente a bens de alta tecnologia representou cerca de 3/4 do total da inversão em maquinária e equipamento nos Estados Unidos, no período que vai de 1986 à primeira metade de 1988, segundo o FMI. Em terceiro lugar, a redução relativa dos preços dos bens de alta tecnologia implicou que a inversão relativa a eles tenha sido ainda maior, em termos reais: de acordo com a mesma fonte, de 1987 ao terceiro trimestre de 1988, nos Estados Unidos, o deflator de preços desses bens foi inferior em 14% ao deflator de preços do PNB.⁶

Estas três características assinalam uma mudança qualitativa na fase de recuperação que estamos considerando, principalmente porque envolvem a desvalorização do capital fixo, condição *sine qua non* de uma recuperação de longo alcance. Isto se completa com os fenômenos que se apresentam no plano do capital circulante. Assim, do lado das maté-

rias primas, a produção de novos materiais tem levado o gasto nesse item a se reduzir consideravelmente por unidade de produto, principalmente nas indústrias de alta tecnologia: corresponde a um máximo de 3% em um *microchip* semi-condutor, frente a 40% em um veículo automotor. Em relação ao capital variável, o mais notável é a crescente substituição da produção intensiva em mão de obra pela produção intensiva em saber, i.e., em pesquisa, desenvolvimento e testes: no custo total de um *microchip*, o gasto em mão de obra representa 12% contra 70% do gasto em saber; embora com menos força, essa tendência se manifesta também nas indústrias com elevado índice de absorção tecnológica, levando a que, numa fábrica automobilística robotizada, o custo da mão de obra não vá além de 20 a 25% do custo total de produção.⁷

As novas tendências da acumulação capitalista nos países centrais têm como base o incremento da produtividade do trabalho e dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (R&D), que altera drasticamente a estrutura da força de trabalho e sua situação de emprego. Nos países industrializados, o gasto em R&D gira em torno de 3% do PIB, o que implica, atualmente, para os países mais avançados (Estados Unidos, Japão e Alemanha), mobilizar recursos da ordem de 225 bilhões de dólares por ano. Isto acarreta o aumento de uma camada de trabalhadores altamente qualificados nos centros fabris de pesquisa e nas universidades, o que pressupõe profundas transformações no sistema educacional como um todo e incide no conjunto da força de trabalho industrial, marginalizando massas crescentes de operários não qualificados ou menos qualificados, inde-

pendentemente — ou mais exatamente em função — da retomada da acumulação. É o que explica que, segundo a OCDE, a taxa de desemprego nos países industrializados, durante a recuperação anterior, i.e., entre 1975-1980, fosse de 4,3%, mas seja de 7,8% na atual, i. e., entre 1984-1988.⁸ Informações dos Estados Unidos dão conta de que, entre 1973-1985, 5 milhões de *blue collars* do setor manufatureiro ficaram desempregados, apesar de o emprego nesse setor haver aumentado de 82 para 110 milhões de pessoas, ou seja, 34%, entre 1973-1986.⁹

Para fazer frente a essas transformações — que tendem, em última instância, a afirmar a primazia das indústrias de alta tecnologia na produção — os grandes centros capitalistas tiveram que lançar mão de uma imensa massa de recursos financeiros e materiais. Nesse sentido, paralelamente à concentração do capital, i. e., ao crescimento dos capitais individuais que acompanha a acumulação, a crise favoreceu a formação de grandes massas de capital mediante a centralização, obtida através da subordinação, absorção e expropriação de uns detentores de capital por outros. As compras, acordos, *joint ventures* e fusões de empresas a que assistimos todos os dias, na indústria automobilística, eletrônica, de telecomunicações e outras, são apenas um indicador desse fenômeno. A seu lado, é necessário considerar que os próprios fluxos de capital no plano internacional estão mostrando uma crescente centralização em favor dos grandes centros, a qual se expressa também ao nível do capital-mercadorias, vale dizer das trocas involucradas no comércio internacional. Isto implica, para os países dependentes, não só a perda de aportes de capital externo, capazes de dinamizar seu

processo de acumulação, mas também a transferência líquida de recursos financeiros aos países centrais, juntamente com a deterioração de sua posição comercial no cenário internacional.

Segundo o FMI, se em 1982 as inversões estrangeiras diretas se destinavam em 53,6% aos países industrializados e em 46,4% aos países subdesenvolvidos, em 1986 (superada a grande recessão nos países centrais) os primeiros ficaram com 76,7% do total, cabendo aos países subdesenvolvidos somente 23,3%; nos mesmos anos, a participação relativa da América Latina neste ítem baixou de 11,5 para 4,6%.¹⁰

Considerando todo o fluxo de capitais, i.e., movimentos a título de inversão direta, crédito privado e crédito oficial, os países subdesenvolvidos receberam ainda, em termos líquidos, 10,5 bilhões de dólares em 1982, chegaram a um ponto morto em 1983 (110 milhões de dólares recebidos, em termos líquidos) e começam a transferir recursos líquidos em 1984.¹¹ Entre 1982 e 1989, o movimento de capitais da América Latina implicou uma transferência líquida de recursos de 203 bilhões de dólares, equivalente a 49% do total da sua dívida externa bruta em 31 de dezembro de 1989; neste último ano, a soma aproximada de 23 bilhões de dólares que ela transferiu corresponde a 3% do seu PIB total.¹²

A essas formas de expropriação, é preciso acrescentar, seguindo o GATT, a que se realiza através do comércio de bens, a qual levou que os preços dos produtos primários, com exceção do petróleo, entrassem em declínio a partir de 1977, mantendo essa tendência — salvo breve interrupção em 1983-1984 — ao longo da década de 1980 e afetando também os bens manufaturados que produzem os países subdesen-

volvidos. Mesmo o petróleo, depois da brusca valorização iniciada em 1979, teve seus preços deprimidos a partir de 1983 e, no fim da década, amargava uma perda superior ao que conquistara na conjuntura 1979-1982.¹³ Não pode, pois, surpreender que a participação dos países subdesenvolvidos no valor total realizado por conceito de exportações haja diminuído, passando de 28,6% que representava em 1981-1983, a 20,8% em 1986; essa tendência afeta os países de todas as regiões exportadoras, com exceção da Ásia, sendo particularmente forte na África e no Oriente Médio¹⁴; em relação à América Latina, sua participação baixa de 5,5 a 5,0% nos dois momentos considerados, cabendo ainda destacar que, em 1989, a região aumentou em 57% o volume das suas exportações em relação a 1980, mas esse aumento se viu reduzido, em termos de valor, a somente 24%, devido à deterioração das relações de troca.¹⁵ Essa perda de participação dos países subdesenvolvidos no comércio mundial — além de dar-se, como vimos, concomitantemente à expansão do mesmo — está implicando, de fato, na sua expulsão dos mercados constituídos pelos países industriais, assim como daqueles conformados por eles próprios: em 1981-1983, 69,6% das exportações dos países industriais se realizaram entre eles, cifra que subiu para 76,5% em 1986, enquanto os países subdesenvolvidos exportaram para seus próprios mercados 29,7 e 27,6%, respectivamente, nos dois momentos considerados.¹⁶

Cabe ressaltar aqui dois traços do comércio mundial que permitem entender melhor o processo de marginalização que estão sofrendo os países dependentes. Primeiro, no que se refere ao fluxo de mercadorias, o aumento de 56 a 73% que apresentam as

manufaturas em geral, entre 1980-1988, enquanto, no mesmo período, os produtos agrícolas retrocedem de 15 para 13,5% e os produtos minerais — o item mais afetado pela produção de novos materiais — despencam de 29 para 13,5%.¹⁷ Segundo, em relação aos serviços, o aumento considerável de seu peso na movimentação do valor, sobretudo se são tomados a título de serviços fatoriais, i.e., fluxos de serviços vinculados a capital e tecnologia, os quais se contabilizam mesmo que não dêem origem a transações de importação e exportação — ou, o que é o mesmo, fluxos que incluem a venda de serviços por empresas estrangeiras instaladas no país.¹⁸

Sob o primeiro aspecto, i.e., enquanto comércio *strictu sensu*, os serviços representaram, para os Estados Unidos, em 1985, 80 bilhões de dólares em exportações e 66 bilhões de dólares em importações, deixando um saldo positivo de 14 bilhões de dólares; sob o segundo aspecto, no mesmo ano, os Estados Unidos perceberam ingressos correspondentes a 96 bilhões de dólares e dispenderam 67 bilhões, elevando o seu saldo positivo para 29 bilhões de dólares. Na América Latina, ocorre o inverso: em 1985, com 19 bilhões de dólares em exportações e 22 bilhões em importações, ela apresenta saldo negativo de 3 bilhões de dólares; mas, com receita de 10 bilhões de dólares e despesa de 46 bilhões por conceito de serviços fatoriais, o seu saldo negativo ascende a 36 bilhões de dólares.¹⁹

Entre os serviços, destacam-se as atividades relacionadas com os bancos, as telecomunicações, a administração, consultoria e turismo, que dão lugar a lucros ou rendas, licenças, *royalties* e honorários. Na esteira das transformações por que passa a economia mundial, com o desenvolvimento das novas tecnolo-

gias e o império do capital financeiro, o seu peso nas economias centrais não cessa de aumentar, variando em torno a 60 e 70% do valor total do PIB. No Brasil, durante a década de oitenta, sua participação no PIB pouco variou, situando-se em torno a 50%, além de incluir ainda, de forma considerável, atividades de menor coturno, como os serviços pessoais.

Reestruturação capitalista e os blocos econômicos

Estamos assistindo, pois, à transição da economia mundial a uma etapa superior, marcada pelo predomínio das manufaturas e serviços ligados às novas tecnologias, que privilegiam o saber, e ao declínio da importância dos produtos primários ou manufaturados que se baseiam em diferenciais de custo determinados pelo uso intensivo de mão de obra barata. Nos termos em que se encontra colocada, essa transição implica uma crescente homogeneização tecnológica dos processos de produção, obtida através da nivelção por cima e traduzida na fabricação de bens altamente padronizados, independentemente do país em que se localizam as plantas produtivas. Isso confere um elevado grau de universalidade às mercadorias, que as torna efetivamente intercambiáveis no plano da produção, o que conduz à internacionalização do processo de trabalho e requer que se iguale de fato a qualificação da força de trabalho. Nestas circunstâncias, os diferenciais de custo passam a depender principalmente da especialização produtiva, a qual — sem excluí-las — deixa cada vez mais de repousar em vantagens comparativas naturais para ser o resultado da produtividade do trabalho.

Chegam ao fim, desse modo, as inversões estran-

geiras que, aproveitando a proteção alfandegária, se destinavam a atender mercados fechados, o que torna compreensível o redirecionamento do capital para os países centrais. Por outra parte, a massa de recursos que a reconversão tecnológica exige, se leva, por um lado, como vimos, à centralização do capital, conduz, por outro, à intensificação da luta por mercados. Basta considerar, por exemplo, que o custo de desenvolvimento de uma central de telecomunicações postula, para que esta seja rentável, uma fatia de 6 a 10% do mercado mundial.²⁰

A transição da economia mundial a uma nova etapa se realiza através de dois movimentos contraditórios, que visam a um só propósito: garantir aos centros industriais o espaço econômico necessário para a circulação dos bens e serviços produzidos sobre a base da modernização tecnológica. O primeiro movimento se relaciona com a modificação dos campos de forças que configuram a economia mundial e seu resultado é a emergência de novos blocos econômicos. O segundo se refere à transformação das relações jurídicas que regem o fluxo internacional de bens e serviços e seu objetivo é tornar mais livre a circulação de mercadorias e capitais no conjunto do sistema.

Como todo processo dessa natureza, a formação de novos blocos econômicos se dá mediante procedimentos de desintegração e reintegração. Isto se observa claramente na América Latina. Marginalizados das correntes dinâmicas que cruzam o mercado mundial, pressionados pelo serviço da dívida externa e atolados no estancamento e na inflação, os países da região vêem fracassar os propósitos de desenvolvimento autônomo e solidário que formularam na década de setenta e de que resultaram iniciativas como

o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), assim como os projetos de afirmação nacional que levantaram países como o Brasil, a Argentina, o México e a Venezuela; isolados e fracos — assim é como querem tratar com eles os Estados Unidos e demais centros capitalistas. O mesmo ocorre com a África, onde nem sequer o projeto sub-imperialista da África do Sul pôde sustentar-se. O campo de influência direta da ex-União Soviética também não foi capaz de resistir. A economia mundial tende a consagrar, no próximo período, o império dos grandes centros capitalistas, sendo poucos os países que, isoladamente, dispõem de potencial suficiente para fazer frente à anexação econômica.

Destaca-se, nesse contexto, o bloco europeu, que estende hoje seu raio de ação mais além da Alemanha e pode até tirar pedaços da ex-União Soviética. Tendo, até agora, como eixo de sustentação, a Alemanha e a França — e, em contraponto, a Inglaterra — esse bloco vê seu equilíbrio ameaçado pelo ressurgimento da Grande Alemanha; por simples adição, esta entrou no clube dos PIB trilhonários (constituído pelos Estados Unidos e o Japão) e contará, assim que se estabilize a situação, com o formidável reforço da mão de obra qualificada e disciplinada de seu lado oriental. Irradiando sua influência principalmente sobre a África, a nova Europa tende, por direito e tradição, a estabelecer relações privilegiadas com a Rússia — país que, por suas características, constitui por si só um verdadeiro bloco econômico, assim como a China.

O Japão tem sua área de influência natural — o Sudeste asiático — e trata de ampliá-la com a Austrália e a Nova Zelândia, assim como com a

América Latina; nesse sentido, o México e o Chile participam já da Conferência da Bacia do Pacífico e para lá se dirige também o Peru. Finalmente, os Estados Unidos — que contrabalançam a relação especial Europa-URSS com uma preferência similar pelo Japão — contam já com a inclusão do Canadá e do México na sua área de influência direta (que abarca, também, tradicionalmente, a América Central) e tratam de estendê-la à América do Sul.

Esse reordenamento do sistema mundial — expressão, no nível econômico e político, do impulso que ganha a centralização do capital — não implica, como vimos, a conformação de campos fechados, mas sim a reunião por cada centro das condições adequadas para fazer frente à luta por mercados, nos termos em que se encontra colocada hoje. De fato, nenhum centro se exclui de antemão da participação nas áreas preferenciais de outro, observando-se inclusive a aspiração de criar um espaço mais amplo, que compreenda o conjunto da economia mundial. Nesse sentido é que, paralelamente à formação de blocos econômicos mais ou menos definidos, se busca transformar a super-estrutura jurídica do mercado mundial e configurar um âmbito funcional à livre circulação do capital.

Na década de oitenta, os Estados Unidos assumiram a iniciativa nesse terreno, começando pela institucionalização do que, desde o princípio, se constituiu em prática do governo Reagan: a utilização da dívida externa dos países dependentes para forçá-los a contribuir mais ativamente para a superação da crise nos países centrais e, paralelamente, a readaptar suas economias de acordo com os interesses destes. Mediante a *FMI bill*, de 1983, e relatórios do

Departamento do Tesouro, de 1982 e 1984, a política norte-americana definiu expressamente o seu apoio, no curto prazo, a programas de estabilização tendentes a controlar a demanda agregada e gerar excedentes exportáveis, com o fim de habilitar os países endividados a servir seus compromissos financeiros internacionais e a inflar a oferta mundial dos bens por eles produzidos, com o conseqüente aviltamento dos seus preços; e, a médio e longo prazo, a programas que privilegiassem o setor privado e os investimentos estrangeiros, no marco do chamado “jogo do mercado”.²¹ Com exceção do Chile, que adotara esse padrão de desenvolvimento desde os setenta, a ação norte-americana é um dos principais fatores para que as políticas neo-liberais se tenham estendido a toda a América Latina, no curso dos anos oitenta.

Junto a progressos feitos no marco das difíceis relações com os demais centros capitalistas, a partir de 1986, encaminhados a avançar na coordenação de suas políticas macro-econômicas, os Estados Unidos e empenharam para levar o GATT a iniciar, em setembro desse ano, a Rodada Uruguai, que pretendia revisar as normas que regem o fluxo internacional de bens e serviços e que terminou em um impasse, devido às resistências do bloco europeu a modificar sua política agrícola protecionista. Ficavam fora das negociações no GATT, de todo modo, dois temas delicados — propriedade intelectual e investimentos estrangeiros — em relação aos quais os Estados Unidos vem recorrendo sem disfarces à sua força política.

Assim, no que tange aos investimentos estrangeiros, já vimos que as vantagens a eles concedidas pelos países dependentes são condição necessária para contar com o apoio norte-americano em questões re-

lacionadas com a dívida externa. O tema da propriedade intelectual, por sua vez, além de discutir-se na instância adequada, converteu-se em objeto de pressão governamental, exercida bilateralmente, a qual gira em torno a três exigências: formas de proteção para circuitos integrados, aplicação de institutos legais já existentes a novos processos industriais (como o direito autoral em matéria de *software*) e extensão da proteção dada a um processo em relação a seus produtos (o que implica o patenteamento de plantas e animais derivados de novos processos industriais). Alguns resultados foram já obtidos pelos Estados Unidos nesse terreno, particularmente no que se refere à proteção de *softwares*, como mostram as mudanças introduzidas na legislação japonesa, em 1984, e coreana, em 1987,²² assim como na brasileira, em 1986.

Fator decisivo para promover a transformação do marco jurídico-institucional que rege as relações econômicas internacionais e readequar a economia mundial aos interesses dos grandes centros capitalistas foi a ofensiva ideológica lançada nos anos setenta pelos Estados Unidos, com base no neo-liberalismo. Visando à recuperação da plena liberdade para a circulação do capital, a ideologia neo-liberal voltou a colocar — como fizera o liberalismo, particularmente durante a hegemonia incontestável da Inglaterra no plano internacional, entre 1860-1880 — temas como a derrubada das barreiras comerciais que protegeram, no pós-guerra, a industrialização da periferia, assim como a redução do Estado, que implica — mediante a privatização das empresas públicas — abrir espaço ao capital privado em áreas que o setor público desbravou e, em geral, de-

bilitar a capacidade das economias dependentes para resistir às pressões externas — capacidade que só o Estado, enquanto força política concentrada, assegura. O resultado da aplicação das políticas neo-liberais tende a ser a destruição de setores econômicos inteiros, em proveito de uma crescente especialização produtiva.

A reconversão latino-americana

É nesse contexto que a América Latina tem que repensar seus projetos e explorar as perspectivas que lhe pode oferecer o mundo de amanhã. O fracasso das políticas de afirmação nacional, postas em marcha nos anos setenta, no plano nacional e regional, deixou a região mergulhada em profunda crise, que a centralização de capital praticada pelos grandes centros não fez senão agravar.

Na década de oitenta — caracterizada pela perda da capacidade de poupança e investimento, em virtude das transferências de valor ao exterior — a queda da produtividade e da inversão nos países latino-americanos, acompanhada do aumento da superexploração do trabalho, acelerou o crescimento do desemprego, enquanto a economia informal assumia formas já não simplesmente extra-legais, mas francamente ilegais — como o narcotráfico — e começava a cindir o sistema econômico e político, fenômeno que assumiu caráter dramático em países como a Colômbia. Simultaneamente, a classe média assalariada — em processo de pauperização, desde meados dos setenta — passou a liberar efetivos de maneira crescente, que intensificaram a competição por empregos com a classe operária ou derivaram para a marginali-

dade. A penúria do Estado acarretou, por sua vez, a decadência dos já deficientes sistemas educacionais e de saúde, deteriorou ainda mais a seguridade social e levou à crise a questão habitacional.

Foi, pois, sobre a base de uma aguda luta de classes que se levaram a cabo os processos de democratização que marcaram a década passada, os quais significaram a derrubada das ditaduras militares, na maioria dos países, ou a flexibilização do regime político, ali onde elas não existiam. A marca registrada desses processos foi a conformação de um amplo e renovado movimento de massas, que se criara na resistência aos regimes repressivos do período anterior. Conformando novos instrumentos, como no caso do Partido dos Trabalhadores brasileiro, ou recorrendo a instrumentos antigos — como o peronismo na Argentina, o cardenismo no México, o trabalhismo no Brasil, o mirismo na Bolívia, a democracia cristã no Chile — esse movimento de massas construiu blocos policlassistas, que travaram com maior ou menor êxito grandes batalhas eleitorais.

Os conflitos interburgueses que se verificaram no curso desse processo puseram em evidência a diferenciação dos interesses da grande burguesia, a qual tendeu claramente a constituir três grandes frações. A mais nova, cuja existência só se observa nos países de maior desenvolvimento relativo, reúne os grupos econômicos vinculados às novas tecnologias — principalmente a micro-eletrônica, a informática, a química fina e a indústria farmacêutica, a indústria de telecomunicações, a indústria aeronáutica e a aeroespacial — cujo porvir está vinculado às transformações por que atravessa a economia mundial e que têm interesse não só na abertura da região ao exterior,

mas também na sua reconversão interna. Os grupos que integram essa fração, sejam eles nacionais ou estrangeiros, optam por uma reconversão econômica que facilite a negociação com os gigantes internacionais que detêm o monopólio tecnológico e financeiro. Isso passa pela reforma do Estado; pela supressão do protecionismo; pela readequação jurídico-institucional — de modo a propiciar a vinculação tecnológica e financeira com o exterior — e pela modernização industrial em grande escala do parque industrial nacional, já que isto lhes proporciona o mercado natural para sua produção e lhes assegura uma base interna, sendo portanto um trunfo na negociação com os grandes grupos internacionais.

Por isso mesmo, essa fração moderna choca-se com a segunda grande fração — a mais numerosa e, politicamente, a mais forte — que integra os grandes grupos empresariais criados ao longo do processo de industrialização, até os setenta, e que vai desde a indústria têxtil e de alimentos até a indústria siderúrgica, mecânica, automobilística. Principais beneficiários das políticas de substituição de importações — e, em geral, dos esquemas de transferência de valor, realizados pelo Estado, em detrimento de outros grupos burgueses e das grandes massas trabalhadoras — eles resistem à proposta de reconversão defendida pela fração moderna, embora de maneira ambígua, já que, se esta os ameaça com a abertura ao exterior e os pressiona para acelerar sua modernização, é solidária com eles na busca de fórmulas capazes de salvaguardar minimamente seus interesses nas negociações com os centros internacionais. Os conflitos entre essas duas frações são particularmente agudos num país como o Brasil, mas se verificam

também em países como o México e a Argentina e, em menor medida, no Chile.

Finalmente, a terceira fração, cuja existência se registra em geral em todos os países latino-americanos, corresponde aos grupos ligados à atividades mineiras e agropecuárias, intrinsecamente dependentes do mercado externo. Ela aparece quase sempre aliada a fração moderna, embora não tenha maior interesse na reconversão propriamente dita, mas sim na abertura ao exterior e nas políticas de fomento às exportações. Nos países em que ela predomina, existe o risco de que a reconversão signifique de fato um regresso da economia à forma e ao papel que eram os seus no século XIX, no marco da divisão internacional do trabalho então vigente. A diferença radicaria sobretudo no caráter mais francamente capitalista que essas economias revestem hoje, em relação ao modo de exploração do trabalho e à gestão empresarial.

O neo-liberalismo é a arma que utilizam os grandes centros capitalistas e a fração moderna das burguesias nacionais para impor sua hegemonia no plano político. As tentativas da fração industrial tradicional para conservar em suas mãos as rédeas da política econômica se expressaram nos chamados choques heterodoxos, mistura de postulados e instrumentos desenvolvimentistas e liberais, que se registram na segunda metade dos oitenta. O fim da década marcou, também, o fim da heterodoxia, dando lugar ao predomínio das políticas neo-liberais, forma e expressão do avanço alcançado nas lutas interburguesas pela fração moderna, aliada à burguesia internacional, ou simplesmente da inequívoca imposição dos interesses desta última.

Perspectivas

A reconversão econômica latino-americana, em vista de uma maior especialização e eficiência produtiva, é uma exigência que não pode ser questionada e é indubitável que ela passa pelo fim do protecionismo, na forma em que este vinha sendo praticado, e pela redefinição do papel do Estado no desenvolvimento econômico e social. Na realidade, a reconversão somente em parte resulta de pressões externas: é o próprio beco sem saída a que a América Latina chegou na década de oitenta que a tornou impostergável, as pressões externas contribuindo apenas para definir seus tempos e sua forma.

Com efeito, urgida a criar saldos comerciais capazes de garantir as transferências de renda ao exterior (que não configuram exportações de capital, como em geral se diz, já que não proporcionam à região qualquer tipo de retorno), ela recorreu à contenção da demanda e até, artificialmente, a subsídios à produção e à exportação. Com isso, contribuiu para aumentar a oferta mundial de bens, com a conseqüente queda de preços, e somou a sangria representada pelo pagamento do serviço da dívida externa com a transferência de valor via preços. Na medida em que os países latino-americanos executaram essa política deprimindo o nível de vida da população e subtraindo recursos ao investimento produtivo, foram levados ao estancamento, à inflação e ao desemprego.

Sair desse círculo vicioso tornou-se um imperativo. É absurdo que, por força das barreiras protecionistas, os consumidores latino-americanos continuem sofrendo o impacto de preços internos mais altos que os internacionais, para assegurar elevadas taxas de lu-

cro aos capitalistas que operam na região. É absurdo que o Estado disponha dos escassos recursos que arranca da população para reduzir os preços dos produtos de exportação, subsidiando os consumidores dos países ricos, ao mesmo tempo que diminui sua receita, ao fazer com que as empresas públicas pratiquem preços artificialmente baixos, seja para assegurar a taxa de lucros exigida pelos capitalistas que utilizam seus insumos, seja para rebaixar os preços dos bens de exportação. É absurdo, enfim, que — em nome de uma competitividade fictícia, que serve apenas para a criação de saldos comerciais — se aviltem os salários dos trabalhadores, enquanto, ante a negativa do Estado de adotar políticas sociais consistentes, estes vejam aumentar suas necessidades insatisfeitas.

É neste sentido que, embora a reconversão em si não seja questionável, o é a forma que adota. Com efeito, procedendo à abertura indiscriminada ao exterior e recorrendo à privatização das empresas públicas, sem qualquer critério, os Estados latino-americanos estão pondo em marcha um processo de graves implicações para nossos países. Nos termos em que está colocada, a reconversão implica selvagem destruição de capital, principalmente nos setores capitalistas mais atrasados, com a seqüela de desemprego que isso acarreta, e uma reforma do Estado que — além da liquidação a preço vil do patrimônio público — implica a dispensa maciça de trabalhadores e funcionários, assim como a contenção das políticas sociais.

É natural, nestas circunstâncias, que — além da resistência da burguesia tradicional, que não discute senão os prazos dos projetos de reconversão em marcha e as garantias que eles lhe dão — estes suscitem também o descontentamento dos trabalhadores das

empresas estatais e funcionários públicos, que defendem suas fontes de emprego, e dos assalariados em geral, que protagonizam mobilizações de caráter marcadamente reivindicativo. O resultado disso tem sido uma oposição — ou oposições — dispersa e, principalmente, carente de uma proposta alternativa global, que se nutra de outra matriz ideológica e política.

Um exemplo ilustra bem essa situação: quando o então recém-formado governo Collor anunciou seu plano de estabilização, em vista da criação de condições para seu projeto de reconversão, os economistas não vinculados ao governo manifestaram reações curiosas: enquanto os que respondem aos interesses da burguesia industrial tradicional criticaram o plano em função de eventuais erros técnicos, os que atuam no campo da esquerda, principalmente PDT e PT, o aplaudiram com entusiasmo. Políticos como Brizola e Lula tiveram, assim, que lançar-se contra o plano sem qualquer apoio teórico, movidos apenas por seu instinto político. A situação da esquerda argentina ou peruana não difere muito disso e mesmo a esquerda chilena não dispõe de uma proposta capaz de modificar seriamente a atuação do Estado, nas novas condições que se criaram em 1989.

Este desarmamento ideológico, tanto da burguesia tradicional como da esquerda, pode creditar-se, numa ampla medida, à ofensiva neo-liberal desfechada nos anos setenta, que tomou inicialmente como alvo a teoria da dependência e sufocou, depois, *ab ovo*, as tentativas da burguesia tradicional de substituí-la por um neo-desenvolvimentismo de caráter social-democrata. A própria social-democracia internacional, desde o Relatório Brandt até o recente trabalho da Comissão Sul, não foi além de contribuições

parciais, que, tiradas do contexto, são assimiladas e refuncionalizadas pelos projetos neo-liberais. Estes são os que, de fato, estão presidindo na América Latina o processo de reconversão.

Torna-se, pois, necessário repensar a problemática da América Latina, distinguindo o que nela corresponde a imperativos ineludíveis e o que não é senão a ótica de classe a partir da qual esses imperativos estão sendo encarados. De partida, a busca da integração à nova economia mundial é um caminho que não pode deixar de ser seguido. Ela supõe, entretanto, reunir condições e criar uma correlação de forças mais favorável para os países da região, ao invés de ir de peito aberto em direção a uma integração com os grandes centros que disfarça mal a anexação que ela encobre.

A integração latino-americana, como condição prévia à integração na economia mundial é, sem dúvida, um instrumento fundamental para isso. Nesse sentido, uma iniciativa como o Mercosul — que reúne o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai — é inteiramente válida, embora deva seguir ampliando-se. Por outra parte, ela não deve ocultar o propósito de chegar a uma maior especialização das economias nacionais, já que só se pode integrar o que é complementar. Isso pressupõe a destruição dos setores não ou menos competitivos de alguns países em benefício de outros, mas sobretudo o desenvolvimento conjunto dos novos setores, principalmente os que se baseiam nas novas tecnologias.

No que tange à integração latino-americana há, por certo, uma questão ainda mais relevante: retirar-lhe o caráter de competência exclusiva dos governos e da burguesia, através de uma maior iniciativa

e controle por parte das forças populares, que dependem da coordenação de esforços no plano sindical, social e cultural, assim como partidário e parlamentar. A integração deve deixar de ser um mero negócio, destinado somente a assegurar áreas de investimento e mercados, para converter-se num grande projeto político e cultural, na melhor tradição da esquerda latino-americana. Isso supõe que operários, estudantes, intelectuais, mulheres, organizações sociais e políticas dos países latino-americanos forjem os instrumentos hábeis para a uniformização de suas demandas e para a coordenação de suas lutas no plano reivindicativo e da legislação laboral, da política educacional e das plataformas programáticas, e se empenhem na inclusão de representantes seus nos órgãos existentes ou por criar no marco do processo de integração.

A especialização produtiva não é tão só, como vimos, um tema que interesse à integração. Ela é necessária também para racionalizar ou suprimir os setores de baixa produtividade, que sobrevivem às custas do protecionismo e do erário público, introduzindo distorções na estrutura de preços — do que se valem os demais setores para praticar preços extorsivos, que levam a que amplas camadas da população sejam marginalizadas do consumo. Entretanto, como a especialização implica expulsão de mão de obra dos setores por ela afetados, deve contar com mecanismos compensatórios, através de políticas públicas de financiamento e incentivo, assim como criação da infraestrutura material e tecnológica, para a expansão de um parque produtivo renovado, capaz de produzir competitivamente, reduzindo os seus custos e, ao mesmo tempo, elevando os salários.

Para chegar a essa meta, a proposta de reforma do Estado que está colocada na América Latina terá que ser revista. Não se trata de defender indiscriminadamente a presença estatal na economia, nem o protecionismo exacerbado, — que só serviram, na maioria dos casos, para transferir valor aos grupos empresariais privados. Trata-se, primeiro, de postular que o Estado assuma papel reitor nessa nova etapa do desenvolvimento da região, como o fez no passado, a fim de orientar o processo e coibir a cupidez dos grupos transnacionais. Trata-se, também, de garantir que a privatização não signifique apenas o trapasso do patrimônio público a mãos privadas, mediante transações de seriedade duvidosa, mas conduza a uma participação popular significativa no plano da produção e da distribuição de bens. Trata-se, enfim, de que as chamadas políticas de austeridade representem de fato o fim das transferências ao setor empresarial privado e, simultaneamente, impliquem o redirecionamento do gasto estatal para as políticas sociais, com prioridade — além da saúde — para a educação, condição *sine qua non* para que a população latino-americana seja capaz de ajustar-se às exigências que as mudanças técnico-científicas acarretam a nível da produção e dos serviços, além de ser instrumento indispensável à elevação política e cultural dos trabalhadores.

Assegurar esse conteúdo à reconversão é tarefa que depende da organização e luta dos povos latino-americanos, em vista de um projeto definido de economia e de sociedade. É ilusão ou pedantismo supor que esse projeto deve ser elaborado antes, para implementar-se depois. Sem retirar aos intelectuais suas responsabilidades, e antes considerando que é

seu dever que eles as assumam em proveito das grandes maiorias, a formulação desse projeto só será alcançada quando ele estiver em processo de realização. É a prática das massas, obtida através de sua participação direta nas lutas sociais e nos organismos e instituições ligados às questões que aqui nos preocupam, é essa prática que permitirá ao povo imprimir sua marca na reconversão. Neste sentido, a defesa e a ampliação da democracia constituem uma arma fundamental para os trabalhadores latino-americanos, já que é nesse marco que eles poderão elevar seus níveis de organização e de luta.

A América Latina encontra-se numa encruzilhada. Sua sorte está sendo jogada, neste fim de século, e o resultado ainda é incerto. Os difíceis momentos que estamos vivendo são os que caracterizam toda grande viragem histórica. Entender que as vitórias até aqui obtidas pelas burguesias nacional e internacional são apenas vitórias parciais, e não o *veredictum* da história — este é o caminho para substituí-las amanhã por vitórias dos povos, degraus para a edificação de uma sociedade melhor, diferente do fruto podre, feito de dependência e miséria, que a burguesia nos oferece.

Notas

1. A noção de ciclo econômico — movimento que envolve fases de expansão, crise e recuperação — é comum a toda a moderna teoria econômica. O conceito de ciclo longo (ou onda longa) — movimento que compreende vários ciclos em uma fase expansiva e outra declinante, com uma duração total aproximada

de meio século — está ligada ao nome do economista soviético Nicolai Kondratiev, que tratou o assunto de forma sistemática na década de 1920, embora outros autores já tivessem aludido a ele, anteriormente.

2. Ver Geraldo Muller, *Introdução à economia mundial contemporânea*, São Paulo, EDUC, 1987, pp. 67-70.

3. Dados tomados do Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook*, semestral, Washington, cit. por Centro Latinoamericano de Economia y Política Internacional (CLEPI), Clepi 88-89. *El desafío de la incertidumbre*, Caracas, Nueva Sociedad, 1988, e da Cepal, *Balance preliminar de la economía de América Latina y del Caribe*, Santiago do Chile, 1989.

4. Dados tomados da UNCTAD, *Handbook of international trade and development statistics*, 1986, Nova Iorque, 1987; CLEPI, op. cit., e Cepal, op. cit.

5. Orlando Caputo, *El comportamiento de la inversión en los principales países capitalistas desarrollados (Borrador para discusión)*, México, 1989, mimeo., quadro 1, p. 4.

6. *Ibid.*, p. 16-23.

7. Peter F. Drucker, "A economia mundial transformada", em *Economic Impact*, Brasília, USIA, n. 2, 1987, p. 3 e 10-11.

8. Clepi, op. cit., quadro I.13, p. 44.

9. Drucker, op. cit., p. 9.

10. Clepi, op. cit., quadro III.23, p. 104.

11. *Ibid.*, quadro III.18, p. 99.

12. Cepal, *La economía latinoamericana y del Caribe en 1989*, Santiago do Chile, FCE, 1990, p. 15.

13. Banco Mundial, *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1988*, Rio de Janeiro, FGV, 1988, ta-

bela A.9, p. 205.

14. Clepi, op. cit., quadro III.10, p. 93.

15. Cepal, *La economía...*, op. cit., quadro 8.

16. Clepi, op. cit., quadro III.13, p. 96.

17. Amaury Porto, "Segunda revolução Industrial chega ao fim nos EUA", em *Panorama da Tecnologia* (Rio de Janeiro), 3-8, 1989, p. 5..

18. Mauro Arruda, "Brasil: é essencial reverter o atraso", em *Panorama da Tecnologia*, op. cit., p. 22.

19. Clepi, op. cit., p. 139.

20. Porto, op. cit., p. 6.

21. Clepi, op. cit., p. 148-149.

22. Porto, op. cit., p. 4.

A CRISE TEÓRICA

A fins dos anos sessenta e no decorrer da década de setenta, as ciências sociais experimentaram um auge sem precedentes na América Latina, que se manifestou na produção de um sem-número de obras significativas, no campo da literatura econômica, sociológica e política. Motivada, em parte, pela instabilidade que caracterizava a vida política da região, sacudida seguidamente por golpes militares, e, em parte, pela expansão econômica que ela atravessava, o que implicava na destinação de recursos apreciáveis para as universidades e centros de pesquisa, favorecendo a realização de congressos, seminários e outros eventos dessa natureza, a intelectualidade latino-americana debatia intensamente suas idéias, trabalhava em conjunto e travava polêmicas acaloradas. Essa vitalidade transbordava os marcos regionais e agitava os meios acadêmicos e políticos da Europa e dos Estados Unidos, motivava a busca de novas linhas de análise de suas realidades nos países africanos e asiáticos e rompia até o enclaustramento que caracterizava o pensamento social no mundo socialista.

A comparação desse extraordinário florescimento intelectual com a pobreza teórica e o formalismo aca-

dêmico que marcam hoje a reflexão científica sobre a nossa realidade provoca perplexidade. Como perplexos ficamos também quando confrontamos a originalidade e liberdade de criação próprias daquela época com a subordinação atual do nosso pensamento aos padrões norte-americanos e europeus. Essa reversão de tendências, essa anemia da capacidade criadora, essa volta ao colonialismo cultural refletem, de certo, em boa medida, a estagnação econômica e a desagregação social que a última década representou para a América Latina. Mas, se se relaciona necessariamente com a vida material e é por ela influido, o pensamento não deixa por isso de ter sua lógica específica e a sua própria história, concorrendo ele também para determinar as circunstâncias em que os homens vivem.

É essa lógica, é essa história que nos preocupam aqui. No desenvolvimento recente das idéias na América Latina está a chave para entender como chegamos a este ponto. O objetivo deste ensaio é o de examinar, ainda que brevemente, essa questão, buscando estabelecer algumas hipóteses capazes de explicá-la.

A CEPAL e a teoria do desenvolvimento

No curso do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o pensamento latino-americano circunscreve-se, em geral, ao liberalismo e ao positivismo, constituindo o que o sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos chamava de pensamento colonial ou reflexo¹, ou seja, uma imitação das correntes que predominavam na Europa. Desde fins do século XIX, através do mesmo mecanismo, se faz também pre-

sente o marxismo, na esteira do surgimento do movimento socialista, sendo significativa neste plano a elaboração de Juan B. Justo, na Argentina. Por outra parte, em função da emergência do imperialismo norte-americano e sua projeção sobre a América Latina, se registra a eclosão de um pensamento anti-imperialista, formulado por intelectuais ligados à oligarquia burguesa, que mantinha vínculos estreitos com as potências européias. Isso é particularmente visível na Argentina. No Brasil, uma obra representativa dessa corrente é *A ilusão americana*, de Eduardo Prado.²

Derivando-se já de outra matriz, a da renovação por que passa o pensamento marxista após a revolução russa de 1917, marxismo e anti-imperialismo convergirão, na década de vinte, para a tentativa de elaboração de um pensamento original sobre a América Latina, particularmente com Juan Carlos Mariátegui, assim como Raul Haya de la Torre, ambos peruanos, a que podemos acrescentar pelo menos o cubano Juan Antonio Mella.³ Mas esse processo, que José Aricó chegou a considerar como uma primeira teoria marxista da dependência⁴, foi truncado pela repressão dos anos vinte e trinta, paralelamente ao enrijecimento doutrinário e político da Terceira Internacional, ambos fatores levando a um recuo do pensamento marxista na América Latina. O que teremos, no período subsequente, são trabalhos de caráter principalmente historiográfico, que procuram reconstruir a história nacional dos países em que se produzem com um instrumental teórico-metodológico novo, do que resultam contribuições valiosas, que não chegam porém a formar escola.⁵

Com efeito, só se pode falar do surgimento de uma

corrente estruturada e, sob muitos aspectos, original de pensamento na região a partir do *Relatório Econômico da América Latina de 1949*, publicado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1950. A importância da teorização que aí se inicia reside na novidade de algumas de suas colocações — embora, as vezes, só parecessem novas pelo desconhecimento do marxismo que caracterizava então a vida intelectual latino-americana — e na grande repercussão que ela alcançou, tanto no plano acadêmico como político. A análise das concepções cepalinas é, pois, indispensável para quem deseja conhecer a evolução do moderno pensamento latino-americano.

Entre as linhas a seguir na análise da Cepal, seria útil considerar, primeiro, a biografia intelectual de seus expoentes, principalmente o argentino Raul Prebisch (responsável direto pelo *Relatório de 1949*), seguido do brasileiro Celso Furtado e do chileno Anibal Pinto; a eles se pode acrescentar o também argentino Aldo Ferrer e o mexicano Victor Urquidi. Como Prebisch, que havia sido diretor do Banco Central, sob Perón, a maioria deles terá participação ativa na política de seus países. Sua formação é, em geral, keynesiana, e alguns ostentam apreciável domínio da economia política clássica, particularmente Prebisch e Furtado, que conhecem bem Ricardo. Suas incursões no campo do marxismo são, porém, extremamente mal sucedidas.⁶

A segunda linha de análise parte da pergunta: o que é a Cepal? Na realidade, ela consiste em uma agência de difusão da teoria do desenvolvimento, que, ao terminar a Segunda Guerra Mundial, surgiu nos Estados Unidos e na Europa. Essa teoria tem, nesse momento, uma função chave: face à emergên-

cia em grande escala de novas nações, que se está verificando no plano mundial, graças aos processos de descolonização, dar resposta à inquietação que estas manifestam, ao perceberem as enormes desigualdades que caracterizam as relações econômicas internacionais. Neste sentido, os países capitalistas centrais passam a desenvolver teorias destinadas a explicar essas disparidades, que os beneficiam de modo gritante, e a tratar de oferecer perspectivas para os novos Estados, teorias que — sob a denominação genérica de teoria do desenvolvimento — se iniciam em órgãos governamentais, passam às agências internacionais e se estendem às universidades e centros de pesquisa.⁷

A teoria do desenvolvimento tratará, pois, de precisar o conceito de crescimento ou desenvolvimento econômico, partindo da idéia de que ele corresponde ao desdobramento do aparelho produtivo, em função da conhecida classificação deste em três setores: primário, secundário e terciário. A fim de explicar porque são os países avançados aqueles em que esse desdobramento ganha plena expressão, a teoria toma o processo de desenvolvimento econômico que neles ocorreu como um fenômeno de ordem geral e a posição que eles ocupam como um estágio superior, colocado no extremo de um *continuum* evolutivo. As diferentes economias que integram o sistema internacional se encontrariam em fases distintas desse processo e apresentariam, pois, distintos graus da escala do desenvolvimento.

Assim entendido, o conceito de subdesenvolvimento corresponde ao de uma situação de desenvolvimento pré-industrial. Em outras palavras, o subdesenvolvimento seria uma etapa prévia ao desen-

volvimento econômico pleno (quando já se completou o desdobramento setorial), existindo entre os dois o momento da decolagem — do *take off*, para utilizar o jargão da época — no qual a economia em questão ostentaria já todas as condições para assegurar um desenvolvimento auto-sustentado. Recapitulando: o elemento central da teoria do desenvolvimento é a idéia do desenvolvimento como um *continuum* e do subdesenvolvimento como uma etapa prévia ao desenvolvimento pleno, que seria assim acessível a todos os países que se esforçassem por reunir as condições adequadas para isso.

Uma segunda linha a destacar na teoria do desenvolvimento é a idéia de que este implicava a modernização das condições econômicas, sociais, institucionais e ideológicas do país. Isto, além de trazer consigo a possibilidade de tensões e de crises, se manifestaria, durante certo lapso de tempo, por uma situação de dualidade estrutural. O tema da modernização e a noção do dualismo estrutural inspiraram o grosso da produção sociológica e antropológica desse período.

Finalmente, um terceiro aspecto a considerar nessa teoria são suas implicações metodológicas. Na medida em que desenvolvimento e subdesenvolvimento eram, no fundo, a mesma coisa, ou seja, momentos de constituição da mesma realidade, só poderiam ser diferenciados mediante a aplicação de critérios quantitativos, os únicos adequados para situar uma economia neste ou naquele ponto da escala evolutiva. Assim, o subdesenvolvimento se definiria através de uma série de indicadores — produto real, grau de industrialização, renda *per capita*, índices de alfabetização e escolaridade, taxas de

mortalidade infantil e de esperança de vida etc. — destinados a classificar as economias do sistema mundial e a registrar seu avanço no processo do desenvolvimento.

Salta aos olhos os inconvenientes dessa metodologia. Primeiro, ao ser essencialmente descritiva, não oferecia qualquer possibilidade explicativa. Segundo, o resultado a que chegava era uma perfeita tautologia: uma economia apresentava determinados indicadores porque era subdesenvolvida e era subdesenvolvida porque apresentava esses indicadores. Girando nesse círculo vicioso, a compreensão efetiva do subdesenvolvimento se via obstaculizada e o máximo a que se poderia aspirar, com base em correlações verificáveis, era a formular proposições do tipo "se...então".

Como quer que seja, foi da teoria do desenvolvimento que partiu a Cepal. Para entender porque o fez, cabe recorrer a uma última linha de análise, que tem a ver com o papel dos Estados Unidos na construção do mundo de após-guerra. Deixaremos de lado, aqui, suas iniciativas no plano político, econômico e militar, para nos ocuparmos apenas do que se deu no plano ideológico. Neste sentido, cabe registrar a criação de comissões econômicas regionais, subordinadas ao Conselho Econômico e Social da ONU e com assento na Europa, Ásia e Extremo Oriente, e América Latina, a que se seguiram, depois, mais duas — para a África e para a Ásia Ocidental.

O objetivo dessas comissões era estudar os problemas econômicos regionais e propor políticas de desenvolvimento. De fato, a missão que se assignou a essas comissões foi a de serem agências de elabora-

ção e difusão da teoria do desenvolvimento, no contexto da política de domesticação ideológica que as pressões do que viria a chamar-se de Terceiro Mundo passaram a exigir.

Iniciando formalmente seus trabalhos em 1948, em Santiago do Chile, a Cepal não recusará a missão que lhe fora confiada, mas o fará na qualidade de verdadeira criadora de ideologia, isto é, atendendo às especificidades da América Latina. E essas especificidades da região, frente aos novos países capitalistas que a descolonização está criando, são irrecusáveis. Com efeito, além de sua precoce independência política, a América Latina contava então com mais de um século de capitalismo, que havia promovido o desenvolvimento de complexas estruturas de classes e de Estados nacionais consolidados. Além disso, em muitos dos seus países, a industrialização iniciada entre as duas guerras mundiais havia modificado as alianças de classe e convertido a burguesia industrial em parte plena do bloco no poder.

Assim, ao constituir-se, a Cepal estará vinculada à realidade interna da América Latina e expressará as contradições de classe que a caracterizam, particularmente as contradições interburguesas. Na verdade, ela será instrumentalizada pela burguesia industrial latino-americana, tanto em função das lutas sociais e políticas internas, quanto das relações a serem desenvolvidas com a economia mundial. Isto fará com que a Cepal, partindo da teoria do desenvolvimento, tal como fora formulada nos grandes centros, introduza nela modificações, que representarão sua contribuição teórica própria, original, e que tornarão o desenvolvimentismo latino-americano um produto, mas não uma simples cópia da teoria do desenvolvimento.

O desenvolvimentismo

No plano teórico, a contribuição mais importante da Cepal é sua crítica à teoria clássica do comércio internacional. Baseada no princípio das vantagens comparativas, segundo a qual cada país deve especializar-se na produção de bens em que tenha vantagens comparativas, o que lhe assegura maiores índices de produtividade e portanto melhores condições de competição, essa teoria sustenta que, nestes termos, as transações que se realizam no mercado mundial resultam em benefício para todos os participantes.

A Cepal dirá que isso não se passa assim. Por um lado, demonstrará empiricamente que, a partir de 1870, se registra no comércio mundial uma tendência permanente à deterioração dos termos de troca, em prejuízo dos países exportadores de produtos primários. Por outro lado, afirmará que isso propicia transferências de renda — na realidade, transferências de valor, conceito que a Cepal não maneja com muita precisão — as quais implicam que os países subdesenvolvidos, que exportam esses bens, são submetidos constantemente a uma sangria de riqueza em favor dos mais desenvolvidos, o que acarreta a descapitalização dos primeiros. Radicalizando mais tarde esta proposição, a teoria da dependência lhe dará uma formulação mais acabada, através da teoria da troca desigual, cuja pedra angular é a idéia de que o desenvolvimento de alguns países resulta precisamente do que determina o subdesenvolvimento dos demais.

Para a Cepal, a deterioração dos termos de troca deve-se ao fato de que o mercado mundial enfrenta países industrializados a países de economia pri-

mário-exportadora. Estes últimos, ao não desenvolverem o seu setor industrial ou manufatureiro, não são capazes de produzir tecnologias e meios de produção capazes de elevar a produtividade do trabalho; paralelamente, a inexistência desse setor limita a expansão da oferta de emprego na economia, levando a que se registre no setor primário uma força de trabalho excedente, que dificulta a elevação da sua produtividade e reduz o seu preço (ou salário), redundando afinal na super-acumulação de mão de obra no setor serviços, onde isso provoca os mesmos efeitos. Estaria aí a razão dos baixos salários que se verificam nas economias subdesenvolvidas, os quais, por um lado, representam um freio ao progresso tecnológico e, por outro, não permitem a expansão e a dinamização do mercado interno.

Os países desenvolvidos, inversamente, são aqueles que, com base num setor secundário expansivo e uma demanda dinâmica de mão de obra, ostentam salários altos, os quais induzem à introdução de inovações tecnológicas tendentes a reduzir a participação do trabalho na produção e, portanto, o impacto dos salários no seu custo. A elevação da produtividade daí resultante não seria transferida plenamente e imediatamente ao preço dos bens, levando a que, no comércio internacional, esses bens mantivessem preços altos. Isto favoreceria a translação de riqueza da periferia subdesenvolvida ao centro desenvolvido.

Ainda que não seja nossa intenção criticar aqui as teses da Cepal, não podemos deixar de indicar que, captando corretamente o fenômeno empírico da deterioração das relações de troca, a Cepal o explicava mal, já que, mais cedo ou mais tarde, o aumento da produtividade e a consequente redução de custos têm

que se transferir aos preços, a menos que se verifiquem situações anormais no mercado mundial, como as que configuram uma situação de monopólio ou as que se derivam de guerras ou catástrofes naturais. Por outra parte, o desenvolvimento do capitalismo nos países subdesenvolvidos implicou, desde o princípio, na introdução de novas técnicas e o consequente aumento da produtividade do trabalho. Já a questão da remuneração da força de trabalho nos países subdesenvolvidos representava uma intuição formidável, apesar de mal estabelecida, uma vez que não se tratava simplesmente de uma consequência da baixa produtividade, como a vida se encarregaria de demonstrar.

Como quer que seja, com o seu esquema centro-periferia, ou seja, ao tomar como ponto de partida a economia capitalista mundial e as relações que aí se verificavam entre as economias nacionais, a Cepal ia muito além da teoria do desenvolvimento e assegurava para o conjunto de suas teses uma validade de princípio, até então privilégio exclusivo da teoria marxista do imperialismo. De fato, a afirmação de Prebisch no sentido de que o "desenvolvimento econômico dos países periféricos é mais uma etapa ...no processo de desenvolvimento orgânico da economia do mundo" ⁸ faz lembrar irresistivelmente Bukhárin. As limitações do pensamento cepalino, entretanto, eram um tributo à ligação umbilical que ela não deixou nunca de manter com a teoria do desenvolvimento.

Fiel à idéia do desenvolvimento econômico como *continuum*, a Cepal não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e a complementariedade — como o faria, a seu tem-

po, a teoria da dependência — mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico do acúmulo de capital. Isto implicava que, através de medidas corretivas aplicadas ao comércio internacional e da implementação de uma política econômica adequada, os países subdesenvolvidos veriam abertas as portas de acesso ao desenvolvimento capitalista pleno, pondo fim à situação de dependência em que se encontravam ante os grandes centros. Esta tese — do desenvolvimento autônomo — constitui uma das marcas registradas do pensamento cepalino.

A exigência de uma política econômica centrada na superação do subdesenvolvimento repousava em outro elemento chave da ideologia cepalina — a da concepção do Estado como algo colocado acima da sociedade e capaz de se dotar de uma racionalidade própria. Apoiada nisso, a Cepal saltava do plano em que situava a sua análise econômica, que se regia por leis objetivas e onde interesses econômicos se enfrentavam ferozmente, para a visão idílica de um mundo entendido como o campo de relacionamento entre Estados, prontos a substituir o enfrentamento pela negociação e as leis econômicas pelo desejo de cooperação.

Se a política econômica era o instrumento, o objetivo essencial a que ela deveria visar para superar o subdesenvolvimento era, para a Cepal, a industrialização. Vimos já como, a seus olhos, esta seria capaz de promover uma melhor distribuição da força de trabalho entre os setores produtivos; elevaria os salários, tornando possível o mercado interno; e forçaria o progresso técnico e o aumento da produtividade do trabalho, pondo fim às transferências internacio-

nais de renda. A industrialização se realizaria mediante uma política deliberada de substituição das importações de bens manufaturados.

A confiança que a Cepal depositava na industrialização, como medida suficiente para superar o subdesenvolvimento, se estendia às virtudes que ela teria como instrumento de transformação social. Admitindo que certas reformas eram necessárias, no plano institucional e político, a Cepal subestimava as medidas distributivas — aí implicada a reforma agrária, salvo como disposição de interesse secundário.⁹ No pensamento da Cepal — que por isso mereceu o qualificativo de “desenvolvimentista” que lhe foi dado — a industrialização assumia o papel de *deus ex machina*, suficiente por si mesma para garantir a correção dos desequilíbrios e desigualdades sociais.

O desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhando já o poder do Estado com a burguesia agrário-exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso à aliança com o proletariado industrial e a classe média assalariada. Ao mesmo tempo que acena para estes com a ampliação da oferta de emprego e maiores salários, o desenvolvimentismo, mediante a crítica do esquema tradicional de divisão internacional do trabalho, exige dos grandes centros capitalistas o estabelecimento de um novo tipo de relações e, rechaçando o modelo primário-exportador, abre fogo contra a velha classe dominante. Evita, porém, no contexto da luta inter-burguesa, colocar como premissa do modelo industrial a reforma agrária, tanto

mais que a política da burguesia industrial não passava pela aliança com o campesinato.

No curso dos anos cinquenta, paralelamente ao avanço da burguesia industrial, tanto em países em que já era forte — como Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, México — quanto nos outros, que têm então seu crescimento industrial acelerado, o desenvolvimentismo se converte na ideologia dominante e na matriz por excelência das políticas públicas. Entretanto, depois de uma década de expansão, a economia latino-americana desemboca, nos anos sessenta, na crise e na estagnação, pondo a nu as características perversas que havia assumido o processo de industrialização. Isso não poderia deixar de repercutir profundamente nos arraiais cepalinos, provocando uma crise ideológica de vastas proporções.

A crise do desenvolvimentismo

A crise que, a princípios dos anos sessenta, se abate sobre a maioria dos países latino-americanos é, simultaneamente, uma crise de acumulação e de realização da produção. Ela se manifesta, por um lado, no estrangulamento da capacidade para importar os elementos materiais necessários para o desenvolvimento do processo de produção e, por outro, nas restrições encontradas para a realização dessa produção. Ambos fenômenos derivam do fato de a industrialização haver sido levada a cabo sobre a base da velha economia exportadora, isto é, sem acudir a reformas estruturais capazes de criar um espaço econômico adequado ao crescimento industrial.

Nos países capitalistas avançados, a industrialização se dera de maneira orgânica, levando a que o

crescimento do setor de bens de consumo gerasse imediatamente como contrapartida a expansão do setor de bens de produção, sem o que o processo se veria bloqueado. Nos países latino-americanos, a industrialização substitutiva de importações opera sobre a base de uma demanda pré-existente de bens de consumo, que fazia dos investimentos nesse setor os mais rentáveis e permitia que o processo de produção se sustentasse graças à importação crescente de bens de capital, isto é, bens intermediários, máquinas e equipamentos. A continuidade de uma industrialização colocada nesses termos dependia do crescimento progressivo da capacidade para importar e, portanto, de uma massa crescente de divisas.

De onde vinham, entretanto, essas divisas? No que se refere às exportações, e na medida em que haviam permanecido intocadas as velhas estruturas de produção, elas continuavam consistindo em bens primários tradicionais, sujeitos à tendência secular da deterioração das relações de troca, já diagnosticada pela Cepal. O setor manufatureiro não se preocupava com conquistar mercados externos e fazia desaguar toda a sua produção no mercado interno — o que quer dizer que continuava dependendo do setor primário para a obtenção das divisas necessárias para garantir a aquisição dos bens de produção que ele necessitava. Por essa via, a indústria, que a Cepal anunciara como alavanca do desenvolvimento autônomo, limitava-se a modificar a relação de dependência da América Latina frente ao mercado mundial, sem introduzir nela um real elemento de superação.

A segunda fonte de divisas consiste nos aportes de capital estrangeiro, derivados de investimentos dire-

tos, empréstimos, financiamentos e doações. Frente a uma receita de exportações relativamente estática, a América Latina reclamará dos Estados Unidos uma generosidade semelhante à que se materializara no Plano Marshall, concebido em favor da reconstrução européia e que representara a mobilização de uma considerável ajuda, consistente em créditos públicos e doações governamentais. A última tentativa séria nesse sentido fora a do presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, a fins dos anos cinqüenta, quando lançara a Operação Pan-Americana. Mas a OPA acabará sendo suplantada pela iniciativa norte-americana da Aliança para o Progresso, com marcado caráter assistencialista e ênfase nos investimentos estrangeiros privados.

Estes investimentos haviam começado a penetrar, desde princípios da década de cinqüenta, o setor industrial latino-americano, ganhando forte impulso em sua segunda metade. A industrialização nesse período, com destaque para o Brasil, encontrará neles um fator de aceleração. Completado, porém, o tempo de maturação desses investimentos, isto é, chegado o momento da obtenção real de lucros, eles revelaram sua natureza contraditória: esses lucros haviam sido obtidos no mercado interno, realizando-se portanto em moeda nacional, mas, para ser efetivos, para reincorporar-se ao patrimônio da matriz estrangeira, deveriam agora converter-se em moeda internacional, em divisas, que teriam que ser subtraídas ao montante obtido com as transações externas.¹⁰ Em outras palavras, o que servira para ampliar a capacidade importadora da América Latina, tornava-se agora em elemento que a constringia.

Enquanto se tratara de um mercado interno em expansão, a entrada de capitais externos superou as saídas, mascarando o problema. Mas o mercado interno logo encontraria o seu limite. As grandes migrações do campo para a cidade, que a manutenção das estruturas tradicionais de produção provocou e que a industrialização incentivou, se traduziram em rápido crescimento da oferta de mão de obra, que se fazia cada vez mais redundante no setor produtivo, acabando por descambar para o desemprego ou formas de subemprego mal disfarçadas no setor serviços. Por trás dessa incapacidade da indústria para criar empregos — mais do que o uso de tecnologias inadequadas, como pretendia a Cepal, já que é próprio do progresso técnico economizar mão-de-obra — estava a brutal superexploração do trabalho que ali se praticava.

Combinando salários baixos com a prolongação da jornada e a intensificação do ritmo de trabalho, o capital industrial mobilizava massas de trabalho infinitamente maiores que as que, em condições normais, corresponderiam à soma de dinheiro que destinava ao seu pagamento¹¹, inabilitando-se assim para assimilar boa parte das novas forças de trabalho que se incorporavam ao mercado. Pior ainda, acabava por criar uma distribuição da renda extremamente perversa, que condenava a imensa maioria da população a níveis de consumo miseráveis, em muitos casos abaixo do padrão mínimo de subsistência — o que restringia o mercado interno e desestimulava a introdução de novas técnicas de produção. Para completar o quadro, a preservação da velha estrutura agrária e a concentração dos investimentos na indústria provocaram o descompasso entre a oferta de

alimentos e o crescimento urbano, empurrando os preços agrícolas para cima e desatando a inflação.

Desde princípios de década de sessenta, a Cepal modifica suas colocações e, retificando o enfoque meramente desenvolvimentista que as caracterizava, passa a dar mais ênfase às reformas de estrutura. Mas é muito tarde. As lutas sociais que marcaram a década anterior haviam já desembocado na Revolução cubana, que abalava a dominação norte-americana e semeava o pânico entre as classes dominantes no continente. Quando se abre o ciclo das ditaduras militares, o desenvolvimentismo cepalino entra francamente em crise.

Esta se torna visível depois do afastamento de Prebisch — que, em 1963, troca a Cepal pela UNCTAD. Em 1964, Celso Furtado se empenha em demonstrar que a economia latino-americana tende estruturalmente à estagnação; esta não seria, portanto, provocada por esta ou aquela política econômica — o que abalaria a Cepal — mas resultaria da própria dinâmica das estruturas econômicas da região.¹² Em 1965, numa reflexão sobre a evolução recente da América Latina, Anibal Pinto constata a formação de uma grande burguesia industrial, altamente concentrada e ligada ao capital estrangeiro, que havia se diferenciado das demais camadas burguesas e tendia a operar mediante práticas monopólicas, que não favoreciam o dinamismo econômico e muito menos um desenvolvimento equilibrado, comprometido com a distribuição da riqueza. A conclusão de Pinto é mais desesperada ainda que a de Furtado: caberia ao Estado — para a Cepal, um ente para-social, como vimos — intervir em favor do que ele chamava de “pólo subdesenvolvido”, cortando a expansão do setor capitalista ou moderno,

ou seja, atuar contra o próprio desenvolvimento econômico, nos termos em que a Cepal o tinha colocado.¹³

A crise do desenvolvimentismo significou, para a Cepal, a perda da posição privilegiada que alcançara em sua primeira década de funcionamento, quando chegara a ser a agência ideológica por excelência da América Latina. A partir de sua nova posição, de conceituado organismo técnico, a Cepal continua a realizar estudos e a produzir relatórios da melhor qualidade. Mas o processo do pensamento latino-americano a deixou para trás, dando lugar a novas manifestações teóricas.

A teoria da dependência

Parte integrante da crise do desenvolvimentismo foi a crítica exercida sobre ele, no curso da primeira metade da década de sessenta, por parte de uma intelectualidade que se formara sob sua influência, mas que não pertencia a essa corrente de pensamento. Este ponto requer, porém, ser tratado com cuidado, já que não se pode ver o desenvolvimento das ideologias como mero desdobramento delas mesmas. De fato, o pensamento que se vai estruturar mais adiante, na segunda metade da década, não constitui uma simples resposta ao desenvolvimentismo: ele foi também, numa ampla medida, o resultado das lutas que se registram no interior da esquerda.

Desde os anos vinte, falar de esquerda era falar dos partidos comunistas. Desenvolvendo-se, inicialmente, num quadro de florescimento teórico, que abre perspectivas novas para a compreensão da América Latina, os comunistas estreitam sua visão, sob o impacto da repressão policial e do stalinismo.

Nesse contexto, impõem-se as concepções da Terceira Internacional, para quem a América Latina era idêntica à Ásia (a "China do Extremo Ocidente", segundo o VI Pleno da Internacional Comunista), sendo a ela inteiramente aplicáveis as teses relativas à questão colonial. É nesta perspectiva que os comunistas latino-americanos levantam o lema da revolução democrático-burguesa, anti-feudal e anti-imperialista, ao mesmo tempo que postulam a existência de uma burguesia nacional capaz de levá-la a cabo.

A ascensão da burguesia industrial no pós-guerra e, principalmente, o brilho da sua expressão ideológica — o desenvolvimentismo — apanham os comunistas desarmados. O débil desenvolvimento do marxismo no período anterior — quando ficara confinado sobretudo à historiografia — leva, então, a que a teoria geral adotada pelos comunistas seja a que propõe a burguesia industrial. E isto é compreensível: correspondendo ao período em que os PCs se batem pela criação de uma frente única entre a burguesia e o proletariado, a Cepal lhes oferece de bandeja uma burguesia nacional e uma teorização sobre os mecanismos de exploração capitalista internacional próxima à teoria do imperialismo.

No curso da década de cinquenta, entretanto, vai-se constituindo em toda a América Latina uma esquerda não-comunista, saída em geral das fileiras dos movimentos populistas e com forte incidência, em sua composição social, de estudantes, intelectuais em geral e jovens militares. Com o nome genérico de "esquerda revolucionária", ela passa à história através de expressões tão significativas como o Movimento 26 de Julho, em Cuba; o movimento sandinista,

na Nicarágua; os Movimentos de Esquerda Revolucionária (MIR), na Venezuela e no Peru. Valorizando a prática revolucionária e a luta armada, essas forças começam a estabelecer contactos entre si e a gerar uma nova ideologia, que tem como característica a exigência de vincular a luta anti-imperialista e a luta anti-capitalista, embora não abrace ainda explicitamente os ideais do socialismo. Só progressivamente isto virá a ocorrer, iniciando-se a luta contra o monopólio do marxismo pelos PCs, fenômeno que cristaliza com o grupo da revista *Praxis*, na Argentina, onde pontificava Silvio Frondizi; com a organização Política Operária (Polop), no Brasil, e a Liga Comunista, no México.

A formação da esquerda revolucionária latino-americana não pode dissociar-se do aguçamento das lutas sociais do período. Elas traziam, como ingredientes novos, a emergência do campesinato como movimento social e o surgimento de um proletariado pobre nas cidades, que deu origem às teorias sobre a marginalidade urbana. Paralelamente, adensava-se o tecido da classe média citadina o que levou ao rápido aumento dos estudantes e jovens profissionais, cada vez mais descontentes com a falta de perspectivas que lhes estava abrindo o desenvolvimento empresado pela burguesia industrial.

É natural que, em sua luta ideológica com os PCs, a esquerda revolucionária latino-americana se defrontasse com as teses da Cepal, já que, como vimos, os comunistas as utilizavam para fundamentar seu gradualismo reformista. Não há, entretanto, por parte dela, uma formulação alternativa sistemática a essas teses. Esta tarefa será realizada, mais adiante, por seus intelectuais orgânicos e pela grande maioria

da intelectualidade jovem, que buscava uma saída ante a crise do desenvolvimentismo.

Como corrente estruturada de pensamento, a teoria da dependência se configura a meados dos anos sessenta, a partir de um conjunto de trabalhos elaborados ou publicados entre 1964 e 1967, os quais dão lugar, no seio da intelectualidade latino-americana, a uma discussão extremamente rica. O golpe militar no Brasil e, em seguida, a onda repressiva em todo o continente criam involuntariamente condições favoráveis para isso, ao promover deslocamentos físicos de exilados. Postos em estreito contato, intelectuais brasileiros, argentinos, uruguaios, chilenos, mexicanos, peruanos, centroamericanos estabelecem um intenso intercâmbio de idéias e uma fecunda confrontação de experiências. A partir de 1968, concomitantemente à generalização dos golpes militares e ao avanço da repressão no continente, a intelectualidade de esquerda começa a convergir para o Chile, que conservava intacto seu regime democrático e que acaba por converter-se no *locus* privilegiado de elaboração da nova teoria.

Como a Cepal, a teoria da dependência parte da noção do capitalismo como um sistema mundial; mas, diferentemente da Cepal, não considera o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como etapas de um *continuum*: eles serão vistos, antes, como realidades distintas e contrapostas, ainda que estruturalmente vinculadas. O subdesenvolvimento não é uma etapa que precede o desenvolvimento, ele é um produto do desenvolvimento do capitalismo mundial; neste sentido, ele corresponde a uma forma específica de capitalismo, que se apura em função do próprio desenvolvimento do capitalismo.

É a isto que corresponde a discutida fórmula de André Gunder Frank, relativa ao "desenvolvimento do subdesenvolvimento". Concebida à luz da distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico (na realidade, pouco rigorosa), ela não implica que a economia dependente não possa crescer economicamente, mas sim que, quanto mais cresce a economia dependente, mais ela aguça as diferenças específicas que a separam do capitalismo existente nos países avançados. Derivar daí uma suposta incapacidade de crescimento da economia dependente, que a condenaria à estagnação econômica, representa um erro grosseiro. Ao que a fórmula aponta é simplesmente à noção de que, em situação de dependência, a mais desenvolvimento capitalista, mais dependência.

Dessa maneira, a teoria da dependência levava a descartar a noção do desenvolvimento capitalista autônomo, cara aos ideólogos cepalinos, e a considerar que a dependência não poderia ser superada nos marcos do capitalismo. Esta idéia está implícita mesmo nos trabalhos ideologicamente mais tibios que se escreveram na época. Nos autores mais radicais, ela conduz a ligar explicitamente anti-imperialismo e anti-capitalismo, o que implica que a luta contra a dependência se conceba necessariamente como luta pelo socialismo.

No plano estritamente econômico, a dependência não devia ser vista, segundo a nova teoria, principal e fundamentalmente através das relações mercantis, como fazia a Cepal. Apesar de que foi mais longe ainda que esta em sua crítica aos mecanismos de exploração involucrados no comércio internacional, a teoria da dependência conferiu enorme importância ao movimento internacional de capitais, particular-

mente aos investimentos diretos (então predominantes), assim como à dependência tecnológica. A ação desses distintos mecanismos promovia, no seu entender, uma integração superior da América Latina à economia mundial.

Para a teoria da dependência, e na medida em que ambos são frutos do desenvolvimento do capitalismo mundial, o imperialismo não é algo externo à dependência. Pelo contrário, o imperialismo permeia toda a economia e a sociedade dependentes, representando um fator constitutivo de suas estruturas sócio-econômicas, de seu Estado, de sua cultura. Assumir essa perspectiva importava em abrir perspectivas novas para os estudos históricos e sociológicos na América Latina.

A princípio dos anos setenta, a teoria da dependência centraliza já o debate intelectual na América Latina e começa a irradiar sua influência aos grandes centros de pensamento norte-americanos e europeus. A essa altura, porém, começam a esboçar-se as divergências que marcariam seu desenvolvimento ulterior. A razão principal está em que, vinculada originariamente à teoria do imperialismo, a nova corrente avança no sentido de assimilar Marx à sua análise. Embora isso coincidissem com o novo auge do marxismo europeu, não se tratava, como ocorrera tantas vezes na vida intelectual latino-americana, de uma atitude imitativa. Era, antes, a culminação de um movimento natural.

Concebida a partir da luta teórica no seio da esquerda, a teoria da dependência substituirá a visão do mundo que tinha a Cepal, marcada pelo ecletismo e pelo compromisso, pela que proporcionava a teoria marxista do imperialismo. Nisso estavam todos de

acordo e seus integrantes recorriam livremente a Lenin, a Bukhárin, a Hilferding. Mas somente os que tinham formação marxista e militância política se valiam diretamente de Marx para a análise da formação econômica latino-americana, vinculando-a explicitamente à questão da luta anti-capitalista. As divergências que nascem daí debilitam o movimento, levando-o a baixar a guarda ante os ataques que ele vai sofrer no período posterior.

Endogenismo e neo-desenvolvimentismo

Assim como o golpe militar de 1964, no Brasil, precipitou a crise do desenvolvimentismo e abriu caminho para a afirmação da teoria da dependência, a derrota da Unidade Popular no Chile, em 1973, impactou negativamente esta última. Não havia uma razão direta para isso: se é verdade que o Partido Comunista chileno era permeável ao enfoque e a certas teses dependentistas, principalmente seus intelectuais jovens, e também o Partido Socialista, não se pode de modo algum dizer que o governo de Salvador Allende houvesse baseado sua concepção política e sua política econômica na teoria da dependência. Entretanto, os acontecimentos no Chile puseram em crise a intelectualidade latino-americana de esquerda e essa crise tendeu a se manifestar através do questionamento do que aparecia como a ideologia de esquerda por excelência.

O centro dessa elaboração crítica foi o México, onde se havia concentrado a massa de intelectuais exilados na América Latina, depois do golpe chileno. Sua primeira expressão pública se deu no Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado em São

José da Costa Rica, ao qual não compareceu a maioria dos principais representantes dessa corrente e que se converteu num verdadeiro juízo às teses dependentistas.

Nesse contexto, o trabalho mais destacado foi o que ali apresentou o sociólogo equatoriano Agustín Cueva que, no essencial, acusava os dependentistas de dar demasiada ênfase às relações entre nações, obscurecendo as relações de classes.¹⁴ A crítica não era inteiramente nova¹⁵ e tampouco justa. É certo que os dependentistas, preocupados com os mecanismos de exploração capitalista no plano internacional, partiam das relações que as classes dominantes nacionais estabeleciam entre elas, no marco inter-estatal. Não é menos certo, porém, que eles se preocuparam com a maneira como isso afetava as relações internas de exploração e, portanto, de classe¹⁶, e que contribuíram grandemente para o estudo da vida social e política, proporcionando-lhe uma matriz distinta da que oferecia o funcionalismo e a sociologia sistêmica.¹⁷

Como quer que seja, este foi o sinal para que se buscasse recolocar a análise da realidade latino-americana desde outro ponto de vista, em que a ênfase estava posta no processo de formação do capitalismo na região e sua dinâmica interna. Conforma-se assim a corrente endogenista, onde, ao lado de Cueva (o menos endogenista e o mais dependentista de todos eles), figuram historiadores como os mexicanos Enrique Semo e Roger Bartra, o brasileiro Cyro F. S. Cardoso, entre outros.¹⁸ Em geral, pode-se dizer que o endogenismo representa a reação do que chamaremos de marxismo histórico, isto é, da intelectualidade vinculada aos partidos comunistas de orientação

soviética ou maoísta, que havia perdido posições na esquerda para a teoria da dependência, a fins dos anos sessenta.

O endogenismo afirmava a necessidade de considerar o desenvolvimento do capitalismo latino-americano em si, pondo de lado — pelo menos num primeiro momento — a questão do imperialismo. Nessa perspectiva, para a análise da formação social latino-americana, seria preciso ater-se rigorosamente ao marco de referências estabelecido por Marx para o estudo do modo de produção capitalista. O ponto de partida para o endogenismo, pois, é a acumulação primitiva do capital nessas economias, a que devem seguir-se, de acordo com o esquema de Marx, as fases manufatureira e fabril, num processo que se entrelaça e se articula com outros modos de produção que preexistem ao capitalismo. O imperialismo constituiria uma variável a ser introduzida *ex post*, uma vez entendida a peculiaridade da formação social estudada.

Aí reside o principal ponto de ruptura com o enfoque da dependência, já que, para esta, a constituição da economia capitalista dependente é inseparável do processo mundial que engendra o imperialismo. Por outra parte, há uma evidente confusão entre o conceito de modo de produção, no plano em que Marx situa sua análise, e o conceito de formação social. Isso conduz ao dogmatismo e gera dificuldades de toda sorte, como a exigência de encontrar correspondências entre o esquema de desenvolvimento do capitalismo, ao modo de Marx, e o desenvolvimento histórico-concreto de economias nacionais, que sofrem o impacto do processo histórico do capitalismo mundial.

Numa formação social, mesmo a mais desenvolvida, o modo de produção dominante coexiste com rela-

ções de produção de outra natureza, que ele refuncionaliza sem destruir inteiramente. Mais, ainda: na economia mundial engendrada pelo capitalismo, este se articula com outros modos de produção, que podem ser dominantes em outras formações sociais, e seu efeito transformador (ou inibidor) se exerce a nível da formação social, graças sobretudo à ação dos elementos capitalistas que nela existam. É o caso, por exemplo, da manufatura brasileira, cuja possibilidade de desenvolvimento — além de limitada pela preponderância de relações de produção não capitalistas, no período — é cortada pelo Estado, no século XVIII, para atender aos interesses da manufatura inglesa.

Deixar de levar em conta a ação de uma formação social sobre outra pode provocar também erros de análise, quando se enfoca o desenvolvimento de uma delas. Assim, em relação a acumulação originária, é necessário distinguir entre a que se realiza por e para o capitalismo central, nos séculos XVI e XVII, e a que, no século XIX, atende às exigências do nascente capitalismo latino-americano. Não fazê-lo implica, muitas vezes, postular uma espécie de acumulação primitiva permanente, que acaba por incorporar até a acumulação capitalista, com seus movimentos de concentração e centralização.

Paralelamente ao endogenismo, desenvolve-se na segunda metade dos setenta uma outra corrente de pensamento, que tem origem diferente. De fato, uma vez superada a crise dos anos sessenta, a burguesia industrial latino-americana se reforçara, estando então em condições de desfechar uma nova ofensiva ideológica, que se expressaria em formulações alternativas à teoria da dependência. Não se tratava

mais, para a burguesia industrial, de lutar pela supremacia no bloco dominante, já alcançada: agora, o que ela buscava era afirmar sua hegemonia no plano nacional e melhorar sua posição internacional.

Contribuiu para isso a crise que atravessavam os países capitalistas avançados, que se fizera evidente a partir do choque dos preços do petróleo de 1973. Uma das manifestações — e causas — da crise era o aguçamento da competição econômica entre os grandes centros, como Estados Unidos, Europa Ocidental, particularmente a Alemanha, e o Japão, competição que altera as condições em que se estabelecia a política internacional da América Latina. Paralelamente ao aumento do poder de barganha de países como o Brasil — que constituía, na época, excelente campo de inversão e realização para o capital internacional — observa-se o reforçamento dos Estados beneficiados pela elevação dos preços do petróleo, como o México e a Venezuela.

No caso brasileiro, e também argentino, o auge da burguesia industrial dá lugar a um vigoroso projeto de afirmação nacional, ao abandono do alinhamento automático com Estados Unidos (através da diplomacia chamada de pragmatismo responsável) e à exacerbação de sua política subimperialista. Neste sentido, a ditadura militar implementa uma nova substituição de importações, centrada agora nos bens de capital, acentua a sua política sul-americana baseada na exploração e na prepotência — que se exerce, principalmente, em relação ao Paraguai e a Bolívia — e firma, por mediação do então secretário de Estado Henry Kissinger, um acordo de consultas mútuas com os Estados Unidos, reservado até então a potências de maior porte. Ao mesmo tempo, consegue acesso a tec-

nologias sofisticadas, que lhe haviam sido negadas, como no caso do acordo com a Alemanha sobre tecnologia nuclear, em 1975-76. O projeto brasileiro ficou, inclusive, plasmado no II Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado pelo governo Geisel, no qual se consagrava a idéia do "Brasil potência".

Enquanto isso, o México se projeta de maneira mais decidida em direção ao que considera sua zona de influência — a região centro-americana. Disso resulta, por exemplo, o reconhecimento diplomático, em conjunto com a França, da direção revolucionária salvadorenha, assim como o acordo de São José, mediante o qual o México e a Venezuela estabelecem uma política de venda de petróleo aos países da região a preços subvencionados. Estes dois países assumem crescente autonomia em relação à política centro-americana dos Estados Unidos, o que acabará por conduzir à formação do Grupo de Contadora, juntamente com a Colômbia e o Panamá. O ponto culminante de todo esse processo é a formação, em 1975, do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), organismo regional que exclui os Estados Unidos.

Essa nova atitude da burguesia latino-americana no plano internacional acompanha-se do esforço de criação de uma nova ideologia, capaz de justificá-la, para o quê ela recorre ao recrutamento de antigos desenvolvimentistas, como Prebisch, Furtado, Anibal Pinto, Aldo Ferrer, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, e de dependentistas, como Fernando Henrique Cardoso, entre outros, além de novos quadros que emergem para a vida acadêmica¹⁹. Assim como, na década de cinquenta, havia correspondência entre as teses dos partidos comunistas e a Cepal, também agora se registrará notável margem

de acordo entre o endogenismo e a nova corrente, que podemos chamar de neo-desenvolvimentista.

Para ambas as correntes, há que pôr a ênfase, antes de tudo, nas condições nacionais para a análise do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. O imperialismo ou é colocado "entre parênteses", para usar uma expressão de Maria da Conceição Tavares, ou se introduz na análise como última variável, como preferem os endogenistas; Prebisch e Furtado representam uma exceção, partindo sempre da economia mundial. Mas se reúnem aos neo-desenvolvimentistas em sua tese central, que é a perspectiva do desenvolvimento capitalista autônomo — tese que expressa a aspiração mais sentida da burguesia industrial latino-americana.

Como os endogenistas, os neo-desenvolvimentistas se inclinam para uma concepção do desenvolvimento capitalista com roupagem social-democrata. Na medida em que a burguesia necessita legitimar sua hegemonia — sua dominação, no período, repousando mais no uso da força — ela se vê forçada a abrir a discussão sobre a questão redistributiva, ou seja, a acenar para as massas com a possibilidade de uma maior participação nos frutos do desenvolvimento. É significativo, nesse sentido, que o neo-desenvolvimentismo ganhe força, no Brasil, com a literatura produzida em torno ao tema da distribuição da renda, quando — conhecidos os resultados do censo de 1970, que haviam acusado uma deterioração nesse plano — tem lugar uma animada polêmica entre os ideólogos da ditadura e os da oposição burguesa.²⁰

Esta é, por certo, uma das especificidades do neo-desenvolvimentismo, em relação ao desenvolvimen-

tismo propriamente dito, já que neste, como vimos, a questão distributiva aparece como tema subalterno. A segunda diferença específica reside no instrumental teórico e metodológico que utilizam os neo-desenvolvimentistas, muito mais sofisticado e aberto aos conceitos e procedimentos marxistas de análise, embora prefiram em geral — dentro do imenso arsenal que o marxismo oferece — aqueles mais facilmente assimiláveis pela teoria burguesa, como os que proporcionam Kalecki, Hilferding, Steindl. Junto a isto, nota-se a influência de autores não-marxistas, norte-americanos principalmente.

Este fenômeno é fruto de uma política cultural pacientemente desenvolvida pelos Estados Unidos desde os anos cinquenta, que ganha novos bríos com a onda repressiva iniciada na década seguinte. Seu eixo central é a degradação do ensino universitário, paralelamente à criação de uma ultra-universidade, centrada em cursos de pós-graduação que tinham sua principal sustentação em acadêmicos norte-americanos e, secundariamente, europeus; posteriormente, em nacionais treinados nos grandes centros. É por esse caminho que se vão infiltrando os elementos que abrirão, mais tarde, as portas à penetração do neo-liberalismo.²¹

O endogenismo irá se esgotando por si mesmo, a medida que se afirmam os neo-desenvolvimentistas. Mas dará uma contribuição apreciável para o desenvolvimento dos estudos marxistas na América Latina, especialmente uma valorização maior dos processos internos que a constituíram, como os que se referem à acumulação primitiva do capital, à subseqüência de outros modos de produção no capitalismo etc. O neo-desenvolvimentismo se manterá atuante

até princípios da década de oitenta, quando se verá derrotado pela própria vida. Em 1982, a moratória da dívida externa decretada pelo México e, logo, pelo Brasil e a conseqüente submissão de seus governos ao FMI serão uma demonstração irretorquível da incapacidade das burguesias latino-americanas para aceder a uma real autonomia no plano internacional.

O neo-liberalismo e as alternativas

As difíceis condições criadas pela crise econômica que, entre 1981 e 1983, atravessou a América Latina favoreceram a acentuação da ofensiva neo-liberal, implementada pelos Estados Unidos e os organismos internacionais de crédito, a qual havia iniciado o seu rosário de vitórias em 1973, com o golpe militar que depôs o governo socialista de Salvador Allende. No curso dos anos oitenta, ao mesmo tempo em que o neo-liberalismo colhia novos triunfos, que o levaram a se constituir hoje na ideologia dominante na América Latina, a esquerda via agravar-se a sua crise teórica. De fato, depois da luta ideológica da segunda metade da década de setenta, em que os intelectuais da esquerda entraram divididos e em que intervieram os que respondiam ao comando da grande burguesia, o pensamento social latino-americano não conseguiu retomar a elaboração crítica e original que vinha realizando, o que tornou difícil a formulação de uma alternativa de esquerda às pressões exercidas contra os povos da região.

Na América Latina, o neo-liberalismo corresponde a imposição dos interesses imperialistas no contexto da reconversão econômica que a região é forçada a proceder, ante as mudanças que sofre a econo-

mia internacional. Entretanto, não se pode ignorar que a burguesia latino-americana, ali onde ela se encontra mais desenvolvida, tem seus interesses próprios e, ainda que se submeta ao imperialismo, procura defendê-los. Isto é perceptível, por exemplo, na preocupação de certos governos em relação ao tema da integração regional, que — segundo a maneira como se realize — pode vir a reforçar sua posição na negociação com os grandes blocos econômicos que se conformam em torno aos centros imperialistas.

Por parte das forças progressistas, que buscam expressar as aspirações das grandes massas, o que se está verificando é o recurso ao nacional-desenvolvimentismo tradicional e a certas teses da teoria da dependência, o que — pela falta de um referencial teórico dinâmico — tende a representar, às vezes, uma simples volta ao passado. Isto se pode observar na fixação trabalhista que inspira o brizolismo, na reabilitação da ideologia cardenista, na aparente vitalidade do peronismo, na ressurreição da corrente democrata-cristã chilena, enquanto as forças jovens que vem surgindo, como o Partido dos Trabalhadores no Brasil, não se mostram ainda capazes de revolucionar o cenário ideológico-político da região. Na raiz desse fenômeno, esta a falência do pensamento de esquerda e sua incapacidade de oferecer a base teórica para a formulação de uma estratégia política adequada ao momento que vivem os povos da América Latina.

Reverter essa situação é tarefa hoje prioritária. Para isso, é necessário retomar o fio do pensamento crítico de esquerda naquele ponto em que ele alcançou o seu nível mais alto e que corresponde à teoria da dependência. Impõe-se, de fato, um empenho na

construção de uma teoria marxista da dependência, recuperando sua primeira floração dos anos vinte e a que se registrou a partir de meados dos sessenta. A partir de então, o marxismo se desenvolveu entre nós de maneira extraordinária, estabelecendo caminhos férteis para a aplicação da teoria à realidade que vivemos e produzindo sobre esta grande quantidade de conhecimento e informação.

Retomar o fio da teoria da dependência como ponto de partida significa reencontrar o melhor do pensamento de esquerda, mas não supõe de modo algum que ela seja resposta suficiente à atual problemática. Pelo contrário, faz-se necessário assumi-la de modo criador, isto é, submetendo-a a uma revisão radical. É impensável que se possam conservar as concessões metodológicas ao funcionalismo, que viciam a obra de muitos de seus autores, assim como teses equivocadas ou importadas do arsenal desenvolvimentista.

Assim, por exemplo, a idéia de que a dependência podia entender-se, não precisamente como expansão e recriação das relações de produção capitalistas, mas como desdobramento material do capitalismo, que implicaria na criação de um setor II, produtor de bens de consumo, externo às economias centrais — que constituiriam, por sua vez, o setor I, produtor de bens de produção, da economia mundial — não resiste à confrontação com os fatos, tendo sido porém amplamente utilizada pelo neo-desenvolvimentismo. Efetivamente, essa idéia nem explica a inserção de países como Chile, México, Venezuela, Peru, Bolívia (que produziam petróleo, cobre, guano, estanho, ou seja, elementos do setor I) na divisão internacional do trabalho, no século passado, nem dá conta de explicar como, nos nossos dias, países como a Coreia do

Sul podem competir internacionalmente em ramos industriais de alta tecnologia, sem transcender sua condição dependentê.

No mesmo sentido, a idéia de que a industrialização latino-americana criava as bases materiais para a superação da dependência, levando a que esta se convertesse em questão meramente política, se não chegava a afirmar as possibilidades do capitalismo autônomo, acercava-se perigosamente a essa tese cepalina. Foi partindo de um ponto de vista semelhante que intelectuais neo-desenvolventistas puderam dar cobertura a políticas econômicas como a que se praticou no Brasil, durante o governo Geisel.

Há, pois, aderências funcional-desenvolventistas ao núcleo marxista da teoria da dependência que devem ser extirpadas, para que o pensamento crítico latino-americano possa servir-se dela como matéria prima de uma nova elaboração teórica. Elaboração que é indispensável, para que se abram novas vias à tomada de consciência das peculiaridades e perspectivas da realidade atual da América Latina e, mais ainda, da sua capacidade de transitar a uma etapa superior de desenvolvimento, a um socialismo original, democrático e libertário.

Notas

1. Guerreiro Ramos, *A redução sociológica*, Rio de Janeiro ISEB, 1958, p. 43. Em outro texto, o autor afirmava: "Os países descobertos e colonizados são escassos de idiosincrasias e de imanências, são pseudomorfozes. Sua formação é mais revolucionária do que evolutiva, visto que se procedeu à custa de

transplantações. Eles não têm história própria, são versões da história de povos colonizadores, ou material etnográfico destes povos, para usar uma expressão de Danilevski. Assim, a inclinação dos países colonizados para adotar as idéias alienígenas obedece à lei da imitação do superior pelo inferior, formulada por Gabriel Tarde. Daí o fato de que a história das idéias e das atitudes dos países colonizados reflete, sempre, os períodos por que elas passam nos países colonizadores." *O processo da sociologia no Brasil (Esquema de uma história de idéias)*, Rio de Janeiro, s/editor, 1953, p. 11.

2. Publicado no Brasil em 1893, o livro teve sua primeira edição proibida e confiscada pelo governo, segundo conta o autor no apêndice incluído na segunda edição, editada em português por Armand Collin, Paris, 1895.

3. As idéias desses autores se encontram dispersas em obras de alcance e pretensão diversa, ligada como esteve sua atividade intelectual à militância política. Pode-se destacar, como trabalhos mais sistemáticos, de Mariátegui, *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Lima, Editorial Amauta, 1965, e, de Haya de la Torre, *El antimperialismo y el APRA*, Lima, Editora Atlántida, 1960.

4. Cfr. verbete sobre o marxismo latino-americano, em Tom Bottomore (ed.), *Diccionario del pensamiento marxista*, México, Fondo de Cultura Económica, 1987.

5. Entre as obras mais significativas desse período, que constituem verdadeiros clássicos, podemos destacar, no Brasil, de Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1945; no Chile, de Julio Cesar Jobet, *Ensayo critico*

del desarrollo económico social de Chile, Editorial Universitaria, Santiago, 1955, e, de Marcelo Segall, *Desarrollo del capitalismo en Chile. Cinco ensayos dialécticos*, Santiago, edição do autor, 1953; na Argentina, de Silvio Frondizi, *La realidad argentina. Ensayo de interpretación sociológica. I. El sistema capitalista*, Buenos Aires, Praxis, 1955, e, de Sergio Bagú, *Economía de la sociedad colonial*, Buenos Aires, El Ateneo, 1949.

6. Ver, por exemplo, a maneira infeliz com que tanto Furtado como Pinto abordam um conceito elementar da teoria econômica marxista, o de mais-valia; de Furtado, *Dialectica del desarrollo*, Parte I, México, FCE, 1965, e, de Pinto, "La concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano", *El Trimestre Económico* (México), n. 125, janeiro-março de 1965 (este último, incluído no livro que reúne ensaios do autor, sob o título *Inflación: raíces estructurales*, México, FCE, 1973).

7. Entre as obras significativas do período, estão National Bureau of Economic Research, *Problems in the Study of Economic Growth*, Nova Iorque, 1949; United Nations, *Measures for the Development of Under-developed Countries*, Nova Iorque, 1951; Colin Clark, *The Conditions of Economic Progress*, Londres, 1951; S. H. Frankel, *The Economic Impact of Under-developed Countries*, Oxford, 1952; W. W. Rostow, *The Process of Economic Growth*, Oxford, 1953; W. Arthur Lewis, *The Theory of Economic Growth*, Londres, 1955.

8. *La obra de Prebisch en la Cepal*, seleção de Adolfo Gurrieri, México, FCE, 1982, tomo I, p. 157.

9. Já no Relatório de 1949, Prebisch afirmara: "O problema econômico essencial da América Latina

consiste em acrescentar sua renda real *per capita*, graças ao aumento da produtividade, pois a elevação do nível de vida das massas, mediante a redistribuição das rendas, tem limites muito estreitos." *La obra de Prebisch en la Cepal*, op. cit., p. 163. E, numa das raras ocasiões em que se ocupa do tema, a propósito da política fiscal, ele diz: "...Certamente, o aumento do rendimento da terra depende fundamentalmente do melhoramento da técnica produtiva e da inversão de capitais. Mas há numerosos casos em que a forma de propriedade é um dos obstáculos que será necessário remover antes que essas medidas possam frutificar. O sistema impositivo poderia ser um dos meios mais eficazes para fazê-lo, sem deixar de lado as medidas diretas de fracionamento que as circunstâncias aconselhem." *Ibidem*, pp. 261-262.

10. Isto nos põe ante um problema de realização da mais-valia, que não consiste já na sua mudança da forma mercadoria à forma dinheiro, mas num desdobramento que a própria forma dinheiro deve efetuar, devido a que não é dinheiro mundial. Uma análise do fenômeno pode encontrar-se no ensaio de Francisco de Oliveira, "Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)", incluído em seu livro *A economia da dependência imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977, pp. 76-113.

11. Sobre a super-exploração do trabalho levada a cabo pelo capital industrial, nesse período, um estudo empírico de interesse é, de Raimundo Arroio Júnior e Roberto Cabral Bowling, *El proceso de industrialización en México, 1940-1950. Un modelo de superexplotación de la fuerza de trabajo*, México, UNAM, Escola Nacional de Economía, 1974, tese de licenciatura.

12. *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina*, Buenos Aires, EUDEBA, 1964. A obra é a melhor expressão do estancacionismo, posição que se pretendeu identificar com autores da teoria da dependência. Ainda recentemente, entre as bizarras opiniões que emitiu em entrevista ao *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), em 24 de fevereiro de 1991, Francis Fukuyama — um dos que proclamam o fim da história — declarou: “Essencialmente, ela (a teoria da dependência, RMM) afirmava que a estagnação econômica era produto direto de sua (do Brasil, RMM) integração com a economia mundial, e propunha um caminho mais isolado para o crescimento, que levou ao protecionismo e, em última análise, à cartelização da economia.”

13. “Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano”, op. cit.

14. “Problemas y perspectivas de la teoría de la dependência”, *História y Sociedad* (México), 1974. O trabalho de Cueva, assim como o de Semo, citado abaixo, foi objeto de resposta por parte de Vania Bambirra, *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, México, Era, 1978.

15. Ver, de Francisco Weffort, “Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?”, CEBRAP (São Paulo), n. 1, 1971.

16. A questão da super-exploração do trabalho é disso um bom exemplo. Ver, principalmente, meu ensaio, *Dialéctica de la dependencia*, México, ERA, 1973.

17. Ainda em 1972, Fernando Henrique Cardoso listava boa quantidade de trabalhos recentes, para exemplificar a multiplicação de “análises sobre o Estado, sobre as burguesias locais, sobre os sindicatos,

os operários e os movimentos sociais, sobre as ideologias (para não mencionar os estudos sobre marginalidade e urbanização) que, de um ou outro modo, se inspiram no quadro de referência dos estudos sobre a dependência”. “Notas sobre el estado actual de los estudios sobre la dependência”, *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* (Santiago do Chile), no. 4.

18. Cfr., de Enrique Semo, *La crisis actual del capitalismo*, México, Ediciones de Cultura Popular, 1975; de Roger Bartra, *Estructura agraria y clases sociales en México*, México, ERA, 1974; e, de Cyro F. S. Cardoso, “On the colonial modes of production of the Americas”, *Critique of Anthropology*, ns. 4-5, 1975.

19. Entre os trabalhos mais significativos produzidos pelo neo-desenvolvimentismo, podemos citar, entre outros, os escritos de Prebisch em seu último período, especialmente *Capitalismo periférico. Crisis y transformación*, México, FCE, 1981; de Furtado, *El desarrollo económico: un mito*, México, Siglo XXI, 1975; de M. C. Tavares, *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, tese de concurso para a Faculdade de Economia e Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, sem referência de lugar e data, mimeo.; de Francisco de Oliveira, *A economia da dependência imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977; de Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; de Rolando Cordera e Carlos Tello, *México: la disputa por la nación*, México, Siglo XXI, 1981, e de Jorge G. Castaneda, *Los últimos capitalismos*, México, ERA, 1982.

20. Ver a coletânea de Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli (eds.), *A controversia sobre a distribui-*

ção da renda e desenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, 2a. edição.

21. O fenômeno foi constatado por Prebisch: "Quando nos Estados Unidos viram o perigo que nossas idéias representavam para suas verdades consagradas e não conseguiram a fusão da CEPAL com os serviços similares da OEA, empreenderam nos anos cinquenta uma ação sistemática para contrarrestar-nos e elegeram Santiago do Chile, sede da CEPAL, para desenvolver sua campanha, que se estendeu a toda a América Latina, mediante o envio gratuito de professores e a outorga generosa de bolsas. A base de lançamento foi o neo-classicismo; o liberalismo econômico na Argentina e outros países não foi de geração espontânea." *La crisis del desarrollo argentino*, Buenos Aires, El Ateneo, 1986, p. 161.

OS CAMINHOS DA INTEGRAÇÃO

A idéia da unidade da América Latina, o pressuposto da identidade das nações que a conformam, o propósito da sua integração econômica e política nos são apresentadas, hoje, como constantes da nossa ideologia. Na realidade, ainda que se tenham colocado desde os primeiros momentos da nossa independência, sua vigência é então muito mais reduzida, representando antes um traço distintivo das novas nações de origem hispânica.

A rivalidade entre a Espanha e Portugal, herança do período colonial, se reproduzia nas relações entre elas e o Brasil. Além disso, monarquia encravada numa América de repúblicas e que se obstinava na defesa do seu regime de trabalho escravo, este país agravava suas diferenças históricas e culturais com os hispano-americanos pelos conflitos fronteiriços com seus vizinhos — ao que se somavam as diferenças sobre a navegação de rios que, em sua quase totalidade, devia compartilhar com eles — e pela sua vocação expansionista, levando Alberdi a afirmar que "o Brasil não tem vizinhos, tem antípodas".¹ E se, com sua prudência habitual, Bolívar era cuidadoso nas relações com o Império brasileiro, não deixava por isso de considerá-lo como ponta de lança da Santa Aliança na América.

O hispano-americanismo

Compreende-se, pois, que tenham sido os países hispano-americanos que levantassem a idéia da unidade e buscassem concretizá-la. Concorriam, para isso muitas razões, entre elas a visão europeizante do continente que tinham os lutadores da independência. A América, como disse Leopoldo Zea, é uma criação da Europa. E esses homens haviam sido educados dentro dessa concepção, sendo que muitos deles tinham tomado contacto com a realidade latino-americana na Europa; era, em particular, o caso de figuras notáveis do hispano-americanismo, como Bolívar, Alaman e outros.

Para além disso, a idéia da unidade tem, nessa primeira fase de formação das nações, outras raízes. A categoria de "espanhóis americanos" era vivida ainda com mais força pelos lutadores da independência que a que poderia derivar-se da nacionalidade. Como observa um estudioso:

"Durante as lutas de independência, existiu efetivamente entre os povos da América uma coalizão espontânea, para a paz e para a guerra. ... Um só exército fraternal, constituído sem convênios prévios, bateu-se contra os espanhóis, de norte a sul. ... Colombianos e argentinos terminaram a guerra de independência do Peru. Um exército argentino libertou o Chile e outro exército, misto de peruanos e colombianos, completou, depois de Ayacucho, a independência do Alto Peru. ... Bolívar exerceu o mando supremo em cinco repúblicas, sem que ninguém pensasse em tachá-lo de estrangeiro. Sucre, venezuelano, governa a Bolívia e San Martín, argentino, o Peru. Na diplomacia, particularmente, se exhibe esta

solidariedade continental. Escolhem-se com a mesma confiança naturais do país quanto naturais de outros setores do continente.

Um mexicano, Miguel Santa María, é o primeiro plenipotenciário da Colômbia no México. A primeira representação diplomática do Peru no estrangeiro é levada por um argentino: García del Río. Um peruano, o marinheiro Eugenio Cortez, é nomeado plenipotenciário de Iturbide ante os emissários que, em 1823, levaram ao México proposições espanholas. Monteagudo, argentino, e Heres, colombiano, são ministros de relações exteriores do Peru. Ortiz de Zevallos, colombiano, é acreditado como agente diplomático do Peru na Bolívia, para celebrar tratados de confederação e cessões territoriais".²

Essa cidadania fluida, produto da própria situação colonial, não basta, entretanto, para explicar o sentimento de unidade que prevaleceu entre os independentistas hispano-americanos. Havia uma razão de mais peso, representada pelo inimigo comum a combater — a Espanha. É a ameaça da reconquista espanhola, como o fizeram notar vários historiadores, que se encontra na base da maioria das iniciativas tendentes a fazer cristalizar essa unidade, ao mesmo tempo que desponta já como motivo de preocupação o expansionismo norte-americano.

Assim, o Congresso Anfictiônico do Panamá, em 1826, tem sua principal razão de ser no perigo de uma ofensiva espanhola de reconquista, alentada pela Santa Aliança. O Congresso de Lima, em 1847-48, reuniu-se em função dos preparativos do general equatoriano Juan José Flores para invadir o seu país, com o apoio da rainha Maria Cristina. O Congresso de Santiago do Chile, em 1856, de que resul-

tou o chamado "tratado continental" (subscrito, na realidade, somente pelo Peru, pelo Chile e pelo Equador), surgiu do fato de que a América Central havia sido invadida pelo filibusteiro William Walker, com o apoio dos Estados Unidos — fato alarmante, depois do brutal desmembramento territorial que este país havia imposto ao México; finalmente, o Congresso de Lima, em 1864, teve como antecedente imediato a ocupação das ilhas peruanas Chinchas pela Espanha.

Se tudo isso concorre para explicar a idéia de unidade que anima a antiga América espanhola, a forma que se lhe quer dar — a da confederação — tem outras motivações. Ainda que, aqui também, se possa recorrer à tradição colonial. Ali estava o projeto apresentado a Carlos III pelo embaixador espanhol na França, o conde de Aranda, segundo o qual os domínios da Espanha na América formariam três monarquias, compostas pelo México e a Guatemala, a Nova Granada e a Venezuela e, finalmente, o Peru, que incluiria todo o território sul; esses reinos seriam governados por infantes borbons da Espanha e se vinculariam a ela, assumindo o seu rei o título de Imperador.³ Terá sido, também, determinante para a fórmula confederativa o modo pelo qual os Estados Unidos haviam assegurado a sua unidade.

Mas, talvez, a causa mais profunda da proposta tenha sido o despertar da consciência em relação às incipientes nacionalidades que se estavam conformando. Já na sua Carta da Jamaica, em 1815, Bolívar reconhecia que a extensão e as divisões da América espanhola excluía a possibilidade de uma unidade política total e antes favoreciam a formação de repúblicas federais e mesmo de monarquias. É ver-

dade que pensava também em nações menos numerosas e mais fortes, como mostra a sua própria tentativa em relação à Grã Colômbia e a sua aspiração de ver a América Central unida, da Guatemala ao Panamá. De todos modos, os tratados firmados entre a Grã Colômbia e os governos do Peru e do México, em 1822 e 1823, definiam-se como "pactos de união, liga e confederação perpétua" entre os três Estados e se entendiam como extensíveis aos demais países hispano-americanos. Foi no sentido de proceder a essa ampliação e marchar para a criação da Confederação hispano-americana que Bolívar expediu a Circular de Lima, em 1824, que deu lugar ao Congresso Anfictiônico — independentemente de que as circunstâncias modificassem o projeto inicial, a ponto de se permitir nele a participação dos Estados Unidos, do Brasil e da própria Inglaterra.

Com efeito, pode-se dizer que a América Latina avançara já o suficiente na gestação de entidades nacionais para impedir uma solução política única, embora não tanto que a levasse a suportar fórmulas estáveis, como a que propunha Bolívar. Como observou Arnaldo Córdova, seria necessário ainda aguardar para que "em cada âmbito nacional, o desenvolvimento econômico proporcionasse as condições para a formação dos sistemas nacionais de classes, pelo menos o bastante para dar sustentação real a um verdadeiro sistema político nacional".⁴ A dispersão dos interesses locais, descansando em um poder armado próprio, herdado da sociedade colonial e das guerras de independência, atrasaria o processo de criação dos Estados nacionais. Convém ter presente que esses Estados não seriam apenas resultado, mas também premissa da integração nacional. Demonstra-o o ca-

so do Chile, onde se verifica a primeira experiência nesse sentido. Ali, a preeminência do poder local do eixo Santiago-Valparaíso pôde estender-se sobre uma área socialmente vazia e, unificando em torno de si outros poderes menores, lançar-se contra as comunidades indígenas do sul, dando lugar a um Estado altamente centralizado, que desempenhou papel decisivo na precoce conformação da nação chilena. Ilustrativo também é o caso do Brasil, que preservou o essencial da administração colonial e só gradualmente — o que não excluiu, evidentemente, crises tópicas — converteu-a em aparelho de Estado nacional, capaz de assegurar a integração do vasto espaço econômico, criado através de ciclos econômicos sucessivos (cana de açúcar, ouro, café), e de impedir pela força a desagregação das zonas que haviam ficado à margem.

Mas, a meados do século XIX, Chile e Brasil constituíam exceções. A regra geral era a escassa integração nacional e o precário desenvolvimento político, que levaram a que o ideal confederativo resultasse ilusório. Antes, o que ocorreria, no curso do processo de formação das nacionalidades, seriam os desmembramentos, que levaram à balcanização e às anexações. A prática colonial, que estimulava os interesses locais, constituídos com base no sistema de dominação imposto pela metrópole espanhola, e que impedira as relações comerciais entre os grandes centros da colônia, deu assim seus frutos. Por isso mesmo, é notável o esforço de um Alaman, buscando impulsionar, a partir da chancelaria mexicana, o comércio com as demais nações hispano-americanas e resistindo às pressões norte-americanas e britânicas para obter privilégios similares aos que eram concedidos às primeiras.⁵

Como quer que fosse, a subordinação dos interesses locais e a constituição de economias nacionais, politicamente integradas, não se dariam sobre a base do desenvolvimento econômico interno nem do intercâmbio inter-regional, e sim sobre a base do mercado mundial. E o sonho da unidade hispano-americana, que animara os lutadores da independência, entraria em declínio, manchado pelo sangue derramado na guerra da Tríplice Aliança, que o Brasil liderou e a que se somaram a Argentina e o Uruguai, contra o Paraguai, e da guerra do Pacífico, que confrontou o Chile com o Peru e a Bolívia.

O ocaso do ideal da unidade hispano-americana, claramente perceptível na década de 1870 é, em certa medida, expressão do fim do período de invenção e busca que se seguiu à independência, quando a realidade não constringia ainda de modo férreo o vó da imaginação. Em outros termos, correspondeu à cristalização das condições econômicas e políticas que determinariam, daí em diante, o futuro da região. Com efeito, já então a independência é assunto encerrado, como começa a sê-lo também a configuração política da maioria dos países latino-americanos. Alguns, como o Chile e o Brasil, haviam podido, com base em um desenvolvimento político precoce, consolidar e mesmo expandir o seu território, afiançar as suas instituições e lançar-se a um desenvolvimento econômico que prefigurava o padrão que se generalizaria logo aos demais. Outros, sacudidos por guerras intestinas, como a Argentina, ou por intervenções estrangeiras, como o México, o Peru, a Bolívia e o Paraguai, só a partir dos setenta empreendem realmente sua constituição como Estados nacionais e unidades econômicas definidas.

É a vinculação aos países capitalistas que senta as bases para que tome forma definitiva o desenvolvimento econômico latino-americano. A revolução industrial, realizada pela Europa ocidental e em seguida pelos Estados Unidos, tornou realidade o mercado mundial, que se havia ido criando nos séculos precedentes, e impôs como consequência uma divisão internacional do trabalho centrada na troca de artigos manufaturados por bens primários, reservando à América Latina, entre outras áreas, a produção e exportação destes últimos. Sem contar com facilidades em matéria de importação de capitais e tecnologia, exceto em alguns aspectos particulares — como as comunicações e, em especial, as ferrovias, assim como as transferências de técnicas e capitais, implícitas na imigração européia — os países da América Latina tiveram que mobilizar seus recursos naturais e a sua própria capacidade produtiva para responder aos estímulos gerados pela demanda externa. É, pois, a partir da estrutura produtiva criada no período colonial e das modificações nela introduzidas, nas cinco ou seis décadas que se seguem à independência, assim como da aptidão dos grupos sociais dominantes — assentados, em geral, nas capitais — para impor sua hegemonia ao conjunto da nação, que esses países procederão a se inserir na economia mundial.

Mesmo que não só permita, mas até impulsiona o desenvolvimento capitalista dos países que a realizam, essa inserção implicará necessariamente subordinação, ao situar fora das economias latino-americanas a produção de manufaturas, convertendo-as assim em apêndices — do ponto de vista tanto da produção como do mercado — das economias industriais, em particular a Grã-Bretanha. Acarretará tam-

bém, por isso mesmo, a impossibilidade de integração das economias latino-americanas entre elas próprias. A tendência que vai prevalecer conduzirá, não à complementação, mas antes à separação e ao isolamento, colocando-as de costas umas para as outras, enquanto se voltam para a Europa e, em menor medida, para os Estados Unidos.

Não surpreende, assim, que a afirmação da economia capitalista dependente latino-americana, sob sua forma de exportação de produtos primários, faça declinar o espírito integracionista que, por obra dos países de colonização hispânica, havia tratado de realizar-se na região, no meio século que se seguiu às guerras de independência. Mas não pode tampouco causar surpresa que a idéia da integração se recolha precisamente ali onde o capitalismo abriu espaço para o desenvolvimento de uma poderosa economia industrial, isto é, nos Estados Unidos.

O pan-americanismo

Por sua formação nacional, suas diferenças de língua e cultura, pela herança de uma rivalidade que opunha, na Europa, a Inglaterra e a Espanha, os Estados Unidos são levados, no princípio, a uma posição de isolamento e desconfiança em relação às nações do sul, especialmente as de colonização hispânica, que eles viam como mera prolongação da Espanha.* Mesmo a proclamação da doutrina Monroe, em 1823, que expressava sua inconformidade com os propósitos da Santa Aliança para com os povos jovens do hemisfério, não poderia ser tomada como um gesto de solidariedade com estes, já que o monroísmo encerra o que já se chamou de perversão radical, ao tratar o bem

próprio como se fosse o bem comum.⁷ O pujante desenvolvimento econômico, depois da Guerra de Secessão, e sua projeção como potência levarão, porém, progressivamente, a que o Estado norte-americano passe a ver com outros olhos a América Latina.

A presença política dos Estados Unidos na região acompanha a expansão da sua influência econômica. Ela se faz sentir, portanto, primeiro no México, na América Central e nas Caraíbas, para só depois estender-se à América do Sul. Aqui, embora comece a ter importância como importador, os Estados Unidos não poderão, durante um bom período, por problemas de transporte e custo, competir efetivamente com a Inglaterra. Mesmo a estreita relação econômica que cedo estabelecem com o Brasil não foge a essa norma, já que é sobretudo como mercado para a produção brasileira que os Estados Unidos adquirem significação para este país.

É de se notar, entretanto que por volta de 1870 os Estados Unidos são já um importante comprador do café, do cacau e da borracha que exporta o Brasil, importância que tende a se acrescentar com o passar do tempo. Situação inversa à do Chile que, depois de encontrar no mercado norte-americano saída para sua produção agrícola — em função, primeiro, da Guerra de Secessão e, logo, da marcha para o Oeste — desloca, mais tarde, seu eixo econômico para a Inglaterra, com base nas exportações de salitre, só retornando à órbita dos Estados Unidos a princípios do século XX, ao ter início a segunda época de sua produção de cobre.

Como quer que seja, a importância que vai progressivamente assumindo a América Latina para os Estados Unidos os levará a acentuar sua projeção so-

bre ela e, indo mais além das Caraíbas — que consideraram sempre sua zona direta de influência — a procurar alinhar atrás deles o conjunto do continente. A conferência internacional americana — que, convocada pelo governo norte-americano, reuniu em Washington, de fins de 1889 a princípios de 1890, as nações do hemisfério — marca o início de uma ativa diplomacia, que tomou corpo no .

Acunhado pelo *Evening Post*, de Nova Iorque, em sua edição de 5 de março de 1888,⁸ esse termo fazia mais do que recordar correntes que, como o paneslavismo ou o pangermanismo, serviam, na Europa, para a afirmação de novos imperialismos: tomava emprestada a esta última a idéia do comércio como instrumento de integração. Assim foi como, nessa conferência, o primeiro ponto da agenda, proposta pelo governo norte-americano, contemplava a criação de uma união aduaneira, ao estilo *zollverein*, que não foi aprovada, graças principalmente à firme oposição da Argentina, secundada pelo Chile.

Do modo pelo qual foi colocado, naquela época, o pan-americanismo renovava os esforços pela integração continental, mas, ao fazê-lo sob a égide norte-americana, exibia como característica marcante a intenção dos Estados Unidos de afirmar sua hegemonia na região. O resultado mais significativo da conferência já mostrava isso: a criação de uma oficina de informação econômica, germe da União Panamericana, com sede em Washington e subordinada diretamente ao Departamento de Estado.

Nesse contexto, destaca-se o sólido apoio que dispensou a diplomacia brasileira à política imperial dos Estados Unidos e a irredutível oposição que esta encontrou por parte da Argentina. Contribuíram pa-

ra isso fatores de ordem histórica e econômica. Com efeito, enquanto o Brasil estreitava cada vez mais seus laços econômicos com os Estados Unidos, a Argentina competia com eles nos mercados europeus. Por outra parte, se a Argentina podia considerar-se membro legítimo do grupo de nações hispano-americanas e participante plena na formulação da ideologia fraternal e libertária que o havia inspirado, o Brasil arcava com peso da sua origem portuguesa, do seu passado monárquico e escravista e da sua política expansionista.

Em 1902, já no quadro da república, assumindo o Barão do Rio Branco a direção dos assuntos exteriores, o Brasil dá início a uma ativa política americana, cujo elemento principal era a busca de uma aliança privilegiada com os Estados Unidos. Apesar de que esta nunca chegou a ter expressão formal, pôde-se falar de uma aliança tácita entre os dois países.⁹ A solução de um dos pontos que dificultavam suas relações — a ameaça que representava a possível projeção norte-americana na Amazônia — dissipou-se com a política de *hands off* praticada por Washington na questão do Acre, finalmente comprado à Bolívia pelo Brasil. Além disso, os Estados Unidos apoiaram a política do Brasil no Prata, mediante a resolução arbitral do presidente Cleveland, em 1895, que reconheceu, em detrimento da Argentina, as pretensões brasileiras sobre o antigo território das Missões. Não se tratava de gestos unilaterais: o Brasil correspondeu a eles, com a aceitação das intervenções norte-americanas no Caribe; o reconhecimento da República do Panamá, em que os Estados Unidos tinham interesse especial, e o apoio ao corolário Roosevelt à doutrina Monroe, pelo qual os Estados Unidos

se arrogavam o direito de intervir nos países da região que não cumprissem com as obrigações da sua dívida externa, sob o pretexto de prevenir a intervenção de outras potências.¹⁰

Cabe indicar que a cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil não se restringiu ao terreno diplomático. Em 1922, os dois países assinaram um acordo bilateral, que estabeleceu as primeiras medidas de cooperação militar norte-americana com um país sul-americano, ao dispor o envio de uma missão naval dos Estados Unidos ao Brasil, para reorganizar a armada deste. Em 1932, ambos voltaram a firmar um novo acordo de assistência militar. Ante a onda de descontentamento que isso provocou nos vizinhos do Brasil, os dois governos declararam que os planos de cooperação militar eram extensivos a todos os países latino-americanos,¹¹ o que se tornaria realidade na Segunda Guerra Mundial.

Radicalmente diferente foi a política desenvolvida pela Argentina, que se constituiu no principal foco de contestação e resistência à crescente hegemonia norte-americana. Coube a Roque Saenz Peña liderar a oposição à proposta de união aduaneira feita por Washington, na primeira conferência panamericana. Menos de um mês depois de o presidente Theodore Roosevelt formular o seu corolário à doutrina Monroe, o chanceler Luis Maria Drago enunciou o princípio doutrinário que leva seu nome, de acordo com o qual a dívida pública das nações latino-americanas não pode ser motivo de intervenção armada nem de ocupação territorial.

A posição anti-norte-americana da Argentina se sustentaria ainda por longo tempo, embora se tornasse cada vez menos viável, principalmente depois

da Primeira Guerra Mundial, da qual os Estados Unidos emergiram com o indiscutível *status* de grande potência. O Brasil, ao contrário, mantendo a sua linha de colaboração, partia da percepção do papel que a história destinava aos Estados Unidos e procurava apenas limitar sua influência na América do Sul, onde almejava exercer a liderança. Em 1905, Rio Branco propôs a criação da Tríplice Aliança, ou bloco ABC, envolvendo a Argentina e o Chile, para assegurar uma melhor correlação de forças frente aos Estados Unidos na solução dos problemas regionais.¹²

Atuando com pouca eficácia, o ABC teria escassa influência na política internacional americana, destacando-se a mediação que realizou entre os Estados Unidos e o México, em função dos conflitos derivados da revolução mexicana de 1910; ela se concretizou na conferência de Niagara Falls, em 1914, com resultados que satisfizeram mais os norte-americanos do que os mexicanos. Mas ficou como sinal de ação unitária, mesmo na Argentina, onde um de seus mais notáveis especialistas em direito internacional, Carlos A. Becu, apesar de ridicularizar a política panamericana, considerou que a mediação "marcava a entrada no cenário mundial de uma nova força".¹³

Isso não impediu que a Argentina continuasse buscando a liderança de uma América Latina independente frente aos Estados Unidos. Nessa linha, a par de sua insistência em permanecer neutra na Primeira Guerra Mundial, inscreve-se a sua tentativa de organizar uma Conferência de Países Americanos Neutros, em 1917, frustrada, pela ruptura de relações com a Alemanha a que procedeu a maioria dos países convidados, pouco antes da data fixada. Só o

México enviou representação à reunião de Buenos Aires, que acabou por não se realizar.

As relações entre a América Latina e os Estados Unidos passaram por um momento particularmente difícil na quinta conferência panamericana (Santiago do Chile, 1923), devido às intervenções norte-americanas na América Central, que se agravam com a ocupação militar da Nicarágua, em 1926. Isto levou a Argentina a apresentar, na sexta conferência (Havana, 1928) uma resolução — apoiada pelo México e pela Colômbia, entre outros — condenando todo tipo de intervenção, diplomática ou armada, temporária ou permanente, a qual não prosperou. Limitada em suas ações no âmbito continental, a Argentina tentou ainda transferir o conflito para a Liga das Nações, sem maior sucesso.¹⁴

O pan-americanismo entraria em nova fase de seu desenvolvimento na década de trinta, ao chegar à presidência dos Estados Unidos Franklin D. Roosevelt. Este introduz profundas reformas na vida norte-americana e desenha uma nova política para a América Latina, dita de "boa vizinhança", que foi enunciada em seu discurso inaugural, de 4 de março de 1933.¹⁵ Nesse contexto, os principais pontos de fricção com os países latino-americanos começam a ser removidos, ao mesmo tempo que os Estados Unidos estreitam seus laços econômicos e, logo, militares com eles.

Já em 1933, na sétima conferência panamericana, em Montevideu, são aprovadas, com o apoio dos Estados Unidos, resoluções em favor da não intervenção nos assuntos internos dos países latino-americanos e contra a ocupação militar dos mesmos. Nessa linha, as tropas norte-americanas retiram-se do Hai-

ti, no ano seguinte, e se ab-roga a Emenda Platt, que enquadrava as relações neo-coloniais dos Estados Unidos com Cuba. Essa política levaria, em 1936, à assinatura de um novo tratado com o Panamá, no qual se suprimia a cláusula que dava a Washington o direito de intervir naquele país e, em 1938, a submeter à arbitragem da Corte Mundial a pendência com o México, em relação à nacionalização do petróleo decretada por este. Por outro lado, desde 1934, o Congresso norte-americano aprovava a lei de acordo comercial recíproco, que dava ao presidente poder para baixar as tarifas até a metade, procedendo unilateralmente e país por país, assim como de firmar acordos com os beneficiários dessa medida. Nesse mesmo ano, criou-se o Eximbank, com o fim de financiar as operações de comércio exterior, mediante créditos atados.

A viragem da política norte-americana não se entende fora do cenário estabelecido pela longa crise em que ingressa a economia mundial, depois de 1929. Na realidade, ela é a expressão do esforço norte-americano para reforçar suas posições numa região que a velha potência hegemônica — a Inglaterra — tinha dificuldade para manter sob sua influência, mas que era objeto de cobiça por parte do agressivo imperialismo alemão. A posição privilegiada de que haviam desfrutado os Estados Unidos, durante a Primeira Guerra Mundial, quando chegaram a absorver mais da metade do comércio global da América Latina, se havia deteriorado na década seguinte, baixando a menos de 40 por cento, enquanto a Inglaterra se recuperava e crescia rapidamente a presença da Alemanha.¹⁶

A realidade é que os Estados Unidos haviam es-

tendido já sua influência econômica ao México, à América Central, ao Caribe e ao norte da América do Sul, mas lhe restava ainda muito a caminhar em relação à parte sul do hemisfério. Seria ali, principalmente no Brasil e no Chile, que travaria a batalha mais difícil com o expansionismo comercial germânico. É natural que a competência feroz que se estabeleceu entre esses dois países e o peso ainda considerável que tinha a Inglaterra abrissem às nações latino-americanas uma maior margem de manobra ante as grandes potências imperialistas, proporcionando-lhes facilidades para delas arrancar concessões.

Havia outra razão, porém, para a mudança da política norte-americana. Ela precisava adequar-se às novas condições surgidas na América Latina, no curso da Primeira Guerra Mundial, e acentuadas pela crise internacional. De fato, a industrialização começava a transformar a fisionomia de países como a Argentina, o Brasil, o Uruguai, o México e o Chile, não demorando a se estender aos demais.

Correspondendo ao desenvolvimento acelerado do setor manufatureiro e à sua afirmação progressiva como eixo dinâmico de economias que, até então, haviam recebido impulso das atividades primárias, a industrialização acarretaria o crescimento do mercado interno e modificaria a forma econômica da América Latina, sem que isso viesse a significar de fato a ruptura de suas relações de dependência com os centros imperialistas. Com efeito, seu papel limitou-se a alterar essas relações, sem no entanto suprimi-las, ao aumentar na pauta de importações o peso dos bens intermediários e dos equipamentos, em relação aos de consumo final, e ao minimizar a importância dos investimentos estrangeiros de carteira

frente aos diretamente produtivos. Os Estados Unidos estavam em melhores condições que a Inglaterra — e, em geral, os países europeus — para enfrentar essas mudanças, as quais, emergindo tendencialmente na década de vinte, se tornariam irreversíveis a partir de 1950.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos — valendo-se de sua posição econômica e geográfica e esporeados pelas questões de segurança — deslocam definitivamente a influência britânica sobre a região e suprimem a ameaça representada pelo imperialismo alemão. Lançam mão, para isso, de instrumentos econômicos e militares, em particular a lei de empréstimo e arrendamento e os tratados de cooperação militar. Como no período precedente, isso dará lugar a relações privilegiadas com o Brasil, face à obstinada resistência da Argentina.

Vacilante, a princípio, devido à influência ideológica que exercia sobre seu regime político o fascismo europeu (mais a Itália do que a Alemanha) e ao desenvolvimento de suas relações econômicas com a Alemanha, o Brasil acaba por se alinhar com os Estados Unidos. A carta alemã lhe servirá apenas como instrumento de pressão, para obter concessões dos norte-americanos — como no caso da implantação da sua primeira usina siderúrgica, em Volta Redonda, sobre a qual existiram tratativas prévias com a Alemanha.¹⁷ Em compensação, o governo brasileiro cede aos Estados Unidos a base naval de Natal (posteriormente reintegrada ao país), envia uma divisão de infantaria à frente europeia,¹⁸ exporta materiais estratégicos e estabelece estreitas relações com o país do norte na área militar, através do acordo que criou uma Comissão de Defesa Conjunta

dos dois países e estabeleceu um programa de intercâmbio de alto nível sobre questões de segurança — item não incluído nos demais tratados bilaterais que os Estados Unidos firmaram então com outras nações latino-americanas.¹⁹

A Argentina, pelo contrário, insiste em sua política de neutralidade até o fim da guerra (no que é acompanhada pelo Chile), azedando ainda mais suas relações com os Estados Unidos. Embora transigisse no último momento, o país, já com Perón, acentuou sua política independente, chegando mesmo a tentar conformar um pólo econômico alternativo aos Estados Unidos — a União Econômica Sul-Americana. Este organismo, que coloca, pela primeira vez de modo coerente o objetivo da integração econômica regional, tomou corpo na Ata de Santiago, firmada com o Chile em 1953, a que se seguiu outro tratado, celebrado meses depois em Buenos Aires, que criava o Conselho Geral da entidade. O Paraguai, a Bolívia e o Equador somaram-se à iniciativa, mas não assim o Brasil, o Uruguai e o Peru. A aproximação que pouco depois se verificou entre os Estados Unidos e o governo de Perón, e a subsequente queda deste implicaram o abandono do projeto, o qual, agitado em uma ou outra ocasião, não tornou a reviver.

O interamericanismo

Ao término da Segunda Guerra Mundial, era incontestável a nível mundial o poderio econômico, político e militar dos Estados Unidos, sendo inevitável que este se exercesse antes de tudo sobre a América Latina. A nona conferência inter-americana (o termo “pan-americanismo” havia caído em desuso e era vis-

to até com suspicácia), celebrada em Bogotá, em 1948, deu forma ao quadro institucional que se aplicou às relações internacionais do continente, daí para diante, através da carta constitutiva da Organização dos Estados Americanos (OEA), que absorveu a antiga União Panamericana. O sistema estava flanqueado por um pacto militar — o Tratado Inter-americano de Assistência Recíproca (TIAR), aprovado na conferência do Rio de Janeiro, em 1947 — que se complementaria, a partir de 1952, com os acordos bilaterais de assistência militar que os Estados Unidos firmariam com quase todos os países latino-americanos; aspecto relevante nessa assistência foi o programa de treinamento de pessoal militar, pelas repercussões que viria a ter na onda de autoritarismo desatada na década de 1960. Por outra parte, em Bogotá, registrou-se o início de uma ofensiva norte-americana visando a criar condições privilegiadas para os investimentos norte-americanos na região, a serem codificadas em um acordo de garantias, ofensiva que chocou com a resistência de um grupo de países, liderado pelo México.

Chegava-se assim ao fim de uma era, durante a qual, apesar da crescente presença norte-americana, a América Latina estivera aberta ao jogo de influências das potências imperialistas, enquanto seus países aceleravam o seu desenvolvimento econômico e se afirmavam no plano internacional. O interamericanismo — forma renovada do pan-americanismo — implicou o predomínio absoluto dos Estados Unidos, no quadro de uma crescente integração a este país dos aparelhos produtivos das nações latino-americanas, via investimentos diretos de capital e a ação dos mecanismos comerciais e financeiros. Com isso, a

contrapartida da hegemonia norte-americana foi a configuração de uma nova forma de dependência, mais complexa e, ao mesmo tempo, mais radical que a que havia prevalecido anteriormente.

Neste contexto, a questão da reformulação das relações econômicas com o exterior adquiriu grande importância para a América Latina, principalmente depois que cessaram as condições excepcionais de comércio, criadas pela Segunda Guerra Mundial, e o breve auge de preços das matérias primas, provocado pela Guerra da Coreia. A dinâmica da economia regional se caracterizava pela dependência que mantinha frente aos centros industrializados em matéria de bens manufaturados. A industrialização modificara o problema, mas não o suprimira, limitando-se a substituir a importação de mercadorias destinadas ao consumo final pela de insumos e equipamentos industriais — o que implicava contar com uma massa maior de divisas. No outro extremo, o ciclo do capital na economia latino-americana dependia das condições em que se comercializavam no mercado mundial os bens por ela produzidos, os quais continuavam sendo praticamente os mesmos, sem incluir as manufaturas resultantes do novo setor industrial — cujo crescimento ficava, assim, subordinado à magra quantidade de divisas angariadas com a exportação de produtos tradicionais.

Para fugir ao estrangulamento da capacidade para importar, a América Latina era forçada a recorrer a capitais externos, seja pela via do endividamento, seja pela via do investimento estrangeiro direto. Mas isso tinha o seu preço, já que, gerando demanda de divisas para amortizações, pagamento de juros e remessa de lucros, reduzia o montante de moeda es-

trangeira suscetível de ser mobilizado para a importação de bens. No fim da década de cinquenta, essa contradição do setor externo tornou-se crítica e acabou por conduzir à crise e à estagnação.

Entende-se, assim, porque os assuntos relativos ao comércio exterior e à ajuda externa ganharam força, nesse período, tanto mais que a contribuição dada pelos Estados Unidos à reconstrução européia, no quadro do Plano Marshall, incitava os latino-americanos a aspirar a um tratamento similar. Na décima reunião inter-americana, realizada em Caracas, em 1954, em troca da condenação da revolução guatemalteca, liderada por Jacobo Arbenz, os representantes latino-americanos tentaram forçar as coisas neste sentido. Para isso, a Cepal codificou as reivindicações da região, no relatório que então apresentou: medidas compensatórias para a flutuação dos preços internacionais das matérias primas, junto à exigência de que os Estados Unidos abrissem seus mercados aos produtos da região; o direito da América Latina de adotar políticas protecionistas em favor de sua industrialização e o aumento do financiamento externo de longo prazo, para o que se propunha inclusive um fundo inter-americano de desenvolvimento (idéia germinal do BID, que se criaria em 1960). Mas a reticência dos Estados Unidos bloqueou a aprovação dessas propostas. Fracasso semelhante registrou-se na conferência econômica da OEA de 1957, celebrada em Buenos Aires.

Isto e as peripécias do vice-presidente Richard Nixon em sua visita à América Latina, no ano seguinte, quando foi muito mal recebido, levaram o governo brasileiro a sugerir aos Estados Unidos, em maio de 1958, a necessidade de uma revisão do estado em que

se encontravam as relações inter-americanas. Semanas depois, o presidente Juscelino Kubitschek afirmou, em um discurso, a necessidade de incrementar os investimentos para vencer o atraso da região, aumentar a assistência técnica, estabilizar os preços dos produtos primários e ampliar os recursos financeiros oriundos do exterior, no quadro do que chamou de Operação Panamericana. Com o respaldo de alguns países latino-americanos e a aceitação em princípio dos Estados Unidos, a OPA começou a ser implementada no seio da OEA, dando lugar à criação de uma comissão especial, o chamado Comitê dos 21, que se reuniu em Washington, a fins desse ano. Mas não tardou a perder impulso, ao mesmo tempo que a crise social e política da América Latina e suas relações com os Estados Unidos se agravavam, com a revolução cubana de 1959.

Premidos pelas circunstâncias, os Estados Unidos decidem substituir a OPA pela Aliança para o Progresso, que — aprovada na conferência extraordinária de Punta del Este, em 1961 — enfocava a problemática latino-americana a partir da sua própria ótica. Por sua inocuidade, as recomendações e medidas encaminhadas a promover reformas sociais mereceram, no curso da conferência, um comentário cáustico do chefe da delegação cubana, Ernesto Che Guevara. As questões relativas ao comércio não tiveram lugar ali, sendo ainda mais grave a solução que se quis dar ao problema do financiamento externo: à diferença da OPA — que propugnava por créditos públicos, de longo prazo e a juros baixos — a ALPRO insistiu no investimento privado, culminando a ofensiva que os Estados Unidos haviam iniciado na conferência de Bogotá; ao longo dos anos sessenta, os países

latino-americanos, esmagados pela crise, estabeleceram nesse sentido convênios bilaterais com o governo norte-americano.

Os obstáculos com que se deparava o desenvolvimento econômico latino-americano colocaram também sobre a mesa de discussões a questão da integração. Influíram, nisso naturalmente, as experiências européias do Benelux, da Comunidade do Carvão e do Aço e, finalmente, do Mercado Comum, que se realizaram entre meados dos quarenta e durante os cinquenta, assim como a repercussão que tiveram no pensamento da Cepal. Mas existiam também razões objetivas, derivadas das características que assumira o processo de industrialização.

Este se realizara, inicialmente, sobre a base de uma demanda pré-existente de bens de consumo habitual (que era satisfeita antes com importações) e contando com a oferta externa de bens de produção. Essa etapa, que podemos chamar de substituição simples, não tardou a chocar com as limitações estruturais do mercado interno, derivadas das baixas remunerações pagas a uma mão de obra abundante e a persistência de uma estrutura agrária caduca. A passagem obrigatória a uma fase mais complexa, centrada na produção de bens de capital e bens de consumo suntuário, esbarrava, porém, na estreiteza do mercado interno, tornada ainda mais crítica pelo fato de que os investimentos nesses setores exigem escalas de mercado superiores, para serem rentáveis.

A integração visou, pois, a solucionar as dificuldades encontradas pelas burguesias industriais dos países de maior desenvolvimento relativo e a viabilizar os investimentos estrangeiros na indústria — tendo, por isso, o beneplácito dos Estados Unidos.

Cabe observar que, durante a Guerra Mundial, as relações comerciais desenvolvidas entre os países latino-americanos haviam estimulado o crescimento industrial e, ao terminar a guerra, o Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguai mantinham acordos comerciais, que perderam vigência ao criar-se o GATT, em 1947. São esses quatro países que impulsionam, a fins dos anos cinquenta, a discussão em torno ao comércio latino-americano. Em 1960, em Montevideu, juntamente com o México, o Paraguai e o Peru, eles acordam a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a que se somariam outros países, posteriormente.

O Tratado de Montevideu entrou em vigor em junho de 1961. Através dele, os países membros instituíam uma zona de livre comércio, a ser completada num prazo de doze anos (mais tarde, estendido até 1980). O objetivo seria alcançado mediante reduções das tarifas aduaneiras e outros gravames dos produtos que integrassem as listas nacionais e a lista comum; as primeiras seriam negociadas anualmente e a segunda seria modificada de três em três anos, de modo a incluir, gradualmente, todos os produtos que tivessem participação significativa no valor global do comércio entre as partes.

Na prática, como observou um especialista, o processo de redução de gravames estancou depois de dezembro de 1964, quando se encerrou a quarta rodada de negociações das listas nacionais e a primeira da lista comum.²⁰ Sofrendo sucessivas descaracterizações, que levaram os países andinos a buscar um instrumento mais eficaz,²¹ e através do mecanismo dos ajustes de complementação industrial, a ALALC — ao invés de servir à construção de uma zona de livre

comércio — converteu-se no instrumento por excelência das grandes empresas, principalmente as multinacionais, para racionalizarem a sua produção e o seu mercado.²² Mais radical foi o processo posto em marcha pelo empresariado local e, principalmente, pelas grandes empresas norte-americanas na América Central: iniciando-se com o Convênio sobre o Regime Centro-Americano de Indústrias de Integração, em 1958, chega-se, em 1961, ao Tratado Geral que criou o Mercado Comum Centro-Americano; neste, além da tarifa aduaneira única para toda a zona, 81% dos bens produzidos pelos países membros entraram no regime de livre comércio, ao firmar-se o documento.²³

O latino-americanismo

Embora respondesse aos interesses das burguesias latino-americanas, a política integracionista — do mesmo modo que a Aliança para o Progresso — era elemento da nova estratégia norte-americana, tendente a afirmar sua hegemonia num continente que resistia a ela. A Revolução Cubana, de fato, não fora senão um momento culminante dessa resistência, que constitui a base dos grandes acontecimentos sociais, políticos e culturais que marcaram a vida da América Latina, na segunda metade do século XX. No plano sócio-político, ao lado de movimentos nacional-desenvolvimentistas, como o peronismo ou o trabalhismo brasileiro, e de revoluções populares, como a boliviana de 1952 e a guatemalteca — que alcançou seu clímax entre 1951-1954 — registraram-se tentativas formidáveis de golpear a dependência na sua raiz — o capitalismo — como se viu no Chile

da Unidade Popular e na Nicarágua sandinista. No plano das idéias, surgiram correntes de grande significação para o avanço da consciência latino-americana, como a ideologia desenvolvimentista da Cepal e a teoria da dependência, desembocando em um novo auge do pensamento marxista.

Na década de sessenta, os Estados Unidos trataram de assegurar sua posição avançando uma terceira peça em sua estratégia de dominação: a imposição de ditaduras militares, inspiradas na doutrina de contra-insurgência, que encontrou sua versão nativa na doutrina da segurança nacional. O golpe militar de 1964, no Brasil, constituiu o fato mais relevante, na implementação dessa política. Fruto da conjunção dos interesses da grande burguesia nacional, da elite militar e do imperialismo norte-americano, a ditadura brasileira significou a entrada em cena, na América Latina, de um novo bloco dominante e de um novo esquema de alianças de classe, que substituíram os que vigiam desde os anos trinta. Seu resultado foi um regime político altamente repressivo, que acelerou a monopolização da economia nacional e exacerbou as desigualdades sociais.

No plano das relações internacionais, a ditadura militar brasileira pôs em prática uma política subimperialista, que tinha como objetivo converter o país num centro intermediário de poder, dentro do sistema mundial de dominação estruturado em torno aos Estados Unidos, com projeção preferencial na América Latina e, em geral, no Atlântico Sul. Isto implicou, no terreno econômico, uma luta agressiva pela conquista de mercados externos para os produtos da indústria nacional, assim como de fontes de energia e matérias primas — como o petróleo da Bolívia,

do Equador e das colônias portuguesas na África, o gás e o minério de ferro da Bolívia e o potencial hidrelétrico do Paraguai, para dar alguns exemplos. Por outro lado, no quadro de uma disputa acerba com a ditadura argentina (que se instala em 1966), o regime militar brasileiro planejou ou mesmo levou a cabo intervenções na política interna de seus vizinhos, em especial o Uruguai, a Bolívia e o próprio Chile. O governo Castelo Branco batizou essa política como de “interdependência continental”, embora ficasse mais conhecida como das “fronteiras ideológicas”, na medida em que proclamava que a concepção brasileira de segurança nacional não se limitava às fronteiras físicas do Brasil, mas antes se estendia às fronteiras ideológicas do chamado “mundo ocidental”.

Confiando, inicialmente, no beneplácito dos Estados Unidos para o exercício dessa política e fazendo os gestos necessários para isso — como a colaboração militar na intervenção levada a cabo por aquele país na República Dominicana, em 1965 — a ditadura brasileira encontraria logo a resistência norte-americana a seus propósitos. Isso se verificará no plano comercial, exemplo de que são restrições feitas às exportações de café solúvel para aquele país; no plano da política latino-americana, como no caso do veto norte-americano às intenções brasileiras de invadir o Uruguai, em 1967, e no plano estratégico-militar, onde os Estados Unidos bloqueiam as pretensões brasileiras de dominar a tecnologia nuclear. Em consequência disso, os militares brasileiros abandonam a política de alinhamento automático com os Estados Unidos em matéria internacional, que levava a que a política subimperialista desse origem à tese do “satélite privilegiado”.²⁴

Essa mudança, que se esboça a partir de 1968, tomou corpo na política externa dita de “pragmatismo responsável”, posta em prática pelo Governo Geisel.²⁵ Com ela, sem renunciar a seu propósito hegemônico no Atlântico Sul, a ditadura brasileira procedeu a estreitar suas relações com outros centros mundiais de poder, como a Europa ocidental e o Japão, assim como com a própria União Soviética, e trabalhou ativamente para ocupar lugar de destaque nas organizações e instâncias que agrupavam os países do Terceiro Mundo, com o fim de ampliar o espaço ocupado pelo Brasil no cenário internacional. O fruto mais espetacular dessa política foi o acordo com a Alemanha Federal, concertado em 1975 e firmado em 1976, mediante o qual o Brasil acedia ao controle do ciclo completo da tecnologia nuclear. Em 1976, em visita ao país, o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, amacia a dura oposição dos Estados Unidos às pretensões brasileiras e firma com o Brasil um acordo de consultas mútuas, instrumento até então reservado a potências de maior porte.

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapôs ao esquema simples de divisão do trabalho — cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a Cepal — um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos gran-

des centros. Como o Brasil, países como a Argentina, Israel, o Irã, o Iraque e a África do Sul assumem — ou assumiram, em algum momento de sua evolução recente — caráter subimperialista, ao lado de outros subcentros em que essa tendência não se manifestou plenamente ou apenas se insinuou, como, na América Latina, o México e a Venezuela.²⁶

A crise internacional capitalista, que se inicia com a recessão norte-americana de 1967 e se torna explícita após a alta dos preços do petróleo, em 1973, manifesta-se na intensificação da competição entre os grandes centros e na criação de uma volumosa massa excedente de capital financeiro que ela torna disponível, ampliando a margem de negociação e, portanto, a tendência à autonomização desses centros subordinados. Seu primeiro resultado é a afirmação do poder nacional, que enfraquece, em certa medida, as instâncias de integração e cooperação regional, como ocorre com o Pacto Andino, palco da rivalidade entre a Venezuela, o Peru e o Chile, até a retirada deste último, em 1976. Essa desagregação, somada às dificuldades que cada país enfrenta no tocante ao serviço da dívida externa, levará a que, ao chegar ao termo previsto, em 1980, a ALALC dê lugar a uma organização muito menos eficaz — a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI) — que anula, de certo modo, os magros progressos até então obtidos na liberalização do comércio intra-regional, ao exigir a renegociação do que já se fizera nesta matéria. Contraditoriamente, porém, as políticas de afirmação nacional darão origem à busca de afirmação regional, num plano mais global, que terá seu ponto alto na criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), em 1975, o primeiro

organismo de caráter exclusivamente regional e situado numa linha de independência em relação aos Estados Unidos, desde a União Econômica Sul-Americana, de 1953. Essa tendência se fará presente em outros planos. Assim, reagindo tardiamente ao bloqueio imposto pela OEA a Cuba, em 1962, por imposição norte-americana, os países latino-americanos dão início à revisão de sua atitude, o que culmina com a resolução, aprovada na conferência da OEA em São José da Costa Rica, em 1975, que autorizava os governos da região a restabelecerem relações com aquele país, no momento que julgassem apropriado — o que, de fato, começará a ocorrer em cadeia. Ao sobrevir a revolução sandinista na Nicarágua, em 1979, os Estados Unidos tentarão inutilmente obstaculizá-la no seio da OEA, como haviam feito antes nos casos da Guatemala, de Cuba e da República Dominicana, propugnando o envio de uma força de intervenção, mas verão afastar-se deles inclusive aliados tão tradicionais como o Brasil.

Além das condições excepcionais criadas pela crise internacional, a política latino-americanista é estimulada pela entrada em cena da social-democracia europeia²⁷ — animada com o sucesso que está tendo sua intervenção em processos de tanta gravidade como a Revolução dos Cravos portuguesa e a substituição do regime franquista, na Espanha — assim como pela revisão da estratégia global norte-americana, que tem início com o governo Carter, a partir de 1977. A crítica à política de contra-insurgência, realizada pela nova elite intelectual, agrupada em torno de Zbigniew Brzezinski, secretário de Estado, em função da derrota no Vietnã, leva a revalorizar valores tradicionais da retórica norte-americana, como a

democracia e os direitos humanos. Junto à hostilização dos regimes militares — que gera choques abertos, como no caso da denúncia dos acordos de cooperação militar, colocada por várias ditaduras — e ao alento às oposições burguesas nacionais, a nova política se traduz também em atos concretos, como a assinatura de um novo tratado com o Panamá, que estabeleceu o traspasso gradativo da administração do canal ao governo do general Torrijos e a devolução integral do mesmo ao findar o século.

Esse quadro internacional modifica-se drasticamente, ao ter início a década de 1980. O segundo choque de preços do petróleo, em 1979, altera o caráter da crise internacional, na medida em que, além de provocar nova e violenta recessão nos países capitalistas avançados, arrasta ao seu vórtice também os países dependentes e a maioria dos países socialistas. Para a América Latina, isso vai representar a entrada em um longo período de estagnação, pontilhado de agudas recessões, no qual a região vê-se obrigada a transferir vultosos recursos para o exterior, a título de pagamento do serviço da dívida externa, e a conviver com o aumento da inflação e do desemprego.

A ascensão de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos introduzirá, por sua vez, um novo dado nessa situação. Levando a cabo uma revisão da estratégia mundial desenhada pelo governo anterior, Reagan objetiva reafirmar a posição norte-americana no plano internacional, de modo a liderar a reestruturação já em curso da economia internacional e bloquear a capacidade de iniciativa demonstrada pelos países socialistas, em particular a União Soviética, na década de setenta. Nesse jogo de poder, a América Latina participa de duas maneiras.

Do ponto de vista econômico, mediante a utilização do serviço da dívida externa e a instrumentalização dos organismos financeiros internacionais, os Estados Unidos impõem aos países latino-americanos uma política de reconversão, com o fim de abrir espaço a seus capitais e suas mercadorias; isso implica que eles renunciem às políticas protecionistas e industrializantes e se especializem na produção e exportação de matérias primas e alguns bens industriais de segunda classe. No plano político-militar, Reagan volta a proclamar a América Latina zona de influência exclusiva e campo principal de enfrentamento com as forças socialistas; isso leva a privilegiar na América Central e no Caribe, sacudidos por processos revolucionários, os métodos de intervenção militar aberta ou encoberta, intermediada ou direta.

A implementação dessa estratégia freia as políticas de afirmação nacional que vinham desenvolvendo os países da região. Em 1982, o México tratou ainda de fazer frente aos Estados Unidos, erigindo-se em mediador no conflito que opunha este país à Nicarágua, El Salvador e Cuba. Mas o "setembro negro" de 1982, que o levou a decretação da moratória e a submissão ao FMI, retirou-lhe condições reais para o desenvolvimento de uma política deste tipo. A situação agravou-se quando o Brasil seguiu o caminho do México e quando a Argentina, depois de desafiar a Inglaterra pela posse do arquipélago das Malvinas, viu unirem-se contra ela as potências da OTAN, inclusive os Estados Unidos, sendo levada a uma humilhante capitulação.

A princípios de 1983, o México inaugurou uma nova estratégia, a da concertação, baseada na união de forças, ao conformar o Grupo de Contadora, junta-

mente com a Venezuela, a Colômbia e o Panamá, que se propunha encontrar uma solução para os conflitos em curso na zona centro-americana e caribenha. Os Estados Unidos responderam no ato, com a invasão de Granada, onde o Movimento da Nova Jóia, liderado por Maurice Bishop, se proclamava socialista e se aproximara de Cuba. Paralelamente, capitalizando o isolamento diplomático da ditadura militar chilena e sua colaboração com a Inglaterra, durante a guerra das Malvinas, os Estados Unidos obtiveram dela a concessão para a construção de instalações militares na ilha de Páscoa e tentaram obter concessões semelhantes do Equador e da Colômbia. Com isso, passaram a atuar militarmente na América do Sul, contrariando uma tradição só interrompida durante a Segunda Guerra Mundial, mudança que se faria ainda mais evidente com o envio de tropas e assessores militares à Bolívia e outros países, no contexto do combate ao narcotráfico.

Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, a concertação regional continuaria se desenvolvendo. É certo que não foi muito longe o Consenso de Cartagena, que buscava uma solução conjunta ao problema da dívida externa, ante as furiosas pressões imperialistas contra o que aparecia como um cartel de devedores. Mas a reeleição de Reagan, em 1984, levou a Argentina, o Brasil, o Uruguai e o Peru a constituírem, no ano seguinte, o Grupo de Lima ou de Apoio a Contadora, com o fim de reforçar a posição negociadora deste. Em dezembro de 1986, reunidos no Rio de Janeiro, as duas instâncias se fundiram, para dar lugar ao chamado Grupo dos 8, o qual aprovou, nessa reunião, a criação do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação, com amplos propósi-

tos, entre os quais o alento aos processos de integração regional.²⁸

Estes haviam começado uma nova etapa com a aproximação efetuada pelos governos civis da Argentina e do Brasil, a partir de 1985, que leva, no ano seguinte, à assinatura, em Buenos Aires, da Ata para a Integração Brasileiro-Argentina. Dos doze protocolos que a acompanhavam, quatro se referiam à liberalização do comércio de bens de capital, trigo e alimentos, assim como ao equilíbrio comercial, e os demais à formação de empresas binacionais, mecanismos de financiamento comercial, cooperação na área de petróleo e gás, desenvolvimento científico e tecnológico conjunto e outros aspectos.²⁹ O êxito da iniciativa atraiu o Uruguai e o Paraguai, num movimento centrípeto que ainda não se concluiu, e desembocou no projeto de criação de um mercado comum, a ser integralizado em 1995. O Mercosul assume importância crescente no plano latino-americano, contrapondo-se à política direta de entendimento com os grandes centros, que desenvolvem o Chile e o México, tendo levado, no caso deste último, a um processo que deve terminar com a assinatura de um acordo de livre comércio com o bloco constituído pelos Estados Unidos e o Canadá. A Venezuela, por sua vez, caminha no sentido de uma maior integração com os países centro-americanos, aos quais propôs já a formação de uma zona de livre comércio, que se constituirá, sem dúvida, em ponto de atração para a Comunidade Caribenha (Caricom), além de buscar a revitalização do Pacto Andino e a aproximação com o Merconsul.

O movimento latino-americanista — no qual cabe incluir o fortalecimento do Parlamento Latino-Ame-

ricano, a partir da assinatura por dezoito países de um tratado para este fim, em Lima, em 1987 — recebeu um duro golpe com a invasão do Panamá pelos Estados Unidos, a fins de 1989. Embora suspenso desde 1988 (em função da deposição do presidente Eric Delvalle), este país integrava o Grupo dos 8, o qual, entretanto, não conseguiu concretizar consenso suficiente ante o acontecimento, senão para aderir a uma vaga declaração condenatória, expedida pela OEA.³⁰ A inclusão posterior de outros países no Grupo, mais que reforçá-lo, contribuiu para descaracterizá-lo. No plano da integração econômica, após a reconfirmação da ALADI como instrumento adequado, que teve lugar na conferência a nível presidencial do Grupo dos 8, em Ica (Peru), em 1989, a reunião deste organismo, no ano seguinte, no México, conduziu a uma situação de estancamento, predominando ali as forças centrífugas.³¹ A Iniciativa das Américas, lançada pelos Estados Unidos, contribui para isso, embora os blocos emergentes na região se esforcem por conservar sua integridade, como é o caso da concertação do acordo conjunto, ou macro, firmado pelo Mercosul com os Estados Unidos, em 1991, caminho seguido também pela Caricom.

A crise e a estagnação econômica em que ingressou a América Latina, nos anos oitenta, e a nova ofensiva imperialista dos Estados Unidos sobre a região, lançada pelo Governo Reagan, ao mesmo tempo que bloquearam as políticas de afirmação do poder nacional, que implementavam os países latino-americanos mais fortes, obrigou-os à reunião de esforços, mediante a política de concertação, e pôs de novo em primeiro plano a questão da integração regional, agora independentemente dos Estados Unidos e com a partici-

pação ativa do Brasil. Mas esse latino-americanismo renovado se configura no contexto de uma realidade mundial profundamente modificada, pela formação dos grandes blocos econômicos hegemonzados pelos centros imperialistas, a crise do mundo socialista e a emergência de uma nova ordem internacional, que contrapõe com singular nitidez um reduzido grupo de nações privilegiadas ao resto da humanidade.

Neste contexto, a América Latina tem, primeiro, que — enfrentando as pressões que se exercem sobre ela, no sentido de dilacerá-la e proceder à anexação em separado de suas partes — promover a criação de um espaço econômico mais amplo, capaz de adequar-se aos requerimentos derivados das modernas tecnologias de produção. Isso não pode entender-se, porém, como ocorreu na década de sessenta, como simples agregação de espaços econômicos relativamente dinâmicos, pequenas ilhas no oceano de subdesenvolvimento em que se submerge a região. Pelo contrário, supõe a formação de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo, mediante uma adequada alocação dos investimentos, uma verdadeira revolução educacional, a redução das altas taxas de superexploração do trabalho e, portanto, uma melhor distribuição da renda.

É evidente que esse resultado não pode ser alcançado sem que a integração econômica signifique, também, avançar no processo de integração política, apontada em direção a um Estado supra-nacional. As atuais discussões sobre a reforma do Estado, que se desenvolvem em todos os países da região, não chegarão a bom termo se não partem da noção de que o antigo ideal bolivariano encontra-se reatualizado

pela própria vida e que, mais além de dados geográficos, históricos e econômicos, nenhum país latino-americano é, hoje, viável isoladamente. Chegamos àquele ponto em que nossa sobrevivência como brasileiros, mexicanos, chilenos, argentinos depende de nossa habilidade para construir novas super-estruturas políticas e jurídicas, dotadas da capacidade de negociação, resistência e pressão que se requer para ter efetiva presença ante os super-Estados que existem já ou que estão emergindo na Europa, na Ásia e na própria América.

É sobre essa base que poderemos aspirar a desempenhar papel ativo na conformação de uma sociedade internacional mais equitativa, que implique a democratização dos organismos internacionais que a reagem, a começar pela Organização das Nações Unidas. E somente ela assegura a existência da América Latina como ente histórico, capaz de determinar o seu próprio futuro.

Notas

1. Juan Baptista Alberdi, *El Imperio del Brasil ante la democracia de América*, Paris, 1869, citado por H. Lobo, *O pan-americanismo e o Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 42.

2. Raul Porra Barrenechea, citado por Antonio Gomez Robledo, *Idea y experiencia de America*, México, FCE, 1958, p. 35-36.

3. Justo Arosemena, *Estudio sobre la idea de una Liga Americana*, Lima, 1864, citado por O. Mendez Pereira, *Bolívar y las relaciones interamericanas*, Panamá, Universidade do Panamá, 1960, p. 13.

4. "Los orígenes del Estado en América Latina", *Cuadernos políticos* (México), n.14, outubro-dezembro de 1977, p. 34.

5. Gomez Robledo, op. cit., pp. 148-149.

6. John Quincy Adams, por exemplo, admitia que "tinha o espírito preconcebido por igual contra os espanhóis e os hispano-americanos, porque havia assimilado toda a 'Lenda Negra' sobre a inveterada crueldade, perfídia e fanatismo do povo espanhol e porque ainda considerava os hispano-americanos como espanhóis, mesmo depois de começarem sua luta pela independência contra a Espanha". Arthur P. Whitaker, *The United States and the Independence of Latin America*, Baltimore, 1941, pp. 147-148, citado por Lewis Hanke, *Tienen las Americas una história comun?*, separata do *Anuário do Instituto de Antropologia e História*, Caracas, 1964, tomo I, p. 73.

7. A expressão é de Gomez Robledo, op. cit., p. 121. Na Mensagem de 2 de dezembro de 1823, em que enuncia a doutrina, o presidente James Monroe afirma "o princípio em que estão implicados os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, pela condição livre e independente que assumiram e mantêm, não devem ser considerados daqui em diante como sujeitos a futura colonização por nenhuma das potências européias", insistindo depois que "consideraríamos qualquer tentativa, por sua parte (das potências européias, RMM), de estender seu sistema a lugar algum deste hemisfério perigoso para nossa paz e segurança"; cfr. *Contrários* (Madri), n. 3, novembro de 1989, pp. 86-87.

8. Eugène Pépin, *Le pan-américanisme*, Armand Collin, Paris, 1938, p. 11.

9. "Parece haver existido um acordo tácito, pelo

qual o Brasil reconhecia a hegemonia dos Estados Unidos na América do Norte se os Estados Unidos respeitassem as pretensões brasileiras à hegemonia na América do Sul." Bradford E. Burns, *The Unwritten Alliance: Rio-Branco and Brazilian-American Relations*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1966, p. 200.

10. O corolário foi enunciado pelo presidente Theodore Roosevelt, em sua mensagem ao Congresso de 6 de dezembro de 1906. Destaca-se ali a seguinte passagem: "A maldade crônica ou uma impotência que resulta num afrouxamento geral dos vínculos da sociedade civilizada, na América como em outras partes, ultimamente pode requerer a intervenção de alguma nação civilizada e, no hemisfério ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode obrigar os Estados Unidos, ainda com repugnância ... ao exercício de uma política policial internacional." Congressional Record, 58th Congr., 3rd. Sess., p. 19, citado por Michael J. Kryzanek, *Las estrategias políticas de Estados Unidos en América Latina*, Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1987, p. 70.

11. Graham Stuart, *Latin America and the United States*, Englewood Cliff (Nova Jersey), Prentice Hall, 1975, p. 54.

12. Carta ao representante do governo de Buenos Aires no Rio de Janeiro, Manuel Gorortiaga, 5 de setembro de 1905, citada por Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978, p. 170.

13. Carlos A. Becu, *El ABC y su concepto político y jurídico*, Buenos Aires, La Facultad, 1915, p. 40, citado por Joseph A. Tulchin, *La Argentina y los Estados*

Unidos. História de una desconfianza, Buenos Aires, Planeta, 1990, p. 99.

14. J. Lloyd Mehan, *The United States and Inter-American Security, 1889-1960*, Austin, University of Texas Press, 1965, p. 85.

15. Roosevelt declarava ali: "No campo da política mundial, dedicaria esta nação à política de boa vizinhança, do vizinho que decididamente respeita a si mesmo e, por isso, respeita os direitos dos outros, do vizinho que respeita suas obrigações e respeita a santidade dos acordos em e com um mundo de vizinhos". Discurso inaugural, Washington, 1933, citado por Kryzanek, op. cit., p. 85.

16. R. F. Berendt, *Inter-American Economic Relations. Problems and Prospects*, 1948, citado por X. Mayran de Charnisso, *Une politique économique d'hémisphère. Essai sur la coopération économique et financière depuis 1939*, Paris, Faculté de Droit, 1950, tese de doutorado, p. 96.

17. Thomas E. Skidmore, *Politics in Brazil. 1930-1964*, Oxford University Press, 1967. Ver detalhes das negociações em Moniz Bandeira, op. cit., pp. 266-273.

18. Além do Brasil, o Equador, o Panamá e Cuba cederam também bases militares aos Estados Unidos e o México enviou um esquadrão aéreo às Filipinas. Kryzanek, op. cit., p. 89.

19. Alfred Stepan, *Brasil: los militares y la política*, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1971, p. 155.

20. Luiz Dilermando de Castello Cruz, *O Tratado de Montevideú 1980*, Brasília, Ministério da Fazenda, 1984, p. 35.

21. Admitindo também a formação de blocos sub-regionais, a ALALC permitiu a criação do Pacto Andino, em 1969, com a participação do Chile, da

Bolívia, da Colômbia, do Equador e do Peru, aos que se juntou, em 1974, a Venezuela.

22. "A experiência da ALALC nesse primeiro período de seu funcionamento demonstra que, por razões óbvias, a empresa internacional está mais bem capacitada para o aproveitamento da ampliação de mercados que é consequência inevitável do processo de integração. Ainda que seja muito difícil contar com dados precisos sobre a participação respectiva dessas firmas nas atividades da ALALC, pode-se afirmar que ela é sumamente significativa. A análise das reuniões de empresários realizadas nos últimos anos, que cobriram uma ampla variedade de setores, revela como tendência que é crescente a participação, nelas, das firmas estrangeiras, enquanto se estabilizou e em certos setores diminuiu a concorrência dos empresários com base de operação exclusivamente local ou latino-americana, e do ponto de vista numérico ou porcentual poder-se-ia dizer que ao redor dos 50% dos participantes das ditas reuniões pertencem a firmas internacionais. Em alguns setores este último fenômeno é ainda mais marcado. Assim, a porcentagem correspondente a alguns ramos das indústrias elétrica e eletrônica chegou a 65 e a 80%; no de máquinas de escritório, ao redor de 85% e ainda em vários subsetores da indústria de conservas alimentícias essa porcentagem supera 50%". Gustavo Margarinos, Secretário-Executivo da ALALC, *La inversión extranjera y la integración latinoamericana*, documento apresentado ao Seminário Internacional sobre Inversão Estrangeira e Transferência de Tecnologia na América Latina, Santiago do Chile, ILDIS-FLACSO, 1971, mimeo., pp. 22-23, citado por Luiz Dilermando de Castello Cruz, op. cit., p. 38-39.

23. Edelberto Torres-Rivas, "La crisis centroamericana y el mercado comum: desintegración regional?", em Aline Frambes-Buxeda (ed.), *Confederación Latinoamericana. Edificación de un proyecto para el futuro*, San Juan de Puerto Rico, Libros Homines, 1990, p. 130.

24. Esta tese foi trabalhada, principalmente, por um grupo de intelectuais uruguaios e brasileiros, ligados à revista *Marcha*, publicada em Montevideu. De forma mais elaborada, ela pode ver-se, principalmente, em Vivian Trias, *História del imperialismo norteamericano*, Buenos Aires, A. Pena Lillo, 1977, e em Paulo Schilling, *El expansionismo brasileño*, México, El Cid, 1978.

25. Essa evolução foi assinalada por Carlos Estevam Martins, em "Brasil-Estados Unidos: dos 60 aos 70", *Cadernos Cebrap* (São Paulo), n. 9, 1972, p. 3-48, onde o autor discute a questão do subimperialismo.

26. Este tema é abordado mais amplamente em meu ensaio "La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo", *Cuadernos políticos* (México), n. 12, 1977.

27. Ver, de Felicity Williams, *La Internacional Socialista y América Latina*, México, Universidad Autónoma Metropolitana - Azcapotzalco, 1984.

28. Sobre a concertação regional, ver o trabalho de Alicia Frohmann, *Puentes sobre la turbulencia. La concertación política latinoamericana en los 80*, Santiago do Chile, FLACSO, 1990.

29. Ver, de Moniz Bandeira, *O eixo Argentina-Brasil. O processo de integração da América Latina*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987, capítulo 7.

30. Alice Frohmann, op. cit., pp. 130.

31. *Ibid.*, p. 125.

materalismo dialético marxista
as não linear, evolução
NÃO É DUAL

SOBRE O AUTOR

Realidade concreta -> apreensão
as múltiplas determinações

compreensão a realidade abstracta
através de categorias
construção

Ruy Mauro Marini nasceu em Barbacena, Minas Gerais. cursou a Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, continuando seus estudos no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris. Em 1962, participou da criação da Universidade de Brasília, onde permaneceu até 1964. Demitido por motivos políticos, foi feito prisioneiro pela ditadura militar e forçado, depois, a se exilar, em 1965. Após residir alguns anos no México, onde se encontrava quando teve lugar o movimento estudantil-popular de 1968, trasladou-se ao Chile, cabendo-lhe viver ali o período de governo da Unidade Popular. O golpe militar de 1973 levou-o a se asilar no Panamá e, depois de breve período na Europa, a regressar ao México. Em 1985, voltou ao Brasil e se reintegrou à Universidade de Brasília, sendo hoje pesquisador associado do seu Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais.

No exterior, Ruy Mauro Marini foi professor e investigador em diversas instituições, entre as quais El Colégio de México, a Universidade Nacional Autónoma do México, a Universidade do Chile e o Instituto Max-Planck, de Starnberg (Alemanha).

Suas obras, publicadas em cerca de vinte países, são consideradas contribuições significativas ao moderno pensamento latino-americano, em cujo contexto ele se destacou como integrante da chamada teoria da dependência. As mais conhecidas, ambas publicadas originalmente no México, são *Subdesarrollo y revolución* (Siglo XXI, 1969), que está em sua 13ª edição, e *Dialéctica de la dependencia* (ERA, 1973), atualmente na 11ª edição.

O presente livro é o primeiro que dele se publica no Brasil.

Dialéctica -> relação entre a
síntese = tese + antítese
análise dialéctica da dependência
através da luta de classes.
* método
baseamos nossa análise
a partir de mecanismos
categorias.

modo de produção
x sistema
força produtiva

o sistema
de produção não é
só um caso de base.
econômica, se não social,
político, tecnológica e cultural.